



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

LEONARDO FERREIRA KALTNER

**O IV LIVRO DO POEMA *DE GESTIS MENDI DE SAA* DO PE. JOSÉ DE
ANCHIETA, S. I: A LATINIZAÇÃO DO BRASIL QUINHENTISTA**

Rio de Janeiro

Março de 2009

O IV LIVRO DO POEMA *DE GESTIS MENDI DE SAA* DO PE. JOSÉ DE ANCHIETA, S. I: A LATINIZAÇÃO DO BRASIL QUINHENTISTA

LEONARDO FERREIRA KALTNER

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como quesito necessário à obtenção do título de Doutor em Letras Clássicas.

Orientador: Prof. Dr. Edison Lourenço Molinari

Rio de Janeiro
Março de 2009

O IV LIVRO DO POEMA *DE GESTIS MENDI DE SAA* DO PE. JOSÉ DE ANCHIETA, S. I: A LATINIZAÇÃO DO BRASIL QUINHENTISTA

Leonardo Ferreira Kaltner

Orientador: Professor Doutor Edison Lourenço Molinari

Defesa de Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como quesito necessário à obtenção do título de Doutor em Letras Clássicas.

Examinada por:

Presidente, Prof. Dr. Edison Lourenço Molinari, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof a. Dra. Alice da Silva Cunha, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof a. Dra. Vanda Santos Falseth, Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Rosalvo do Valle, Universidade Federal Fluminense

Prof a. Dra. Flora Simonetti Coelho, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Suplente

Prof a. Dra. Ana Thereza Basílio Vieira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Suplente

Rio de Janeiro
Março de 2009

*A meu estimado amigo e professor Carlos Antônio Kalil Tannus,
in memoriam.*

O mihi post ullos numquam memorande sodales!

(Tristia, 1, 5, 1)

Agradeço ao Professor Doutor Edison Lourenço Molinari, meu orientador, que me ensinou sobretudo a valorizar as *Litterae Humaniores* e a apreender a formação humanística.

À *Societas Iesu*, na pessoa do Pe. José Ramón Fernández de la Cigoña, S.I, pela compreensão da *Fides* e da *Pietas*.

Às Professoras Doutoradas Alice da Silva Cunha, Vanda Santos Falseth e Shirley Fátima Gomes de Almeida Peçanha, meu sincero agradecimento, pelo incentivo nesta longa jornada.

À Professora Doutora Mára Rodrigues Vieira, minha mestra de Sintaxe, que mudou minha percepção da língua latina, cujo trabalho muito admiro.

Agradeço, com muito apreço, à Professora Doutora Carlinda Fragale Pate Nuñez, que me ensinou os caminhos do *Hélicon* e me educou o olhar crítico.

Agradeço aos Professores Doutores Amós Coêlho da Silva, Flora Simonetti Coelho, Aírto Ceolin Montagner e Mary Kimiko Guimarães Murashima, pela sólida formação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Ao Professor Doutor Rosalvo do Valle, que me demonstrou como o Humanismo é a preservação da Latinidade, instigando-me a pesquisa.

Ao Professor Doutor Antônio Alexandre Bispo, da Universidade de Colônia, e à *Akademie Brasil-Europa für Kultur und Wissenschaftswissenschaft*, pelo incentivo em novos horizontes.

À Sra. Maria de Fátima Q. C. Valente, pela paz que sempre me transmitiu.

Agradeço à Fundação Ricardo Brennand, na pessoa da Sra. Marta Tavares e equipe, pelo acesso ao precioso acervo e à paciente atenção.

Agradeço à equipe da Biblioteca Pe. Antônio Vieira, S. I., especialmente à Sra. Silvia Maria Azevedo, pelo acesso ao precioso acervo e pela atenção cuidadosa.

“Think globally, act locally”
(Pensar globalmente, agir localmente)
David Brower

RESUMO

KALTNER, Leonardo Ferreira. *O IV livro do De Gestis Mendi de Saa do Pe. José de Anchieta, S.I.: a latinização do Brasil quinhentista*. Rio de Janeiro, 2009. Tese (Doutorado em Letras Clássicas)- Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Este trabalho consiste no estudo do *corpus* novilatino anchietano, especificamente, no estabelecimento de texto, tradução e comentários do IV Livro do poema épico *De Gestis Mendi de Saa* de José de Anchieta, *S. I*, a partir da divisão em quatro livros do Pe. Armando Cardoso, *S. I*. Para tanto, utilizou-se a *editio* de 1563 do poema, intitulada *Excellentissimo, singularisque fidei ac pietatis Viro Mendo de Saa, australis, seu Brasillicae Indiae Praesidi praestantissimo. Conimbricae. Apud Ioannem Aluarum Typographum regium. MDLXIII*. Para contextualização histórica, utilizou-se, igualmente, entre outras, a obra de Jean de Léry: *Historia nauigationis in Brasiliam, quae et America dicitur. Qua describitur auctoris nauigatio, quaeque in mari uidit memoriae prodenda: Villagagnonis in America gesta: Brasiliensium uictus et mores, a nostris admodum alieni, cum eorum linguae dialogo: animalia etiam, arbores, atque herbae, reliquaque singularia et nobis penitus incognita. A Ioanne Lerio Burgundo. Gallice scripta. Nunc uero primum Latinitate donata, et uariis figuris illustrata. Excudebat Eustathius Vignon, anno MDLXXXVI*.

Palavras-chave: Letras Clássicas, Língua Latina, Literatura Novilatina, Anchieta, Filologia Clássica.

ABSTRACT

KALTNER, Leonardo Ferreira. *O IV livro do De Gestis Mendi de Saa do Pe. José de Anchieta, S.I.: a latinização do Brasil quinhentista.*. Rio de Janeiro, 2009. Tese (Doutorado em Letras Clássicas)- Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

This work consists of the study of the neo-latin *corpus* of José de Anchieta, more precisely, it consists of the establishment of the text, translation and comments about the IV *Liber* of the *poema epicum De Gestis Mendi de Saa* of José de Anchieta, *S. I.* This was done by the separation of four *Libri* made by the Priest Armando Cardoso, *S. I.* Also, it was made use of the *editio* of 1563 of this poem, entitled *Excellentissimo, singularisque fidei ac pietatis Viro Mendo de Saa, australis, seu Brasillicae Indiae Praesidi praestantissimo. Conimbricae. Apud Ioannem Aluarum Typographum regium. MDLXIII.* For contextualization it was made use, equally, of the work of Jean de Léry in Latin version of 1586: *Historia nauigationis in Brasiliam, quae et America dicitur. Qua describitur auctoris nauigatio, quaeque in mari uidit memoriae prodenda: Villagagnonis in America gesta: Brasiliensium uictus et mores, a nostris admodum alieni, cum eorum linguae dialogo: animalia etiam, arbores, atque herbae, reliquaque singularia et nobis penitus incognita. A Ioanne Lerio Burgundo. Gallice scripta. Nunc uero primum Latinitate donata, et uariis figuris illustrata. Excudebat Eustathius Vignon, anno MDLXXXVI.*

RÉSUMÉ

KALTNER, Leonardo Ferreira. *O IV livro do De Gestis Mendi de Saa do Pe. José de Anchieta, S.I.: a latinização do Brasil quinhentista..* Rio de Janeiro, 2009. Tese (Doutorado em Letras Clássicas)- Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Ce travail consiste à analyser le *corpus anchietanum* néo-latin, plus spécifiquement, consiste en l'établissement du texte avec la traduction et commentaires du IV *Liber* du *poema epicum De Gestis Mendi de Saa* de José de Anchieta, S.I., à partir de la division du Prêtre Armando Cardoso, S. I.. Pour réaliser cela on a employé l'*editio princeps* de 1563, intitulée *Excellentissimo, singularisque fidei ac pietatis Viro Mendo de Saa, australis, seu Brasillicae Indiae Praesidi praestantissimo. Conimbricae. Apud Ioannem Aluarum Typographum regium. MDLXIII*. Pour montrer le contexte historique on a employé l'oeuvre de Jean de Lery, parmi d'autres: *Historia nauigationis in Brasiliam, quae et America dicitur. Qua describitur auctoris nauigatio, quaeque in mari uidit memoriae prodenda: Villagagnonis in America gesta: Brasiliensium uictus et mores, a nostris admodum alieni, cum eorum linguae dialogo: animalia etiam, arbores, atque herbae, reliquaque singularia et nobis penitus incognita. A Ioanne Lerio Burgundo. Gallice scripta. Nunc uero primum Latinitate donata, et uariis figuris illustrata. Excudebat Eustathius Vignon, anno MDLXXXVI*.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. O HUMANISMO PORTUGUÊS	16
2.1. Origens na Itália e na França	16
2.2. O latim e o português na Renascença	20
2.3. As Navegações e o Humanismo	25
3. JOSÉ DE ANCHIETA	33
3.1. A Companhia de Jesus no Brasil	33
3.2. O <i>corpus</i> anchietano	41
4. A FRANÇA ANTÁRTICA	49
4.1. Fontes e histórico	49
4.2. <i>Descriptio sinus Ganabara</i>	55
4.3. A Batalha de 1560	66
5. DE GESTIS MENDI DE SAA	72
5.1. Texto original	72
5.2. Tradução	105
5.3. Comentários	131
6. CONCLUSÃO	185
BIBLIOGRAFIA	188

1. INTRODUÇÃO

Com esta pesquisa¹, a partir da obra *De Gestis Mendi de Saa*, que será citada nesta Tese sob a sigla *DGMS*, de José de Anchieta, *S.I.*(1534-1597), estabelecemos uma leitura da construção do estilo épico anchietano, que tem por referência cânones épicos greco-latinos, em especial Vergílio. O *DGMS* é um poema integrante do *corpus* latino anchietano, que, por sua vez, é o mais importante e expressivo *corpus* da Literatura Novilatina do Brasil.

Nosso objeto de estudo é o IV Livro do poema *De Gestis Mendi de Saa*, enquanto nosso tema de pesquisa é a latinização do Brasil quinhentista no poema de Anchieta, a fim de comprovarmos tanto o valor clássico do latim anchietano, quanto a inserção do *DGMS* na tradição épica.

Escolhemos o IV Livro desse importantíssimo poema, Livro que narra a batalha entre portugueses e franceses na Baía de Guanabara em 1560, dentre outros acontecimentos. Do IV Livro traduzimos a narrativa da queda do Forte Coligny e do fim da França Antártica (versos 1-612), após o estabelecimento de texto, pela crítica textual da *editio princeps* de 1563, e da edição de 1970 do poema pelo Pe. Armando Cardoso².

A batalha, narrada no IV Livro do *DGMS*, entre portugueses e franceses no Rio de Janeiro, marcou-se por ser um combate da Renascença em que havia humanistas como ideólogos e combatentes de ambos os lados, assim como indígenas também. Enquanto os

¹ Registrada em 24 de abril de 2008, na Fundação Biblioteca Nacional, sob o Número 429.924, Livro 805, Folha 84, Autor: Leonardo Ferreira Kaltner. Para a formatação da presente Tese, seguimos as normas da ABNT e do *Manual para elaboração e normalização de Dissertações e Teses*, aprovado pelo CEPG em 17 de outubro de 1997, que consta na bibliografia. Seguimos, igualmente, o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, assinado em Lisboa a 19 de dezembro de 1991, que passou a vigorar a primeiro de janeiro de 2009.

² Para efeitos práticos, citamos apenas Cardoso, quando nos referimos ao Pe. Armando Cardoso, *S.I.*, responsável pela edição das obras de Anchieta das Edições Loyola.

portugueses eram auxiliados por índios tupis de São Vicente, os franceses tinham sido apoiados por tupinambás.

Ao mesmo tempo este conflito reflete a tensão iniciada entre a corte portuguesa de D. João III³ e a corte francesa de Francisco I⁴, no momento em que ambos os reis da Renascença lutam pela expansão de seus domínios coloniais. Logo a narrativa de Anchieta sobre este combate no Brasil colonial é enriquecida também por este contexto, de uma guerra que tem por campo de batalha a Baía de Guanabara, cuja possessão é contestada pela França.

Em nossa Dissertação de Mestrado, pesquisamos o *corpus* latino anchietano, traduzindo e comentando o I Livro do *DGMS*. Baseamos, pois, nossa análise literária em uma investigação da chegada dos portugueses ao Brasil como uma viagem mítica, enquanto tínhamos por escopo a perspectiva épica da chegada de Eneias à Hespéria, narrada na *Eneida*⁵. Foi tema central de nossa análise o *tópos* clássico da *Bela Morte*, narrado na saga de Fernão de Sá, filho de Mem de Sá, que perdera a vida em combate contra os tamoios no Espírito Santo.

O *DGMS* foi escolhido para nossa pesquisa de Mestrado e, agora, para a de Doutorado, graças a seu riquíssimo valor, tanto literário, quanto histórico, porque se trata do primeiro texto escrito no Brasil a ser publicado em formato de livro, como atesta a *editio princeps* de 1563 de Coimbra, ao mesmo tempo em que seu assunto é de estrito interesse

³ D. João III, rei de Portugal, viveu entre 1502-1557. Na batalha de 1560 na Baía de Guanabara, a coroa portuguesa estava sob a tutela de Dona Catarina, porque D. Sebastião ainda estava com seis anos de idade (GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, 1998, v. 21, p. 5296).

⁴ Francisco I, François I, foi rei da França entre 1515-1547, filho de Carlos de Orléans, fundou o porto de Le Havre em 1517, para estimular o comércio exterior e as colonizações. Na época de estabelecimento da França Antártica, no ano de 1555, reinava Henrique II, que reinou entre 1519 e 1559, enquanto no ano da batalha em que foi expugnado o Forte Coligny, em 1560, reinava por sua vez Francisco II, ainda adolescente (GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, 1998, v. 11, p. 2554 e seguintes).

⁵ KALTNER, L. F. *O Brasil Hespérico e a Bela Morte de Fernão de Sá no De Gestis Mendi de Saa de José de Anchieta, S. I.* Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2007, 103 p., mimeo.

aos estudos sobre o contexto da tradição clássica no Brasil. É, pois, uma obra única do Humanismo português do século XVI, por ter como referência unicamente o Brasil.

Por fim, o poema possui uma riqueza textual em relação à sua construção poética e estética. Soma-se a esses fatores a riqueza documental e bibliográfica que somente encontramos no Brasil, para analisar este autor humanista, o que nos facilitou o acesso a edições antigas e manuscritos do período estudado, além de farta documentação sobre o tema.

Nosso aporte inicial para estudar o *DGMS* foi a recente edição fac-similada da Fundação Biblioteca Nacional da *editio princeps* de 1563 de Coimbra, encomendada pelo então presidente da instituição, o Professor Doutor Eduardo Portella. A *editio princeps*, em cujo frontispício se lê uma dedicatória a Mem de Sá: *Excellentissimo, singularisque fidei ac pietatis Viro Mendo de Saa, australis, seu Brasillicae Indiae Praesidi praestantissimo. Conimbricae. Apud Ioannem Aluarum Typographum regium. MDLXIII*⁶, somada ao *Manuscrito de Algorta*, do século XVII ou XVIII são as fontes do texto do *DGMS*.

Dessas únicas fontes textuais serviu-se o Pe. Armando Cardoso, *S. I.*, para duas novas edições do poema, uma em 1958, baseada apenas no *Manuscrito de Algorta*, que estudara desde 1938 por vinte anos, e a segunda edição somente em 1970, quando, então, se tomou conhecimento no Brasil da *editio princeps* de 1563⁷, havendo, daí, um grande lapso de tempo, o que justifica a necessidade de revisão de parte desta grande pesquisa do Pe. Cardoso, após quase quarenta anos da segunda edição.

⁶ Ao Excelentíssimo Mem de Sá, varão de notável fê e piedade, Governador Ilustríssimo da Índia Austral ou Brasília, por João Álvaro, tipógrafo régio, 1563.

⁷ Devemos a revelação da *editio princeps* ao Professor Doutor Luís de Matos, que em 1954, ao comunicar o resultado de suas pesquisas, divulgou esta edição, no II Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, ANCHIETA (1997: 22).

Embora o poema já tenha sido reeditado modernamente, nosso interesse em fazer uma nova crítica textual vem da leitura do texto que foi estabelecido pelo Pe. Cardoso, a fim de suprir algumas correções e nos aproximarmos ao máximo do texto da *editio princeps*, já que o acesso à *editio* de 1563 foi muito tardio para Cardoso, mais de trinta anos depois de analisado o *Manuscrito de Algorta*.

Utilizamos o *Manuscrito* apenas quando a *editio* se mostrou fragmentária, questão que mais adiante veremos, embora possamos adiantar que nosso *corpus* principal é a *editio princeps*, por se tratar de fonte mais próxima ao período em que viveu o autor, ao mesmo tempo em que é fonte renascentista, enquanto o *Manuscrito de Algorta* não possui datação precisa.

Além desse *corpus* de análise, servimo-nos de outras obras novilatinas do Pe. José de Anchieta, para a contextualização do latim humanístico do Brasil do século XVI, como o *De Beata Virgine Dei Matre Maria* e os *Poemas Eucarísticos*, editados pelas Edições Loyola, cuja principal fonte é o *Manuscrito de Algorta*. Valemo-nos também da edição de *Poesias* da editora Itatiaia, com o manuscrito, leitura diplomática e atualizada da lírica de Anchieta, versada nas quatro línguas em que escreveu: latim, português, espanhol e tupi. Utilizamos, igualmente, o *corpus* das cartas e sermões de Anchieta, tanto na incipiente edição da Academia Brasileira de Letras, quanto na edição do Pe. Hélio Viotti, *S.I.*, cujos manuscritos se encontram em parte na Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Para analisar o contexto colonial brasileiro do século XVI, valemo-nos de pensadores fundamentais do modernismo brasileiro, como Sérgio Buarque de Holanda (e.g. *Raízes do Brasil* e *A época colonial*), Caio Prado Jr., o sociólogo Gilberto Freyre, o economista Celso Furtado, além dos textos fundamentais da historiografia brasileira, como *O descobrimento do Brasil pelos portugueses* de Capistrano de Abreu, e dos livros de João

Francisco Lisboa (e.g. *Crônicas do Brasil Colonial e Apontamentos para a História do Maranhão*), também da obra *O Povo Brasileiro* de Darcy Ribeiro.

Pesquisamos, outrossim, cronistas do século XVI, que versaram sobre o mesmo tema, como Jean de Léry e André Thevet, dentre outros, como o Pe. Manuel da Nóbrega. Para contextualizar a inserção da Companhia de Jesus no Brasil quinhentista, valemo-nos da excepcional obra do Pe. Serafim Leite, *S. I.*, e dos principais biógrafos de José de Anchieta, *S. I.*, desde a primeira obra escrita no ano de sua morte, até os consagrados estudos do Pe. Hélio Viotti, *S. I.* e do Pe. Murillo Moutinho, *S.I.*

Por fim, especialistas e teóricos do Renascimento e do Humanismo português, como os Doutores Américo Ramalho, Luís de Matos, Carlos Antônio Kalil Tannus, Joaquim Veríssimo Serrão, somados aos cânones latinos do Humanismo, como Vergílio, Cícero, entre outros, serviram-nos para a contextualização do *corpus* anchietano na tradição do Humanismo, tanto para o trabalho de ecdótica e crítica textual, quanto para o enriquecimento de comentários sobre a estilística do texto. Demonstramos, assim, como o poema se integra na tradição de seu tempo e no contexto dos estudos clássicos, ao mesmo tempo em que articulamos esta tradição clássica e humanística na formação do Brasil.

2. O HUMANISMO PORTUGUÊS

2.1. Origens na Itália e na França

Alguns fatos marcantes da Europa dos séculos XIV ao XVI⁸ mudaram profundamente, e em uma velocidade nunca antes vista, o rumo da humanidade, guiando o Ocidente à expansão de seus limites e disseminando o conhecimento para vários setores da sociedade. Podemos notar que, a partir da Renascença, o poder do conhecimento, da *scientia*, da informação, gerou uma nova forma de organização social. Logo a relação com a cultura clássica greco-latina seria o único vínculo possível a uma tradição a ser seguida e superada⁹, para um mundo que surgia, novo e misterioso em seus limites.

Foi um marco fronteiro do início deste período, na Itália, a obra dos três grandes toscanos do século XIV: Dante, Petrarca e Boccaccio, sendo Petrarca, por sua erudição, um protótipo da formação dos humanistas, com o domínio do grego e do latim¹⁰. A partir do século XIV, como forma de superação do período medieval, o grande apoio que se buscava com a tradição passaria a ser na época clássica, como Dante se apoiou em Vergílio na catábase de sua *Commedia*¹¹, como se inspiraram vários artistas nas ruínas gregas antigas

⁸ Podemos definir o período de Renascença entre 1420 e 1600, como período histórico a partir da Itália, havendo um movimento pré-humanista na Itália, no fim da Idade Média. “Die historische Epoche in Italien etwa 1420/1600, in Deutschland, Frankreich und im übrigen Europa etwa 1500/1600” (DER GROSSE HERDER, 1955, v. 7, p. 1031).

⁹ “On sait que l’humanisme est une position philosophique qui tend à la promotion de l’homme, rejette une condamnation sommaire de la chair et du monde, et en particulier défend la dignité de la action et de la culture. Sur ce point, l’humanisme philosophique rejoint l’humanisme littéraire, qui cherche à retrouver une image éternelle de l’homme dans l’étude de l’Antiquité classique” (ABRAHAM, 1971, p.367).

¹⁰ “Pétrarque, qui a longtemps vécu à la cour papale d’Avignon, n’est pas seulement le poétique amant de Laure de Noves. C’est un érudit qui a redécouvert une multitude de manuscrits latins qu’il annota et recopia de sa main. Boccaccio n’a pas seulement écrit le Décaméron: lui aussi est un fureteur qui va fouiller les bibliothèques monastiques” (ABRAHAM, *op. cit.*, p. 369).

¹¹ “C’est tout un état d’esprit, qui a pour traits essentiels le retour aux genres pratiqués par les écrivains de l’Antiquité, le respect de leur héritage accepté comme il est et sans altération, et l’ambition de les égaler et de

para o modelo da cúpula do século XIV da Catedral de Pisa, que iniciara como obra de arquitetura medieval românica no século XI¹².

Na obra de Petrarca, encontramos um texto que é a síntese estética do futuro humanismo: o poema épico *Africa*, escrito todo em latim, que se inspira em Vergílio e Sílio Itálico, mas estende seu interesse para a modernidade de então, a África, em sua partilha pelo Ocidente na corrida das Grandes Navegações e dos Descobrimentos.

Em seguida, no século XV, a expansão da experiência civilizatória ocidental começa em 1415, com a fixação dos portugueses na África, pela tomada de Ceuta aos mouros¹³. Outro marco notório, além das anexações que se sucedem, é a invenção da imprensa por Johannes Gensfleisch Gutenberg em 1438¹⁴, pois aos poucos vão surgindo tanto os temas da literatura humanística quanto seus meios de divulgação.

Em 1453, ocorre a queda de Constantinopla, capital do Império Romano do Oriente, com o enfraquecimento da civilização bizantina sob o jugo dos Turcos-otomanos, o que se soma à reconquista da Península Ibérica pelos espanhóis, tomada aos mouros definitivamente em 1492, ano em que Colombo atinge as Américas¹⁵. Logo o século XV redefine e diversifica o equilíbrio de poder do continente europeu.

Todos estes fluxos na *Machina Mundi* ajudam a tornar um contexto geopolítico regional, o Renascimento da Europa mediterrânica e peninsular, em uma ideologia de

les devancer à la fois par la beauté de la forme et la qualité du savoir” (ABRAHAM, 1971, p. 368). DANTE, 2002, p. 10, antes de sua Catábase, Dante encontra Vergílio na floresta, ao fugir de uma pantera, um leão e uma loba.

¹² GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, 1998, v. 19, p. 4631

¹³ TANNUS, 1988, p. 78 e seguintes: “Foi assim que, em 1415, atravessado o Estreito, os portugueses conquistaram Ceuta, de onde voltaram carregados de rapina, lá deixando, todavia, grande número de homens, fortemente armados, sob comando de D. Pedro de Menezes. Não demoraram, entretanto, a perceber que uma única praça em África de pouco lhes valia, mas não tendo querido D. João I prosseguir com a política africana que encetara, foi preciso aguardar o reinado de seu filho, D. Duarte para, em 1437, efetuar a primeira investida contra Tânger, e mais tarde o do filho deste, D. Afonso V, para a sua efetiva conquista e para o desenvolvimento do plano de ocupação do norte da África.”

¹⁴ GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, 1998, v. 21, p. 2887.

¹⁵ DER GROSSE HERDER, 1953, v. 5, p. 575.

expansão de limites globais, através de uma percepção universal da realidade e da civilização, como temos no Humanismo. Somente a partir de uma ideologia universal, poderíamos conceber uma noção de colonização, o que vai caracterizar o século XVI e, assim, a formação do Brasil.

A velocidade com a qual ocorrem estas transformações mostra-se patente na descoberta de um novo continente, na disseminação de livros, com milhares de títulos impressos ao longo do século XVI, com exemplares difundidos por toda a Europa¹⁶.

Soma-se a isto o florescimento das artes devido ao mecenato, como propiciaram os Médicis em Florença¹⁷, junto ao surgimento de profissionais que aos poucos se tornam importantes na vida pública: os Humanistas, responsáveis ora pela educação dos nobres, ora pela política exterior e administrativa, ora por criações artísticas, filosóficas e até edições de obras clássicas. Surge, assim, uma elite erudita capaz de articular a *Weltpolitik*, a Política Internacional, de um mundo cujas fronteiras se tornam tênues.

Indubitavelmente, o holandês Erasmo de Roterdã (1469-1536)¹⁸ foi um dos mais influentes humanistas do movimento renascentista, pois, sua obra registra o rico temário do período. De questões que vão da pronúncia do grego clássico no ensino das Universidades¹⁹, a problemas de Teologia, dissertou amplamente, contestando a tradução dos Evangelhos, enquanto discordava de católicos e protestantes, embora sua educação

¹⁶ Em Portugal é intensa a produção deste período, a tipografia da Universidade de Coimbra possui um papel muito importante nesta época, que conta com autores que vão de André de Resende a um Diogo Pires, TANNUS, 2007, p. 13 e seguintes. Quase todas as Universidades da Europa possuíam uma tipografia própria e vários eram os tipógrafos particulares, datando o início da utilização de tipos com Johannes Gensfleisch Gutenberg em 1450, GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, 1998, v. 12, p. 2887.

¹⁷ Lourenço Médici (1449-1492) foi o fundador da Biblioteca Laureniana e da Escola de Jardim de São Marcos, que acolheu *Michelangelo*, dentre outros, GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, 1998, v. 16, p. 3890.

¹⁸ DER GROSSE HERDER, 1953, v. 3, p. 507.

¹⁹ HORTA, 1991, v. 1, p. 105. Erasmo publicou, em Basileia, o *Dialogus de recta Latini Graecique sermonis pronuntiatione*, o que criou a pronúncia conhecida como tradicional, adotada por calvinistas.

tenha se originado da Igreja, onde fora ordenado sacerdote em 1492. Suas principais obras são: *O Tratado do Livre arbítrio* (1524) e *O elogio da loucura* (1511), influenciada pelo também humanista Thomas Morus, autor da *Utopia*.

Na França renascentista, o humanista Guillaume Budé (1467-1540)²⁰, helenista e jurista, notoriamente reconhecido pela sua obra *De Asse* (1514), auxiliou na criação do grupo dos *lecteurs royaux* da corte francesa em 1530, sob a tutela de François I, cujo reinado se estendeu de 1515 até 1547. Logo a influência dos humanistas, durante a conturbada época da Reforma, na administração da França do século XVI²¹, país de maior produção agrícola da Europa, mostra-se patente na política externa de um país que competia, regionalmente, com a Espanha²² e Inglaterra, e que no século XVII encontrará uma Espanha em declínio, junto a uma Inglaterra conturbada pelas revoluções burguesas²³.

O grupo de *lecteurs royaux* do século XVI converter-se-ia no *Collège de France*, que formava funcionários para o provimento de cargos estratégicos para o Estado, partindo de uma educação básica de Humanidades: grego, latim, hebraico e matemática. Até Leonardo da Vinci pôs-se em determinado momento sob a tutela do *Collège*, cuja maior distinção era seu caráter laico, o que vinculava de vez o Humanismo à administração pública.

²⁰ “Guillaume Budé (1468-1540) est certainement la figure la plus représentative de l’humanisme sous le règne de François I”, das suas obras destaca-se *De Asse*, *De Philologia*, *De studio litterarum recte instituendo*, *De transitu hellenismi ad christianismum* (ABRAHAM, 1971, p. 396-397).

²¹ “On retrouve en France sous une forme quelque peu différente les deux composantes de la Réforme: l’une intellectuelle et bourgeoise, l’autre populaire regroupant les mécontentements et les révoltes. La première est liée au développement de l’humanisme, à l’influence d’Erasmus et de Luther, qui jusque vers 1535... espère en obtenir la réforme intérieure”, *i.e.*, a reforma da Igreja (ABRAHAM, *op. cit.*, p. 395).

²² Notemos que até 1520 as Antilhas foram o único núcleo de interesse colonial para a Espanha nas Américas. A Idade de Ouro espanhola, entre 1516-1598, marcou-se por uma expansão colonial somada à defesa do catolicismo nas Guerras de Religião europeias, HALPERIN DONGHI, 1977, p. 11 e seguintes.

²³ SERRÃO, 1980, p.46-50. As relações diplomáticas entre França e Portugal, acerca da pirataria e da guerra de corso no século XVI, refletiam a neutralidade de D. João III em relação ao conflito da Espanha de Carlos V e da França de François I. Em 1536, Portugal e França tentaram assinar em Lyon um acordo, que redundou no apaziguamento até 1544, todavia em 1547 oito naus francesas invadem o território do Brasil em Cabo Frio.

Outros humanistas franceses de renome foram Rabelais e Montaigne que nos deixaram um legado cultural inestimável em suas obras, expressando-se na língua pátria, o francês, que passou a ser a língua oficial desde a administração de François I em lugar do latim. Logo percebemos que no século XVI a expansão civilizatória ocidental se dava concomitantemente externa e interna às suas civilizações, surgindo incipientemente o nacionalismo, como reflexo de disputas políticas coloniais e territoriais.

2.2. O latim e o português na Renascença

O Humanismo é um movimento intelectual e espiritual renascentista que se manifestou, inicialmente, entre os séculos XIV e XVI, e marca-se, pois, seu surgimento na Itália com o poeta Petrarca (1304-1374), como foi supracitado. Sendo a origem do termo na Língua Portuguesa controversa, Houaiss, registra-o como advindo do francês *humanisme*, este por sua vez do alemão *Humanismus*, registrado em 1808 na obra do pedagogo bávaro F.J. Niethamer²⁴.

Como movimento intelectual, o Humanismo renascentista foi um período de profundo estudo das Humanidades, responsável pelo ressurgimento do antigo pensamento greco-latino, que resultou na composição de várias obras novilatinas, na confecção de

²⁴ As *humanitates*, ou *humaniores litterae*, as Letras Clássicas relacionam-se ao termo *humanitas* utilizado por Cícero: “Neologismo utilizado por Cícero para traduzir o vocábulo *paideia*. (...) Saliente-se que *paideia* se referia não apenas a valores intelectuais, mas também a valores de ordem da cultura física e ainda de caráter religioso e moral. A dificuldade sentida pelos Romanos em criar o equivalente perfeito de *paideia* revela-se na multiplicidade de termos que lhe correspondem em latim...(...) Além de *humanitas* os mais importantes destes termos são os seguintes: *cultura, educatio, doctrina, studia, litterae* e *eruditio*”(ENCICLOPÉDIA VERBO, 2000, v. 15, pg. 151). “Si le mot abstrait de l’humanisme a été forgé tardivement par la critique allemande du début du XIX siècle, la notion d’études d’humanité (*studia humanitatis*) se rencontre constamment sous la plume des humanistes italiens depuis la fin du XIV siècle. L’expression est empruntée à Cicéron qui évoque ainsi la culture générale, littéraire, historique, morale et philosophique indispensable à la formation de l’orateur” (ABRAHAM, 1971, p. 375).

dicionários de grego e latim²⁵, no trabalho de ecdóticos e gramáticos por toda a Europa. Logo a educação humanística europeia se tornou universal e o *corpus* anchietano, escrito no Brasil colonial, faz parte deste contexto internacional, quando o Portugal da *Finisterra* medieval se torna a Hespéria²⁶, o pórtico para um *Nouus Mundus*, ao iniciar sua marcha expansionista.

Notemos que a expressão novilatina portuguesa, concomitante com o Humanismo renascentista, gerou um interessante contexto linguístico. Vemos que o latim no século XVI, em Portugal, a tal ponto concorre com as línguas da corte, português e espanhol, para a composição de obras de cronistas, historiadores e poetas, como atestam diversos escritores do período, que esta produção parece igualar-se ou até superar a escrita em vernáculo²⁷.

Em relação à língua portuguesa, Celso Cunha explica-nos que esta, no século XVI, por sua padronização sistemática que ocorreria mais tardiamente, seria mais apropriada à poesia do que à prosa.²⁸ No manuscrito da *Carta* de Pero Vaz de Caminha de 1500, por

²⁵ O humanista Jerônimo Cardoso, educador, gramático e dicionarista, publicou em 1557 as *Institutiones in linguam latinam breuiiores et lucidiores*, editada em Lisboa e o primeiro dicionário português da língua latina, o *Dictionarium latino-lusitanico et uice-versa*, editado em Lisboa (TANNUS, 1988, p. 37-8).

²⁶ CAMÕES, 1944, *Lus.*, 1, 108, 825-832, p. 81-83, Portugal era a Hespéria, o último reino do Ocidente.

²⁷ TANNUS, 1988, p.11: “Vasto é o elenco de autores que, dos fins do século XV aos fins do século XVI, elaboraram, em Portugal, uma literatura de expressão novilatina, talvez a maior da Europa, segundo o afirmou recentemente o Doutor Américo da Costa Ramalho, em conferência proferida no Colóquio sobre Humanidades Greco-latinas em Coimbra, ao comentar uma observação de Aubrey Fitzgerald Bell acerca da literatura portuguesa.”

²⁸ CUNHA, 1977, Cap. 6, *O português e sua origem rural*, p. 66-73, temos: “Língua de contrastes, sob certos aspectos excessivamente conservadora, sob outros muito evolvida; ... ; língua de clérigos e notários, de ‘bons latinos’, mas também língua de guerreiros e conquistadores; língua mais apta para poesia do que para a prosa, o português apresenta todas aquelas liberdades e indecisões que caracterizam as línguas de base essencialmente rural...” (*id.*, 1977, p. 67). E mais adiante: “... é hoje, na elocução europeia, uma língua acelerada, pelo obscurecimento das vogais pretônicas e postônicas. Não ditongou as vogais tônicas em sílaba aberta, como o francês, o italiano e o espanhol. O seu vocalismo tônico oral é o mesmo do latim vulgar, conservação que nos mostra como era tensa a pronúncia das vogais do latim lusitânico. É uma das poucas línguas de civilização que possuem vogais nasais e em número maior do que qualquer outra.” (1977, p. 67) E por fim: “A própria gramática descritiva se vê em permanente dificuldade para estabelecer normas rígidas no particular, porque as exceções, em geral, comprimem a regra” (*id.*, 1977, p. 68).

exemplo, as oscilações da escrita, baseada sobretudo na fonética, mostram-nos que o Português ainda carecia de uma sistematização.

Por outro lado o latim, nesse aspecto, foi favorecido, no Renascimento, por já possuir uma ortografia e sintaxe de usos definidos, devido à antiga tradição gramatical²⁹, enquanto uma tardia gramática da própria língua portuguesa com uma ortografia, inicialmente, baseada na fonética, como temos em Caminha, por exemplo, tornaria as variações do português facilitadas, dificultando a escrita, sem uma tradição de correção gramatical na prosa. Dessa forma, como língua rural em Portugal, vem ao Brasil para ser dominante em uma aristocracia também rural.

Diversas obras são escritas em português e latim, ao longo dos séculos XV e XVI, a relação, porém, entre estas línguas, ultrapassa o simples bilinguismo sincrônico³⁰. Daí, o vínculo entre o latim e o português implicaria, na visão diacrônica, uma escolha entre estágios diferentes da mesma língua. Para estudarmos o *corpus* anchietano, escrito em quatro línguas, buscamos entender as motivações da escolha linguística para cada obra é a primeira chave de compreensão.

O latim, língua originária do Lácio, derivada do tronco indo-europeu, advindo de uma unidade itálica, chegou à Ibéria em dois períodos da expansão romana: no século III a.C., e em 197 a.C., sendo fundada a Hispânia, província de Roma. O latim hispânico, *sermo hispaniensis*, língua prontamente assimilada na região ibérica, sobreviveu, com a

²⁹ NAVARRO, Eduardo de Almeida. “O ensino de gramática latina, grega e hebraica no Colégio das Artes de Coimbra no tempo de Anchieta”. In: *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra 1548-1598*, 1998, v. 1, p. 385 e seguintes. De latim temos em 1538 publicada a *Institutiones Grammaticae Latinae* de Clenardo; a gramática de Despautério, hegemônica na França quinhentista, foi muito utilizada em Portugal, assim como a de Pastrana, editada até 1522 e a de Nebrija até 1575. Renderam estas últimas um interessante confronto entre a Arte velha (*ratio*) e a Arte nova (*usus*), para a didática do latim.

³⁰ A relação entre português e o latim no humanismo, de um ponto de vista diacrônico é quase uma diglossia, se levarmos em conta a postura de Ernesto Faria, quando descreve as línguas neolatinas como o “latim continuado”, (FARIA, 1995, p. 23), é a mesma opinião de Ismael de Lima Coutinho (COUTINHO, 1954, p.37).

devida transformação, a duas maciças invasões: uma em 409 d.C. pelos germanos, outra em 711 d.C. pelos árabes, esta última que durou ao menos sete séculos³¹.

A resistência do inicial *sermo hispaniensis* mostra-nos a profundidade de romanização deste território até o surgimento do romance, resistência que se deu graças a manobras políticas no período do Império Germânico e acompanhou sempre a fé católica em sua manutenção, como com os mouros. Contudo, este *sermo hispaniensis*, já próximo do romance, se distanciava muito do latim clássico, por mudanças estruturais nos séculos vindouros à queda do Império Romano do Ocidente.

Assim, no ocidente da Hispânia, após a queda de Roma no século V d.C., com a expulsão dos povos germânicos, como os alamanos, e a diluição do domínio árabe, no século XII, o latim bárbaro já era suplantado por uma incipiente língua românica: o português, fruto do contato destes povos. Quando esta, no último ano do século XV, pelas navegações dos Grandes Descobrimentos pelo oceano Atlântico, aporta no Brasil, é registrada na Carta de Pero Vaz de Caminha, sendo uma língua com trezentos anos de expressão³².

O latim clássico, porém, não se havia de todo perdido, e nunca em outra época tanto se produziu na forma mais culta da língua do Lácio como no Humanismo dos séculos XV e XVI. Assim, um grande esforço de comparação de manuscritos medievais, e a elaboração

³¹ No século III a.C. os romanos invadem a Península, somente em 197 a.C. a tornam província, (COUTINHO, 1954, pg. 40), daí: “Podemos distinguir duas épocas principais na romanização da Ibéria. A primeira vai desde as guerras púnicas no tempo da República, até o estabelecimento do Império. (...) A segunda começa com o advento de Augusto... é época de paz e assimilação”. Depois segue uma cisão entre Ulterior e Citerior, na primeira estariam os *Lusitani* (SILVA NETO, 1992, p. 67). Para o período germânico, SILVA NETO, *op. cit.*, p. 316-332, para o período árabe SILVA NETO, *op. cit.*, p. 333-346, para o latim vulgar, SILVA NETO, 1977, p. 39-58.

³² Diferentemente de outras línguas românicas, o português guarda certos arcaísmos, como o uso de *edere*, em comer, enquanto, nas demais línguas românicas, optou-se por **manducare*. Por outro lado há certas inovações fonéticas como o grupamento “dor” e “cor”, de *dolore* e *colore*, que em italiano, espanhol e francês preservaram o /l / intervocálico. Para a análise dessas diferenciações e outras, ver VIDOS, 1996, cap. 5, p. 295-322.

de gramáticas e edições críticas criaram o conceito de uma língua clássica, e após sua conceituação, o latim clássico se tornou a expressão do Humanismo português herdado da tradição francesa e italiana.

Depois da queda de Roma somente encontramos a partir do Humanismo um latim tão próximo aos cânones linguísticos do período clássico, pois muitos autores se inspiraram em Cícero, Vergílio e Horácio, para escrever sobre os mais variados assuntos, em todas as nações europeias. Embora o latim humanístico careça de certos acertos fonéticos que somente a Filologia pôde determinar, como a pronúncia e grafia de ditongos, podemos afirmar que foi o Humanismo renascentista um período histórico do qual restam fontes conhecidas e documentais em que o latim clássico foi a principal expressão literária, sendo o somatório da produção humanística vasto.

Assim, a partir do século XV, em Portugal, duas expressões linguísticas concorriam: o Latim Clássico e o Português, a língua universal dos humanistas e a particular da nação; a escrita etimológica de uma língua fixada no tempo e a fonética, ainda em vias de normatização e dialetada.

Contudo, historicamente, o latim humanístico do século XVI difere do latim da Roma republicana ou imperial, pois os romanos viveram as fases da língua latina diacronicamente, uma etapa de cada vez. Assim, o latim à época de Plauto e Catão não era o mesmo à época de Cícero ou Vergílio. Da mesma forma que, diatopicamente, o latim na região em que vivia Apuleio não era o mesmo de César ou Sêneca. Disto, também, infere-se que o conhecimento que os autores latinos tinham de sua cultura era restrito à sua época e à anterior, geograficamente aos lugares romanizados em que viveram ou visitaram.

Somente na era moderna, do Renascimento, a cultura clássica pôde ser vislumbrada em sua totalidade, ainda que fragmentária, e a partir disso o conceito de latim dos

humanistas pôde ter uma expressão clássica baseada no conjunto da latinidade. Graças à arte comparativa dessa época, temos edições de textos clássicos, pelo trabalho dos ecdóticos em edições críticas, comparando os manuscritos, em sua maioria oriundos dos séculos V d.C. ao X d.C., além da edição de gramáticas e dicionários, com o início dos estudos clássicos e a reinterpretação da Antiguidade. Logo, desta totalidade clássica, surge o padrão universalizante da educação humanística, porque, com um *corpus* educacional delimitado e padronizado, o estudo das Humanidades pôde tornar-se uma linguagem universal para a expansão europeia do século XVI.

2.3. As Navegações e o Humanismo

Não podemos falar do Renascimento e do Humanismo português sem nos referirmos às navegações ocidentais do século XVI. Os Descobrimentos luso-hispânicos foram empreendimentos antes globais do que nacionais, que surgiram como frutos de um desenvolvimento iniciado na Baixa Idade Média com a crescente monetarização europeia.

Embora a recepção das Navegações pelos homens de letras portugueses dos séculos XV e XVI vá do excepcional deslumbramento, registrado por uma visão épica, a uma lamentação ética e econômica³³, principalmente no caso do Brasil, sob a égide do Mercantilismo, a dinâmica colonial alterou profundamente todo *modus uiuendi* da sociedade de então, sendo uma expansão do Ocidente.

As navegações portuguesas sucedem após uma grande estagnação econômica da Idade Média feudal, que só Veneza, Nápoles e Gênova puderam evitar pelo comércio, através do mar Mediterrâneo, com a antiga capital do Império Romano do Oriente, a partir

³³ TANNUS, 1988, p. 33 e seguintes e, também, p. 80 e seguintes.

do século XIII. Em seguida, a Europa atravessou um período de crescente monetarização, que transfigurou os feudos descentralizados e autônomos, quando, então, estes se tornaram cidades, regidas por um poder central e absoluto, garantido não só pela força, mas pelo poder divino. Logo nasciam, incipientemente, os Estados modernos absolutistas, nas regiões em que havia um centro comercial hegemônico.

Havia, então, na Europa do século XIII, dois eixos de navegação comercial dominantes, um ao sul, no mar Mediterrâneo, desde as viagens de Marco Polo³⁴, quando os itálicos passaram a dominar o comércio de especiarias, como cravo, gengibre e pimenta. Por sua vez, estava na Europa setentrional a liga hanseática, o segundo eixo de navegação, no Mar do norte e no Mar Báltico, associação de cidades alemãs do século XIII, substituta do domínio viquingue desses mares, povo que, com vastas rotas de comércio, acumulou ao longo do século X considerável riqueza, inclusive de prata, tendo negociado com os árabes e com Bizâncio.

Logo essa hegemonia talassocrática bipolar, de itálicos e germânicos, defasava a navegação ibérica no Mediterrâneo. À Espanha, Portugal, e também Holanda, Inglaterra e França, restaria como possibilidade singrar as águas do Ocidente, morada mitológica do gigante Atlas, o Oceano Atlântico, as portas da Hespéria.

Podemos notar que a antecipada formação do Estado português³⁵ e sua autonomia se devem a uma crise real ibérica entre 1383-1385, quando uma revolta pela sucessão de D.

³⁴ Marco Polo atinge entre 1271-1295 Beijing, Pequim, após ter circundado a Índia, visitando o palácio de inverno de Kublai Khan, líder então da ocupação mongol da China. Este é o primeiro passo para a expansão das rotas orientais e ocidentais do comércio europeu (POLO, 2003, p. 17 e seguintes).

³⁵ ENCICLOPÉDIA FUNDAMENTAL VERBO, v. 2, p. 1263 e seguintes: “... D. Afonso Henriques proclamou-se rei de Portugal, em 1143, por seu primo Afonso III, rei de Leão. Coube ao novo rei não só consolidar a independência mas reconquistar aos Muçulmanos o território pátrio e, assim, apoderou-se de Santarém, Lisboa, Évora e Beja. Em 1297, fixaram-se definitivamente as fronteiras de Portugal, as mais antigas da Europa. À morte de D. Fernando, em 1383, cuja filha casara com o rei de Castela, o povo revoltou-se, dando o trono a D. João, Mestre de Avis.”

Fernando, sem herdeiros, pôs em choque D. João de Castela, apoiado pela nobreza feudal, de cavaleiros e proprietários de terras, e D. João, Mestre de Avis, apoiado por comerciantes e artesãos, gente mais voltada às navegações³⁶.

Esse certame, entre um mundo agrário e feudal contra o reino urbano e mercantil, entre um mundo aristocrático e o burguês, foi vencido pela modernidade. Logo D. João I, Mestre de Avis, vence em Aljubarrota a batalha final contra os castelhanos e Portugal nasce como um Estado moderno e absolutista unificado.

Depois de vencida a batalha, devido ao apoio de comerciantes desejosos de uma expansão comercial, com o apoio do Estado, e para afastar de sua corte uma nobreza desejosa de glória em novos combates, tendo por outro lado a pressão da hegemonia supracitada do Mediterrâneo, a liderança portuguesa cogita outras vias de expansão.

Surge, assim, a política expansionista na África³⁷ e, *a posteriori*, a procura por uma rota austral de navegação, pelo Atlântico, tentando evitar, além da concorrência europeia, as caravanas árabes que atravessavam o deserto, a fim de trazer a fonte do ferro, chumbo, estanho, trigo, seda, açúcar, marfim e verniz das Índias.

A profunda relação dos portugueses com os árabes, desde a invasão em 711 d.C., geradora da cultura moçárabe, inclusive com semitas, faz desse povo oriundo inicialmente de romanos e celtiberos o mais propício para a dinâmica comercial do século XVI³⁸. Miscigenados e acostumados a um clima tanto africano quanto europeu, foram os portugueses mais que os viquingues, por exemplo, capazes de fixar bases de comércio

³⁶ GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, v. 19, p. 4728 e seguintes.

³⁷ TANNUS, 1988, p. 78-80. A política expansionista africana estende-se da tomada de Ceuta em 1415 até 1550, com a perda de Arzila, quando o Império Português se enfraquece.

³⁸ FURTADO, 1977, p. 5 e seguintes.

orientais, as feitorias, e, com um contingente populacional mínimo, fundar um vasto império ultramarino.

Em 1415, como foi supracitado, D. João I conquista aos mouros a cidade de Ceuta, no litoral norte da África, construindo sua primeira armada. Para governá-la envia seu filho o Infante D. Henrique, notando-se que até 1412 o limite das navegações portuguesas foi o Cabo Bojador. O Infante, em Algarves³⁹, cria a Escola de Sagres, quando reúne marinheiros, geômetras, astrônomos de diversas nacionalidades, a fim de que o ajudassem a otimizar suas técnicas de navegação.

Logo, em 1416, Gonçalo Velho atinge as Canárias⁴⁰, e em 1434, no reinado de D. Duarte, o Bojador é ultrapassado⁴¹. A partir daí uma crise no expansionismo africano e na sucessão real adiariam a marcha expansionista para o reinado de D. João II, com o navegador Bartolomeu Dias, que dobraria o Cabo da Tormenta, a travessia do último marco para alcançar as Índias pelo Atlântico⁴². Assim, a saga africana findar-se-ia com Vasco da Gama em 1498⁴³, já no reinado de D. Manuel, transposto o Cabo da Tormenta, que se tornaria o cabo da Boa Esperança. Este périplo é o tema de Camões em *Os Lusíadas*, da mesma forma que a colonização do Brasil é o tema do *De Gestis Mendi de Saa* de Anchieta, um rumo ao oriente, outro ao ocidente.

Em 1484, Cristóvão Colombo dirigir-se-ia a D. João II, pedindo-lhe uma frota e expondo-lhe o seu projeto: *o nascente pelo poente*, isto é, atingir as Índias por uma navegação ocidental, singrando o Atlântico. A corte, porém, negara o dispêndio com novas rotas, porque toda a política expansionista se concentrara na África. Somente em 1492,

³⁹ O significado árabe de Algarves é ocidente, logo, Hespéria. Este é o sentido que podemos atribuir ao título Real de D. Afonso V, rei de Portugal e Algarves, TANNUS, 1988, p. 79.

⁴⁰ PERES, 1943, p. 44-45.

⁴¹ PERES, *op. cit.*, p. 79.

⁴² PERES, *op. cit.*, p. 213.

⁴³ PERES, *op. cit.*, p. 291.

Colombo conseguiria atingir as Américas, com esquadra espanhola, sob a tutela do Rei Fernando de Espanha. Desta viagem restou-nos o relato da carta *De insulis in mari Indico repertis*, que batizou o continente de *Nouus Mundus*⁴⁴.

Já em 1494, cientes do *Nouus Mundus*, Portugal e Espanha assinam o *Tratado de Tordesilhas*, reconformando a hegemonia espanhola concedida pela *Bula inter caetera* de 1493, pela autoridade do papa Alexandre IV⁴⁵. França e Inglaterra não reconheceram o *Tratado* e iniciaram também sua marcha expansionista às Américas.

Em 1485, na mesma década da viagem de Bartolomeu Dias e da apresentação do projeto de Colombo a D. João II, temos a chegada do humanista italiano Cataldo Parisio Sículo⁴⁶ a Portugal, que se doutorara em Direito Civil e Pontifício na Universidade de Ferrara em 1484. Fora Cataldo chamado, inicialmente, como preceptor de D. Jorge de Lancastre, filho bastardo de D. João II.

Por intermédio de Fernando Coutinho, que, mais tarde, se torna bispo de Lamego e Silves, Cataldo fora contratado para o cargo de *orator*, secretário latino e orador oficial de D. João II. Assim, o humanista dividia suas atividades entre a política administrativa, as

⁴⁴ GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, v. 7, p. 1500.

⁴⁵ Ver LISBOA, 1978, p.80-85, que a traduziu do francês, cujo original latino não conseguimos: “E por outra parte defendemos e proibimos sob pena de excomunhão a toda qualquer pessoa... que vá...a algumas das ditas ilhas e terras firmes, já descobertas ou por descobrir, da banda do ocidente ao meio-dia... a 100 léguas de distância da ilha dos Açores e Cabo Verde”. Para Darcy está na doação incondicional de terras desta bula a origem da aristocracia latifundiária do Brasil (RIBEIRO, 2002, p. 40).

⁴⁶ “Le dernier humaniste italien venu au Portugal encore au XV siècle, ce fut Cataldo Parisio Siculo. D’origine sicilienne, comme son surnom l’indique; né selon toute vraisemblance en 1455, Cataldo fit des études à Padoue, à Bologne et à Ferrare. Professeur de rhétorique à l’Université de Padoue pendant quatre ans, il regagna Ferrare en 1482, y reçut deux ans après le grade de docteur en droit civil, et se rendit par la suite à Bologne, où, grâce à l’intervention de son protecteur Gaspard Malvezzi, il obtint un poste de professeur au Collegio Ancarano. Mais s’il y enseigna effectivement, ce ne fut que pendant peu de temps, car il se brouilla bientôt avec Malvezzi. Et c’est dans cette situation difficile, ainsi qu’il le dit, qu’il reçut l’invitation de Jean II à se rendre à la cour portugaise” (MATOS, 1991, p. 82).

relações públicas internacionais e a educação, que são três dos eixos de ação do Humanismo.

Cataldo formou uma geração de brilhantes alunos como D. Pedro de Menezes, Leonor de Noronha, D. Jaime, D. Diniz, entre outros, ao mesmo tempo em que fomentou o latim na vida pública de Portugal. Logo sua figura é decisiva por mostrar que a formação de humanistas seria útil ao Estado português⁴⁷.

Todas essas transformações simultâneas na corte de D. João II culminam, após seu falecimento, com o reinado de D. Manuel, chamado o Venturoso, que vê Portugal alcançar as Américas, nas terras do vindouro Brasil. Dessa forma, Portugal insere-se em um sistema global de comércio, enquanto as Humanidades clássicas se instalam na cultura portuguesa.

Em Portugal, podemos falar do Humanismo a partir do reinado de D. João II, quando começa a se formar *ex abrupto* uma plêiade de autores, que resulta na inserção do latim nas Letras da época de D. Manuel, o Venturoso, e em seguida, já no período de D. João III, culminará com uma vasta produção bibliográfica. Dentre os autores desta tradição, sem dúvida, o italiano Cataldo Parísio Sículo, autor primordial, primeiro fomentador do Humanismo em Portugal, efetivamente, refletiu em sua obra as primícias do Humanismo português.

Cataldo legou-nos em dois volumes suas *Epistolae et orationes quaedam*, impressas por Valentim Fernandes em 1510 e 1513, e os *Poemata*, além de algumas outras obras. Encontramos em suas *Epistolae* o que bem seria a extensão do latim na vida pública da corte, desde a correspondência entre monarcas sobre a pirataria, exigindo reparações por parte da Inglaterra de danos a navios portugueses, até os discursos solenes para núpcias e

⁴⁷ TANNUS, 1988, p. 18-26, RAMALHO, 1969, p. 31 e seguintes.

funerais⁴⁸.

Será somente com D. João III, porém, que, fundados a Universidade de Coimbra⁴⁹ e o Real Colégio das Artes, e instituído o Governo-Geral no Brasil, em 1548, teremos o surgimento das duas principais figuras de nossa pesquisa: José de Anchieta e Mem de Sá⁵⁰. Portanto, como procuramos demonstrar, há um profundo vínculo entre as Navegações e o Humanismo clássico, ambos fundamentais na formação do Brasil, ambos os grandes dinamos da colonização do Brasil, como é narrado no *DGMS*.

Portugal no século XVI adentra em uma dinâmica mercantil que tornará sua colônia na América um grande produtor de cana-de-açúcar, enquanto as possessões na Índia e África apresentam certo declínio. Assim, encontramos ao longo deste século um crescente interesse pela colonização do Brasil, que vai da escritura da *Carta* de Caminha, na chegada de Cabral em 1500, ao desenvolvimento terceirizado do regime de Capitânicas Hereditárias em 1530, até à instituição do Governo-Geral em 1548, datando em seguida a chegada dos jesuítas, até que o século praticamente termina com a morte de Anchieta em 1597.

Neste crescente, a colônia portuguesa passa por uma série de consolidações, que se mostra bem patente na análise dos documentos coloniais. Vemos uma aproximação do colonizador com a colônia que vai do simples vislumbre registrado por Caminha até sua total inserção com o indígena, como temos no *corpus* anchietano, o que caracteriza o século XVI como uma era de fundação do Brasil colonial, que se insere no contexto geopolítico europeu abruptamente.

O século XVII, em seguida, será o século em que o jesuíta e humanista Pe. Antônio

⁴⁸ TANNUS, 1988, p. 21, TANNUS, 2007, p.13 e seguintes.

⁴⁹ DIAS, 1969, v. 2 p. 397, sobre a reforma da Universidade portuguesa entre 1543-1548.

⁵⁰ SERRÃO, 1980, p. 357 e seguintes.

Vieira, *S.I.* pregará pelo Alto Xingu, será também o século dos bandeirantes mamelucos, o qual mostra já a expansão do Brasil, fundado cem anos antes, como se o fruto primevo da colonização, o mameluco que falava *nheengatu*, ou tupi, se tornasse adiante um colonizador.

Logo, nesta relação entre o século XVI e XVII, podemos afirmar que o litoral do Brasil coloniza o sertão, desta forma a herança colonial adentra o território e se expande, aproveitando a brecha do *Tratado de Tordesilhas* pela União Ibérica, após o falecimento de D. Sebastião em 1578, e do Cardeal D. Henrique em 1580. Durante a União Ibérica, os holandeses ocupam Pernambuco com o general Maurício de Nassau, também de formação humanística.

Assim, podemos concluir que o maior fruto da colonização do Brasil do século XVI, iniciada pelo impulso às navegações, é a autocolonização que sucederá no XVII, e o estudo do *corpus* anchietano ajuda-nos a entender este período, como há esta transição de um surgimento abrupto inicial para a expansão da colônia. Os humanistas favorecerão a colonização, na mesma medida em que as navegações possibilitaram a ocupação da terra.

Outro fator no século XVI, importante de frisar, sobre a fundação da colônia portuguesa, é o grande combate de 1560, um teste final contra a tentativa de ocupação francesa do Brasil. Este combate contra a França Antártica, que ocorre durante a regência de D. Catarina em Portugal, é um choque de experiências colonizadoras que diferem na origem do pensamento de cada um dos grupos envolvidos. Por enquanto, convém apenas lembrar que há humanistas como ideólogos em ambos os lados, sendo o combate a materialização de conflitos políticos, mas também ideológicos, reflexos das Grandes Navegações e do Humanismo renascentistas.

3. JOSÉ DE ANCHIETA

3.1. A Companhia de Jesus no Brasil

A Companhia de Jesus, *Societas Iesu* em latim, foi fundada por Inácio de Loyola (1491-1556), como uma das reações da Igreja Romana contra o Protestantismo⁵¹. Inácio, fidalgo nascido no castelo de Loyola, pertencia à nobreza basca, e em 1517 entrou para o exército, tornando-se então oficial de Carlos V⁵². Ferido na batalha de Pamplona, em 1521, converte-se em Cavaleiro de Cristo, decidindo devotar-se à conversão dos infiéis, na Terra Santa, enquanto, inicialmente, se inspira em São Francisco de Assis. Destas fontes surge o espírito incipiente da *Societas Iesu*.

Em 1522, no mosteiro dominicano de Montserrat, Inácio de Loyola depôs suas armas sob uma imagem da Virgem, tendo em seguida prosseguido seus estudos de latim, concluídos em Paris, entre 1528 e 1535, o que vincula a futura *Societas* de vez à tradição humanística do período. Desta forma, teremos na formação dos jesuítas uma dialética tanto da necessidade de restauração da Igreja, quanto da renovação do pensamento humanístico.

Em 1534, é fundada a Companhia de Jesus na Igreja de Santa Maria, em Montmartre, para efetuar trabalhos missionários⁵³, que é aprovada em 1537 pelo papa Paulo III, sendo seus sete fundadores, todos oriundos da Universidade de Sorbonne, ordenados padres em Veneza pelo bispo de Arbe, mas o título de Ordem religiosa data apenas de

⁵¹ DER GROSSE HERDER, v. 4, p. 1246.

⁵² ENCICLOPÉDIA FUNDAMENTAL VERBO, v. 1, p. 285. O Imperador germânico Carlos V (1500-1558), filho de Filipe, o Belo, arquiduque da Áustria, e de Joana, a Louca, rainha de Castela, possuiu o mais vasto império do Renascimento, foi imperador germânico em 1519, príncipe dos Países Baixos em 1516, rei de Espanha em 1518 e rei da Sicília em 1516.

⁵³ LEITE, 2004, v. 1, p. 3.

1540⁵⁴. A principal primícia da Companhia seria, pois, a reconquista de católicos em territórios recém-convertidos ao Protestantismo, como Polônia e Áustria.

A doutrina jesuítica aos poucos é estabelecida, visto que os *Exercitia Spiritualia* de Loyola foram publicados em 1538, as *Constituições Jesuíticas* em 1554, mas a *Ratio Studiorum*⁵⁵, a grande súpula jesuítica, só veio a lume em 1599, síntese das ações anteriores da Companhia e guia das ações futuras⁵⁶. Além de importantíssimos documentos teológicos, são ao mesmo tempo textos que comentam a educação, principalmente a educação de Humanidades.

A *Ratio studiorum* consiste em um documento importante por mostrar como, pela organização da educação, os jesuítas pregaram o maior ideal do humanismo: a igualdade do homem independente de fatores seculares. O método dado a prelo na *Ratio* fazia-os tornarem-se, assim, exímios linguistas que catequizavam na língua do gentio⁵⁷. Isso fê-los presentes *in partibus infidelium*, desde o nascer da *Societas*, como no Japão⁵⁸ em 1549, na Índia, como em Fatehpur Sikri, em 1579, no Tibete, em 1624⁵⁹.

⁵⁴ ENCICLOPÉDIA FUNDAMENTAL VERBO, 1982, v. 2, p. 778.

⁵⁵ “As primeiras normas de estudos nas Companhias foram as *Constituições*, cuja Quarta Parte lhes é toda consagrada. Depois de Santo Inácio e da prova prática do colégio, organizou-se a célebre *Ratio Studiorum*, verdadeiro código pedagógico dos jesuítas. O primeiro esboço da *Ratio* data de 1586, sendo consultados homens sábios e experimentados no ensino. Imprimiu-se, como manuscrito, em 1591, e promulgou-se, depois da impressão definitiva, como lei geral da Companhia de Jesus, no dia 8 de janeiro de 1599” (LEITE, 2004, v. 1, p. 29).

⁵⁶ LEITE, v. 1. 2004 p. 47.

⁵⁷ LEITE, *op. cit.*, 2004 p. 29.

⁵⁸ Para as dioceses ultramarinas e a fixação dos jesuítas no Oriente, SERRÃO, 1980, p. 151 e seguintes. ENCICLOPÉDIA FUNDAMENTAL VERBO, 1982, v. 1, p. 828: “Os Jesuítas entraram em Portugal a pedido de D. João III, em 1540: desde Portugal irradiaram para a Índia (1542), África (1547), Japão (1549), Brasil (1549) e China (1583).”

⁵⁹ O professor de humanidades tinha, por exemplo, como programa o *De arte Rhetorica* de Cipriano Soares, a filosofia moral de Cícero, no *Pro Lege Manilia*, *Pro Archia*, *Pro Marcello*, era responsável também pela aula de sintaxe grega. (FARRELL, 1970, p. 80). No original: *Regulae Professoris Humanitatis*, parágrafo 2, parte 1: *Praeceptorum rhetoricae brevis summa ex Cypriano (C. Soares S. I., De arte rhetorica), secundo scilicet semestri, tradetur; quo tempore, omissa philosophia Ciceronis, faciliores aliquae eiusdem orationes, ut pro lege Manilla, pro Archia, pro Marcello, ceteraque ad Caesarem habitae sumi poterunt. Graecae linguae parsilia pertinet ad hanc scholam, quae syntaxis proprie dicitur. Curandum praeterea, ut mediocriter scriptores intelligant et scribere aliquid graece norint.*

Inicialmente, vieram ao Brasil, entre outros, os jesuítas: Padre Manoel da Nóbrega (1517-1570) e o mestre Irmão Vicente Rodrigues, professor de latim, quando surgiu a primeira escola brasileira fundada na Bahia, o Colégio de Jesus da Bahia, erguido à época da Igreja da Ajuda em Salvador, que é um dos grandes patrimônios históricos do Brasil colonial⁶⁰.

José de Anchieta nasceu em dezanove de março de 1534, em São Cristóvão da Laguna, na ilha de Tenerife, integrante do arquipélago das Ilhas Canárias. Enquanto sua ascendência paterna era basca, a ascendência materna era proveniente da própria ilha, vivia junto a onze irmãos. Quando tinha quatorze anos de idade, dirigiu-se junto com seu irmão mais velho a Coimbra em 1548, ano de fundação do Real Colégio das Artes.

Matriculado, em seguida, no Real Colégio das Artes, anexo à Universidade de Coimbra, aonde veio com seu irmão Pedro Nuñez, que em 1548 começara a estudar na Faculdade de Cânones⁶¹, Anchieta mostra-se um brilhante aluno ao mestre Diogo de Teive e um exímio linguista no curso de Letras, estudando português e latim em Coimbra. Ingressa, então, na Companhia de Jesus em 1551, sendo enviado ao Brasil em 1553⁶².

⁶⁰ LEITE, 2004, v. 1 p. 13.

⁶¹ “pedro nuñez / provou pedro ñez de tenerife das Canárias de Castella diante do Sor frei Diogo de murça Reitor dous cursos em Canones que começarão pollo outubro de Ib quarenta e oito e acabarão por Ib Lta e forão testemunhas que asi o jurarão os bachareis diogo madeira e hieronimo sueiro e eu diogo dazevedo o screui aos XI dias de julho de Ibc Lta e quatro annos. Yeronimo sueiro dioguo madeira” (RAMALHO, Américo. Ainda, Anchieta e Coimbra. In: *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*, tomo I, 2000, p. 76).

⁶² No livro a Vida de Anchieta do séc. XVII, Simão de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1943, p. 14-15) narra-nos: “Corria o ano da nossa redenção de 1553 e corria ainda, como cousa nova e portentosa entre as gentes, o estranho descobrimento do novo mundo, que apparecera entre o abismo das águas do oceano, povoado de nações sem número de gentilidade, desamparado do socorro evangélico e alheio do conhecimento da fé, depois de nelas estar escondido desde a mesma criação da terra. A fim de alumiar estas gentes e este mundo novo tinha mandado o padre Simão Rodrigues de Azevedo, provincial de Portugal, com favor do Sereníssimo Rei D. João III, o primeiro socorro de seis varões de provada virtude, a saber, o padre Manuel da Nóbrega, superior, o padre João de Azpilcueta Navarro, o padre Antônio Pires e dous irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jacome, partidos de Lisboa ao primeiro de Fevereiro de 1540 e logo outro por meio do padre Miguel de Torres, visitador da província de Portugal, de quatro padres, a saber, Afonso Braz, Salvador Rodrigues, Manuel de Paiva, Francisco Pires, partidos de Lisboa no ano de 1550. A esta empresa, pois tão assinalada, mandou agora em terceiro socorro daquelas almas desamparadas, ao nosso missionário José de

A ascendência de Anchieta influenciou não só sua carreira eclesiástica, mas também suas obras. Tanto seu pai João Lopes de Anchieta, que tomou parte na Revolta dos *Comuneros* contra Carlos V, era grande devoto da Virgem Maria, quanto sua mãe Mência Dias de Clavijo y Llarena, descendente de judeus convertidos, cristãos-novos⁶³. José, assim, era descendente da família Anchieta, basca, e de Sebastião de Llarena, judeu do Reino de Castela. Dessa forma tanto a escolha de Coimbra para seus estudos foi guiada por essa ascendência, como seu ingresso futuro para a *Societas Iesu*, pois era profundo o vínculo entre as famílias Loyola e Anchieta⁶⁴.

Aceito como irmão na *Societas*, José de Anchieta chegou ao Brasil com dezenove anos na terceira expedição jesuítica para a colônia, no ano de 1553⁶⁵. Podemos observar que a chegada de Anchieta ao Brasil, com Duarte da Costa, é concomitante com a fundação dos colégios e escolas jesuíticos, quando a política de conversão do gentio oficialmente passa a ser uma política colonial, conforme teremos em 1554 o Colégio de São Paulo em Piratininga.

Anchieta foi professor de latim neste rústico Colégio das Artes de São Paulo, improvisado, mas feito segundo os moldes do Colégio de Coimbra, enquanto, no Colégio

Anchieta em companhia de seis outros religiosos, que resolveram ir acabar a vida entre aquela gente bárbara, e eram os seguintes: o padre Luís da Grã, reitor que fora do Colégio de Coimbra, o P. Braz Lourenço, o P. Ambrósio Pires e três irmãos João Gonçalves, Antônio Blasque e Gregório Serrão. Partiu este tão importante socorro de Lisboa a 8 de maio do ano já dito de 1553, ..., em companhia de D. Duarte da Costa, 2.º governador do Brasil, fidalgo ilustre, filho de D. Álvaro Costa, embaixador que foi del-Rei D. Manuel ao imperador Carlos V”.

⁶³ A certidão de batismo de Anchieta, datada de 7 de abril de 1534, encontra-se na folha 31 verso, do livro 1º de batismos da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, La Laguna em Tenerife, Espanha (LEITE, 2004, v. 1, p. 420).

⁶⁴ VIOTTI, 1980, p.25 e seguintes.

⁶⁵ LEITE, 2004, v. 1, p. 204, p. 372-374.

da Bahia⁶⁶, teria tido aulas da obra *Eneida* de Vergílio⁶⁷. E, assim, o latim era uma disciplina ensinada no Brasil antes do português, que tardaria a ser sistematizado.

Dá-se o início da conversão do gentio, pela busca da integração do indígena ao comércio colonial, junto à fundação de uma nova civilização ocidental. Isto porque o colono português, que sozinho era insuficiente para dominar a terra, teve no índio escravizado sua principal mão-de-obra. Logo a economia monocultora latifundiária de base escravista, para a exportação de um gênero agrário tropical, seria a técnica de colonização do Brasil, ainda que os jesuítas viessem imbuídos de outros propósitos.

Concorre a isto o fato de que os franceses, no século XVI, também lutaram para fundar uma colônia no Brasil. Logo a conversão do indígena, junto com mestiços, à fé católica, seria suficiente para firmar a presença lusitana e o domínio colonial português. Desta forma, os jesuítas vieram incumbidos de realizar metafisicamente o que fisicamente Portugal não podia realizar: fixar no Brasil uma identidade ocidental, o que garantiu assim a posse do território. Portanto, desde o início, o *uti possidetis* seria a principal característica da colonização portuguesa das Américas.

Os jesuítas já em 1570 possuíam colégios de formação e escolas catequéticas de indígenas, no Brasil, feitos nos moldes do Colégio das Artes de Coimbra, em vários pontos

⁶⁶ “O curso de Letras, na Bahia, desde que começou em 1553, tirando um curto período, não deixou nunca de funcionar, desde 1556, a não ser à roda de 1560, em que faltaram os estudantes da Sé. A partir de 1564, data da dotação oficial do Colégio por El-Rei, não consta que se interrompessem os estudos de Letras Humanas, que sempre existiram nalguma das duas formas, de Humanidades ou Gramática, havendo quase sempre ambas classes. Neste ano de 1564, o Irmão Luiz Carvalho, chegado no ano anterior, lia *uma hora de poesia do livro II da Eneida* aos mais adiantados” (LEITE, 2004, v. 1, p. 29-30).

⁶⁷ HOLANDA, 1985, p. 143 e seguintes. O programa de estudos seguiria, provavelmente, o do Colégio de Évora, dirigido por jesuítas em 1563, conforme cita Sérgio Buarque de Holanda: RETÓRICA: 6º Livro da *Eneida*, 3º das *Odes* de Horácio, *De lege agraria* e *De oratore* de Cícero, do grego *Diálogos* de Luciano. HUMANIDADES: *De Bello Gallico*, o 10º Livro da *Eneida* e gramática grega. GRAMÁTICA I: 5º Livro da *Eneida*, *Retórica* de Cipriano Soares e *Discurso post reditum* de Cícero. GRAMÁTICA II: *De officiis* de Cícero e *Ex ponto* de Ovídio, GRAMÁTICA III: *Tristia* de Ovídio e *Cartas* de Cícero, GRAMÁTICA IV: *Cartas Familiares* de Cícero, gramática latina, por fim, GRAMÁTICA V: obras de Cícero com gramática latina.

estratégicos da colônia, como no Rio de Janeiro, em Pernambuco e na Bahia, em Porto Seguro, em Ilhéus, também em São Vicente, no Espírito Santo e em São Paulo de Piratininga. Seu programa de disciplinas era próximo do que seria a *Ratio atque Institutio Studiorum*, enquanto sua vinda ao Brasil no século XVI, para a conversão do gentio, seria ao mesmo tempo uma reação à invasão dos franceses reformistas.

A educação jesuítica foi uma forma de alcançar estes objetivos, e resultou numa das cenas mais características da narração da vida de Anchieta por diversos cronistas, como sua primeira experiência de docência de Latim em Piratininga, narrada por Simão de Vasconcelos⁶⁸, na qual Anchieta teve que copiar com seu próprio punho os cadernos dos alunos um a um.

Assim, o trabalho jesuítico buscava, inicialmente, formar catecúmenos antes letrados⁶⁹ do que fomentar a vocação à técnica, como faziam os franciscanos. Estes antes valorizavam a educação por artes manuais, mais interessantes até mesmo aos índios. Foi com o curumim catecúmeno do jesuíta, com a cunhã esposa do colono e o homem indígena como escravo dos engenhos, que o Brasil no século XVI pôde firmar-se.

⁶⁸ VASCONCELOS, 1943, cap. 5, Parágrafo 3, p. 33: “Nesta extremada pobreza se abriu aqui a segunda classe de gramática que teve o Brasil (porque já na Bahia se tinha aberto uma); frequentavam-na doze dos nossos, que com o mestre eram treze, qual outro colégio de Cristo, e outro bom número de estudantes brancos e mamalucos, que acudiam das vilas já principiadas circunvizinhas. O trabalho era excessivo. Ainda naquele tempo não havia naquelas partes cópias de livros, Esta falta remediava a caridade de José... escrevendo por própria mão tantos cadernos dos ditos preceitos quantos eram os discípulos, que ensinava,... passando nisto as noites...” E no parágrafo seguinte: “No mesmo momento era mestre e era discípulo, e os mesmos lhe serviam de discípulos e mestres, porque na mesma classe, falando latim, alcançou da fala dos que o ouviam a mor parte da língua do Brasil, que brevemente aperfeiçoou, com tal exigência que pode reduzir aquele idioma bárbaro a modo e regras gramaticais, compondo arte dela, tão perfeita que, aprovada dos mais famosos línguas, foi dada à impressão e tem servido de guia e mestra daquela faculdade aos que depois vieram.” Note-se que a classe de gramática se referia ao estudo de latim, não de português.

⁶⁹ “No curso de Letras Humanas estudavam-se todos os clássicos, desde Ovídio a Horácio, e desde Demóstenes a Homero. Mas os mestres de estilo, mais recomendados pelo *Ratio*, eram Cícero e Vergílio. Grego não se estudou no Brasil do século XVI”, optava-se pelo tupi ao estudo de grego (LEITE, 2004, v. 1 p. 30).

A literatura do século XVI no Brasil colonial reflete este momento primevo da colonização. Embora possamos ter como marco a *Carta* de Caminha de 1500, só o *corpus* anchietano refletirá, efetivamente, uma perspectiva estética da política colonial de formação do Brasil. Podemos, então, colocar nos parâmetros da Contra-Reforma, cujo cerne da política educacional é a conversão do gentio, no Brasil, a presença da Companhia de Jesus como fator de sucesso da colonização do século XVI, já que o crescente interesse do Brasil pela Europa é registrado com o aumento das atividades jesuíticas junto aos colonizadores, sendo, portanto, o legado jesuítico uma das principais fontes de estudo do Brasil deste período. Do *corpus* literário desta época é preeminente a obra de Anchieta.

Em Portugal, a *Societas Iesu* tornara-se conhecida a partir de uma carta de Diogo Gouveia, reitor do Colégio Santa Bárbara, que ficava em Paris, durante o reinado de D. João III⁷⁰. Neste Colégio, que foi um reduto de formação de teólogos e humanistas ibéricos, estudaram Inácio de Loyola e Francisco Xavier. Já em 1546, estavam os jesuítas em Portugal, enquanto em 1553 controlavam a Universidade de Évora fundada pelo Cardeal D. Henrique, dirigindo também o Colégio Real das Artes.

Ao Brasil, a *Societas* chegou em 1549, com seis membros, incluindo-se Nóbrega entre estes, como foi supracitado. A partir de então, da metade deste século em diante, suas atividades estendiam-se do atual Rio Grande do norte até Santa Catarina. A criação da Província jesuítica brasileira em 1553⁷¹ marca o início de inúmeras construções, de igrejas na Bahia, às missões. Marca também o surgimento dos aldeamentos de índios catecúmenos, chegando à criação da Confraria dos Órfãos, inicialmente, fundada como o Colégio dos Meninos de Jesus, este que foi, em 1556, elevado a colégio canônico.

⁷⁰ GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, 1998, v. 7, p 1521, SERRÃO, 1980, p. 365 e seguintes.

⁷¹ FRANZEN, 2000, p. 221 e seguintes.

O Colégio da Bahia, que conferia graus acadêmicos de Artes, em 1575, e Mestre em Artes em 1578, e que conquistou seu reconhecimento oficial em 1590, foi a primeira instituição de ensino oficial do país⁷², sendo esta a primeira instituição oficial fomentadora das Letras Clássicas no Brasil.

No sul, os jesuítas fundaram um colégio para índios em Piratininga, como foi supracitado, sob o comando do Pe. Nóbrega, colégio que foi o berço do atual município de São Paulo, maior centro comercial da América Latina e do Brasil. José de Anchieta dedicou anos de sua vida a este colégio desde 1554⁷³, ano de sua fundação. Quando no Rio de Janeiro se fixaram os jesuítas a partir de 1565, ano de fundação da cidade, surgiram construções como a igreja de São Sebastião. Antes, entretanto, tiveram fundamental papel na expulsão dos franceses da Baía de Guanabara, colaborando na batalha contra a França Antártica e na derrocada do Forte Coligny em 1560.

A narrativa de Anchieta sobre esta batalha, no IV Livro do *DGMS*, tema de nossa Tese, provavelmente contou com testemunhos dos participantes, e o próprio Anchieta, junto com Nóbrega, teve participação ativa no prosseguimento desta contenda, no momento em que participaram do armistício e das negociações de paz com os Tupinambás da Confederação dos Tamoios, antes aliados aos franceses. Anchieta, refém dos Tamoios em Iperoig, atual município de Ubatuba, começou a redação do *De Beata Virgine Dei Matre Maria*, como conta a tradição dos biógrafos.

⁷² Anchieta fala sobre este Colégio em 1585: “Nelle há de ordinario escola de ler, escrever e algarismo, duas classes de humanidades, leram-se já dois cursos de artes em que se fizeram alguns mestres de casa e de fora, e agora se acaba o terceiro”, MATOS, 1900, v. 1, p. 5.

⁷³ “O que se fundou aqui, a 25 de janeiro de 1554, foi o primeiro Colégio da Companhia no Brasil, tendo por mestre durante quase um decênio ao jovem José de Anchieta” (VIOTTI, 1980, p. 78). FAUSTO, 2006, p. 49 e seguintes, depois de fundar o Colégio e o povoado de São Paulo, que se transforma em Vila, subiram os missionários para o sertão pelos rios Tietê e Paranaíba.

Este fato leva-nos a crer que este poema, mais conhecido sob o título corrente de *De Beata Virgine*, tenha sido reflexo do tema utilizado por Anchieta para a conversão do gentio e das negociações em Iperoig, e que seja, portanto, um compêndio do conteúdo diegético e moral da catequese utilizada por Anchieta no século XVI com indígenas. Sua seleção de narrativas pode nos mostrar como então se processou a conversão do gentio e a transferência de costumes no século XVI, além de ser um texto tributário da ideologia contra-reformista no Brasil. Trataremos a seguir das especificidades do *corpus* anchietano.

3.2 O *corpus* anchietano

O *corpus* anchietano é o primeiro conjunto de obras da literatura brasileira, o que a faz ser considerada neste período histórico um objeto interdisciplinar e complexo, cuja primeira interdisciplinaridade, e para a presente Tese a mais importante, é com a literatura latina.

Se considerarmos o *locus* em que foi composto o *DGMS*, este poema é um objeto de estudo da Literatura brasileira, ou portuguesa. Até mesmo poderíamos considerá-lo tema da Literatura espanhola se considerarmos a nacionalidade de Anchieta. Já se considerarmos a língua e a tradição em que se inscreve é objeto da Literatura Novilatina, da tradição da latinidade renascentista.

Ainda que pudéssemos usar um mote composto para descrevê-lo, como objeto da *Literatura brasileira de expressão latina*, este mote não demonstraria o valor universalizante do latim humanístico no século XVI. Podemos, então, considerá-lo como

Literatura Novilatina, escrito na época da Renascença⁷⁴, o que caracteriza o real valor do contexto e da língua em que foi escrito o poema.

Esta dificuldade taxionômica tem impedido estudos mais concentrados sobre um período literário tão importante e um *corpus*⁷⁵ tão singular, e, se nos motivou, foi apenas para mostrar a riqueza desta época em que um só autor, José de Anchieta, escrevia em quatro línguas⁷⁶.

Ao mesmo tempo, a Literatura Novilatina é uma literatura de certa forma isenta dos nacionalismos definidos na época do Romantismo, assim, deve ser tratada diferentemente da tradicional taxionomia, herdada do século XIX, que existe nos atuais cursos de Letras, embora esta Literatura Novilatina se constitua perfeitamente como objeto de estudo das Letras Clássicas, um dos únicos, talvez o único, dentre os cursos de Letras, que foge à ordenação baseada nos nacionalismos do século XIX.

A Carta de 1500, de Pero Vaz de Caminha em português, é o marco inicial do percurso literário do século XVI no Brasil colonial. Dentre as curiosidades acerca de sua redação, podemos frisar o momento em que Caminha faz um parêntesis em seu discurso descritivo do Brasil para solicitar favores a El-Rei, pedindo a concessão de emprego para

⁷⁴ O *corpus* anchietano é prototípico da Renascença, misturando temáticas clássicas greco-latinas com o substrato cristão, como veremos adiante, o que era comum então aos maiores artistas, em todas as artes, como Leonardo da Vinci, *Michelangelo*, dentre outros que se inspiraram tanto nas *Sagradas Escrituras*, quanto na estética clássica para compor as mais conhecidas obras da Renascença, como, por exemplo, as esculturas *Pietà*, *Moisés* e *David* de *Michelangelo*.

⁷⁵ As duas principais fontes do *corpus* latino anchietano são o *Manuscrito de Algorta* e a *editio* de 1563, que contém o *De Gestis Mendi de Saa*. O *Manuscrito* mede 28cm por 16cm, seu original perdeu-se em um incêndio, mas restam cópias fotográficas, que eram de posse do Pe. José da Frota Gentil, *S.I.*, que as emprestou ao Pe. Cardoso. Já a *editio* encontra-se em cópia na Biblioteca Nacional e o original está no Arquivo Distrital de Évora, é uma edição em oitavo, não numerada (ANCHIETA, 1970, p. 62 e seguintes). No *Manuscrito* temos várias obras em latim: como o poema *De Gestis Mendi de Saa*, sete poemas eucarísticos, o *De Beata Virgine Dei Matre Maria*, as *Horae Immaculatissimae Conceptionis Virginis Mariae*, junto a mais quatro outras odes sáficas como o *De Sancto Laurentio Martyre* (VIOTTI, 1980, p. 324). O *De Beata Virgine* fora inicialmente publicado no século XVII no final das duas principais obras do Pe. Simão de Vasconcelos, sua *Crônica da Companhia de Jesus no Brasil* e a *Vida do Venerável José de Anchieta*.

⁷⁶ RIBEIRO, 2002, p. 115 e seguintes, FREYRE, 1950, vol. 1, p. 257 e seguintes. O trilinguismo é característica inicial do Brasil colonial, sendo o português dominante a partir do século XVIII.

um seu parente, ou ressaltar a visão adâmica do índio⁷⁷.

A *Carta* de Caminha é muito mais rica do que as narrativas de Colombo, por exemplo, por este e muitos outros aspectos, e nela há recursos retóricos insuperáveis como o jogo de palavras conceptista, com a ironia que se utiliza do duplo sentido, físico e abstrato, da palavra *vergonha*. Esta *Carta* é, praticamente, a certidão de nascimento do Brasil e sofre atualmente do mesmo problema curricular do *corpus* anchietano, que não se enquadra como objeto de estudo exclusivo da literatura brasileira, nem portuguesa, menos ainda como objeto somente da Filologia Românica, por seu conteúdo multidisciplinar.

Depois de Caminha, a obra de Nóbrega, Anchieta e de outros jesuítas deste período, que se encontram nos *Monumenta Brasiliae* e nos *Monumenta missionum*, compõem a continuação desta tradição⁷⁸, que também possui duas importantes obras de cronistas portugueses: o *Tratado da Terra do Brasil*, de Pero de Magalhães Gandavo, de 1576 e o *Tratado Descritivo do Brasil* de Gabriel Soares de Souza, de 1587.

José de Anchieta é o nosso mais antigo poeta nos registros épico, lírico e dramático⁷⁹. Embora esta tradição de obras do século XVI no Brasil não pareça muito extensa, a ela poderíamos somar um grande *corpus* de cartas, algumas encontradas no *A.R.S.I. (Archivum Romanum Societatis Iesu)*, no Vaticano, outras em diversos fundos documentais do século XVI. Podemos somar, de certa forma, outra produção, derivada dos

⁷⁷ PEREIRA, 1964, fl. 13, linha 20-21 do manuscrito, p. 171.

⁷⁸ “On doit aux Jésuites de la première mission envoyée au Brésil une connaissance plus approfondie du pays. Elle était conduite par le P. Manuel da Nóbrega, ancien étudiant en droit canon aux Universités de Salamanque et de Coïmbre. Admis dans la Compagnie de Jésus en 1544, il s'embarque à Lisbonne cinq ans plus tard en qualité de Supérieur et était nommé Provincial par Ignace de Loyole en 1553. Son activité fut considérable, et de là que la documentation sur le Brésil se soit accrue de 1551 jusqu'à la veille de la publication du poème d'Anchieta” (MATOS, 1991, p.478-9). Assim, a *editio* de 1563 do *DGMS* mostra-se como publicação mais importante sobre o Brasil do século XVI.

⁷⁹ “Dans les lettres, discours ou poèmes de Cataldo on cherche en vain la moindre allusion au voyage de Gama, au succès des premières expéditions en Orient, aux conquêtes d'Albuquerque ou à la découverte du Brésil” (MATOS, 1991, p. 90). A obra de Anchieta, no Humanismo português, é única por se referir ao Brasil.

colonizadores da França Antártica, que nos deixaram interessantes relatos, como Jean de Lery e André Thevet, havendo também inúmeras obras em latim de Villegagnon, algumas edições na Fundação Biblioteca Nacional do Brasil, sediada no Rio de Janeiro, que carecem de estudos mais profundos, como o *Ad articulos Caluinianae de Sacramento Eucaristiae traditionis, ab eius ministris in Francia Antarctica euulgatae*⁸⁰, de 1562.

Logo a documentação deste período mostra-se ao mesmo tempo razoavelmente rica, porque nela há também alguns cronistas, que não enumeramos antes, como Fernão Cardim. Todavia, sem sombra de dúvidas, para o Brasil, o século XVI foi o século de José de Anchieta, como seu maior literato, sendo o *corpus* anchietano a fonte mais fecunda para estudos sobre o Brasil deste século, e Anchieta um dos mais polivalentes gênios do Renascimento ocidental⁸¹.

A *editio* de 1563, única do texto do *De Gestis Mendi de Saa*, intitulada com uma dedicatória, *Excellentissimo, singularisque fidei ac pietatis uiro Mendo de Saa, australis, seu Brasillicae Indiae Praesidi praestantissimo*, foi tipografada por João Álvares, tipógrafo régio de Coimbra, cuja atividade se estendeu de 1542 a 1586, iniciando cinco anos depois do estabelecimento definitivo da Universidade de Coimbra. Logo a atividade de João Álvares inicia-se com a edição de uma obra de Martim de Azpilcueta, o *De poenitentia distinctiones posteriores commentarii*, obra de direito canônico. Em 1563, por pedido de

⁸⁰ Publicações para os artigos da tradição da eucaristia calvinista sobre o Sacramento, pelos ministros desta na França Antártica.

⁸¹ Indubitavelmente, Cândido Portinari foi o pintor a mais vezes se utilizar da redação do *De Beata Virgine* como tema para retratar Anchieta. Uma destas pinturas, *Anchieta*, óleo sobre madeira, 0,56 cm x 0,46 cm, do acervo do Banco Itaú pode ser comparada com a pintura *Viagem sobre as nuvens* de Caspar David Friedrich (1815) uma obra sublime; este retrata a saída do europeu para o desconhecido, o outro sua chegada (GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, 1998, v. 2, p. 286 e v. 11, p. 2579). Representante da música, Villa-Lobos, inspirado na *Carta de Caminha*, deixou-nos uma obra também de proporções sublimes, a suíte *Descobrimento do Brasil*, cuja quarta parte, cantada por coral e orquestra, apresenta um texto a duas vozes em tupi e latim (*op. cit.*, 1998, v. 24, p. 5954). Assim, Portinari e Villa-Lobos, o pintor e o músico modernistas brasileiros, ao buscarem as raízes da identidade brasileira, se encontram, quase que em unísono, com o *corpus* anchietano.

Francisco de Sá, filho de Mem de Sá, edita-se o *DGMS*⁸².

José de Anchieta legou-nos uma gramática de Tupi, editada em 1595: *Arte de Grammatica da lingoa mais falada na costa do Brasil*, tendo-nos legado, também, autos e peças teatrais, exaustivamente estudados pelo heroico esforço de Maria de Lurdes Paula Martins, e certamente dentre todos se destaca o *Auto de São Lourenço*, para a crítica. Anchieta deixou-nos também uma lírica de leves contornos medievais, do manuscrito conhecido como *Livrinho de várias poesias*.

Alguns de seus sermões e correspondências, coligidos na edição da Academia Brasileira de Letras, são riquíssimas fontes históricas, como sua *Epistola quam plurimarum rerum naturalium quae S. Vicenti (nunc S. Pauli) prouinciam incolunt, sustinens descriptionem*⁸³, publicada por Diogo de Toledo, em 1799, em Lisboa. Temos, finalmente, o *Manuscrito de Algorta* que em seu conjunto contém os poemas eucarísticos, ligados à liturgia, surpreendendo-nos, entretanto, duas obras extensas em latim: *De Gestis Mendi de Saa*, poema épico, e *De Beata Virgine Dei Matre Maria*, uma longa elegia catequética, que somados ambos chegam quase a nove mil versos. Se considerarmos a estética kantiana, muito propícia para analisarmos obras da modernidade, poderíamos dizer que o *DGMS* pende à estética do sublime, na mesma medida em que o *De Beata Virgine* à estética do belo⁸⁴.

Entre os versos 2449-2456, temos a narração, no *De Beata Virgine*, por exemplo, da noite em que nasceu Cristo, do momento exato em que o *Lumen innociduum* vem ao mundo. Note-se a partir deste curto exemplo como se dá a construção poética do *De Beata*

⁸² ANSELMO, Artur. Os impressores quinhentistas de Anchieta. In: *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*, tomo I, p. 193 e seguintes.

⁸³ Carta que contém alguma descrição das numerosas coisas naturais que ocupam a Província de São Vicente, agora de São Paulo.

⁸⁴ DER GROSSE HERDER, 1953, v. 5, p. 152, MODERNO, 2006, p. 211 e seguintes.

Virgine em disticos elegiacos :

O nox, o cunctis speciosior una diebus!

O nox, natalis pulchra decore noui!

O nox, qua uerae radiant clarissima lucis

Lumina, Phoebis splendidiora rotis!

O nox, caligo qua pellitur atra, suusque

Redditur immenso rebus in orbe color,

Qua Deus egreditur puerili carne uolutus,

Quem menses clausit Virginis arca nouem!

(Ó noite, ó noite única, mais formosa do que todos os dias reunidos! Ó noite, bela pelo ornamento de um novo nascimento! Ó noite, em que mais esplêndidas do que o carro de Febo, as claríssimas centelhas da verdadeira luz fulguram! Ó noite, na qual a sombria treva é repelida, e sua cor é restituída no imenso orbe às coisas, noite na qual Deus sai volvido em corpo de menino, ele que por nove meses o ventre da Virgem encobriu).

Assim, podemos concluir que o *corpus* anchietano, documentado, inicialmente, na *editio* de 1563 e no *Manuscrito de Algorta*, é o mais valioso *corpus* de estudo do Brasil do século XVI⁸⁵, somando-se a estas fontes os *Monumenta Brasiliae* e os *Monumenta*

⁸⁵ “Le Brésil fut longtemps un pays négligé, et ceci pour des raisons évidentes. Par surcroît, nombre de textes le concernant disparurent à jamais ou restèrent longtemps inédits. La relation de Cabral sur la découverte elle-même et la Description du Brésil de Gonçalo Coelho, capitaine de l’expédition de 1503-1504, n’ont jamais été retrouvées; les lettres de Caminha et de Mestre João à Emmanuel, aussi bien que les récits de Paulmier de Gonneville et de Pêro Lopes de Souza, ne seront publiés que trois ou quatre siècles plus tard.” (MATOS, 1991, p. 477).

missionum, entre outras.

O *De Gestis Mendi de Saa*, poema épico, tema de nossa Tese, narra a colonização do Brasil, sendo sua figura central Mem de Sá (1500-1572), o terceiro Governador-Geral do Brasil colonial, nomeado em 1558, que sucedeu a Duarte da Costa, tendo ficado no cargo até sua morte em 1572. É, pois, o herói que dá título ao poema anchietano, fidalgo, irmão do poeta Francisco de Sá de Miranda, introdutor da poesia renascentista vernácula em Portugal. Mem de Sá antes exercera o cargo de desembargador de Agravos⁸⁶, e chegando ao Brasil tomou posse a 3 de janeiro de 1557, na Bahia⁸⁷.

A primeira contenda que buscou resolver foi na Capitania do Espírito Santo, território mal povoado por suas condições geográficas e refúgio de nações indígenas até fins do século XVIII. Ainda que neste primeiro combate contra os tamoios tenha perdido o filho, Fernão de Sá, o governo de Mem de Sá consistiu na expansão da colonização verticalizada, através de inúmeros combates pelo litoral brasileiro, que começou a se integrar, com a expulsão dos franceses em 1560 e a fundação do Rio de Janeiro em 1565.

Outras ações de Mem são narradas no *DGMS*, em cerca de três mil versos hexâmetros, aproximadamente, divididos em quatro livros pelo Pe. Armando Cardoso na edição de 1970. No I Livro (versos 1-809), narra-se a chegada de Mem de Sá ao Brasil (1557), a morte de Fernão de Sá e a batalha do rio Cricaré, no Espírito Santo, seguindo-se a fundação de vilas.

No II Livro (versos 810-1731) como homenagem a Mem de Sá, conforme contam cronistas que Anchieta escrevera o livro para consolá-lo da morte do filho Fernão, temos os combates narrados contra o chefe indígena Cururupeba, a fundação das primeiras vilas na

⁸⁶ SERRÃO, 1980, p. 135 e seguintes: “Mem de Sá era jurista de formação, graduado pela Universidade de Salamanca, tendo desempenhado as funções de desembargador da coroa”.

⁸⁷ *DGMS*, ANCHIETA, 1970, v. 162-220.

Bahia (1559), a conversão dos índios ao cristianismo e o combate à antropofagia, terminando com o combate em Ilhéus.

Já no III Livro (versos 1732-2301) narram-se as batalhas em Paraguaçu (1559) para a pacificação de indígenas. No IV Livro (versos 2302-3058), por fim, é narrada a queda do Forte Coligny em trinta e um de março de 1560, que teria como consequência futura a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, da baía de Guanabara, após a dissolução da Confederação dos Tamoios. A queda do Forte é tema do Livro o qual traduzimos e analisamos adiante.

4. A FRANÇA ANTÁRTICA

4.1. Fontes e histórico

Franceses, holandeses e ingleses também marcam a presença europeia no Brasil do século XVI. Desde 1548, no Sudeste, na região de Cabo Frio, local recoberto pela mata atlântica, de sete a oito naus francesas anualmente recolhiam madeira, o pau-brasil, e consta que teriam erguido neste lugar um fortim⁸⁸. Este foi o primeiro acesso para atingir a Baía de Guanabara.

O humanista francês Nicolas Durand de Villegagnon em 10 de novembro de 1555 desembarca no Brasil, na ilha de Serigipe na Baía de Guanabara, iniciando a tentativa de fundação de uma colônia, a França Antártica⁸⁹. Note-se que a carreira militar de Villegagnon era notável: lutou em Argel contra os mouros, na Hungria contra os otomanos, no Piemonte, contra os imperiais, na Escócia contra os ingleses, contra os turcos em Malta, logo colonizar o *Nouus Mundus* seria apenas mais um feito notável dentre tantos outros para este *dux* que terminou sua carreira na patente de Vice-almirante⁹⁰.

O nome da tentativa de colonização, França Antártica, em latim é o geônimo *Gallia Antartica*, um nome advindo da navegação da Renascença, pois o termo *antártica*, derivado do grego *antarktikos*, a partir do prefixo *ant-*, contrário, o *não*, e de *Arktos*⁹¹, a constelação Ursa, helenismo do latim clássico, é um termo utilizado para a navegação ao

⁸⁸ HOLANDA, 1985, p. 147 e seguintes.

⁸⁹ LEITE, 2004, v. 1 p. 127.

⁹⁰ HOLANDA, 1985, p. 148.

⁹¹ *Arktos* foi uma denominação dada pelos gregos para a constelação da Ursa, como helenismo adentra o latim clássico. *Arktos* mitologicamente foi uma constelação surgida da metamorfose de Calisto, filha do rei Lycaon, e costuma somar-se ao epíteto *Parrhasis*, que se refere à região da Arcádia. Encontramos o termo na *Eneida* (6, 16) e nas *Odes* de Horácio (2, 15, 16) com o sentido renascentista, já nas *Metamorfoses* (2, 409 e seguintes) de Ovídio temos o mitologema da metamorfose de Calisto em urso e de urso em constelação.

norte. Significa *antarcticus*, em última instância, nesta composição do Renascimento, o sul, o antinorte, que se atinge ao navegar em direção oposta à Ursa. Assim, França Antártica é a França do sul, e lembremo-nos de que esta denominação é criada em oposição à França europeia, situada no Hemisfério norte, logo esta seria uma colônia de transferência e reprodução de uma sociedade francesa no Brasil.

O rei Henrique II⁹², influenciado pelo nobre Coligny⁹³, partidário da Reforma e pelo Cardeal de Lorena, partidário católico, convenceu-se de que novas possessões ultramarinas fortaleceriam o regime monárquico francês em relação a seus principais competidores regionais, Espanha, Portugal e Inglaterra. Daí o rei concede, então, dez mil francos, duas ingentes naus, vasta munição, para o feito, e a possibilidade de tornar-se Villegagnon vice-rei, caso fosse bem sucedida a empresa de colonizar o Brasil.

A partir destes pressupostos, podemos afirmar que o modelo de colonização seria mais propício ao que se convencionou chamar de colônia de povoamento, pois, além de armadores normandos e mercenários bretões, muitos calvinistas visavam recriar as condições europeias na nova colônia, enquanto nas prisões de Paris e Ruão, Villegagnon terminou seu recrutamento de cerca de seiscentas pessoas que partiram de Le Havre em 12 de julho de 1555, em dois navios⁹⁴.

Na ilha de Serigipe, atual Villegagnon, às margens da Praça XV, no atual Centro da cidade do Rio de Janeiro, fundou-se o Forte Coligny, junto ao que poderia ser uma pequena povoação, Henryville, cuja existência foi motivo de controvérsias entre Thevet e Lery, que,

⁹² Henrique II (1519-1559), filho de François I, casou-se em 1533 com Catarina de Médicis, sobrinha do Papa Clemente VII. Na época da invasão do Brasil estava em trégua com o Imperador espanhol Carlos V, e deixou sua coroa para Francisco II, seu filho, que era o rei francês na época do combate de 1560 (GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, 1998, v 12, p. 2940-1).

⁹³ Os franceses custeados por Coligny haviam colonizado o Canadá sob a tutela do rei François I em 1535, com Jacques Cartier no comando da expedição. Neste momento contestavam todos os atos de Roma que lhes vedava acesso ao *mare clausum*, o oceano Atlântico, FERRO, 2006, p. 61-62.

⁹⁴ THEVET, 1557, p. 19 e seguintes, HOLANDA, 1985, p.149-159.

provavelmente, se existiu, ficaria próxima à foz do rio Carioca. Conflitos e motins eram frequentes, assim como hostilidades de índios, aliciados por desertores. Em pouco tempo os Tupinambás da Baía de Guanabara perceberam que se aproximar dos franceses seria proveitoso para lutar contra seus adversários: Tupiniquins, Maracajás e os próprios portugueses.

A imagem do indígena para os franceses variava de “bichos com figura humana” a homens da Idade de Ouro, conforme as cartas de Villegagnon a Calvino e a apóstrofe de Ronsard no *Discours contre la Fortune* sobre os indígenas: *Ils vivent maintenant en leur âge doré*⁹⁵. Notemos que há, na relação entre franceses e indígenas, também a constatação das utopias renascentistas, em choque com a realidade colonial da antropofagia selvagem e guerras constantes. Acerca deste tema, que já tratamos em nossa Dissertação de Mestrado, percebemos também que o francês tratava o índio como um ser paradoxal, entre a *aurea aetas*⁹⁶ e a *Titanomachia*. Ao mesmo tempo, dentro da cosmogonia bíblica, a percepção do índio como gentio e a releitura calvinista de livros como o *Levítico* condenavam a miscigenação.

Em fevereiro de 1557, uma nova leva de colonos aporta na França Antártica, que conta, então, com a presença de calvinistas e católicos, como André Thevet, Bois-le-Comte, Jean de Lery, os huguenotes Pierre Richier, Guillaume Chartier⁹⁷, incumbidos de evangelizar o gentio, empresa que apenas gerará conflitos internos e cisões fatais para a França Antártica. Entretanto, de início, a chegada dos novos colonos era marcada por uma euforia, que em breve redundaria em conflitos religiosos. Na obra de Jean de Lery, a Baía

⁹⁵ HOLANDA, 1985, p. 152.

⁹⁶ HOLANDA, 2000, p. 13, a crença no Paraíso Terrestre era comum por toda a Europa.

⁹⁷ HOLANDA, 1985, p. 154.

de Guanabara, como chamavam os índios, é a Genebra da América, conforme veremos mais adiante, em um capítulo que traduzimos de sua obra.

A França Antártica nunca pareceu isolada das tensões religiosas que causariam as Guerras de Religião na França, logo a figura ambígua do Villegagnon reformista que se correspondia com Calvino e a do Villegagnon Cavaleiro de Malta, católico, terminariam por se chocar, pois o apoio devido a partidários de um e de outro lado tornar-se-ia um ostracismo do grupo de colonizadores de ambas as partes.

A crise surge no Pentecostes de 1557, quando a consagração do vinho gerou dúvidas se podiam misturá-lo com água, já que não havia quantidade suficiente para todos. Enquanto, na discussão, Villegagnon invocou a tradição de São Cipriano, de São Clemente e os *Sagrados Concílios*, Pierre Richier era a voz contradizente, e a partir daí, este estopim culminou em uma ampla cisão, o que reduziu a capacidade de liderança de Villegagnon, e logo as facções religiosas começavam a se isolar⁹⁸.

Quando os calvinistas Corquilleray e Richier, junto com outros dissidentes abandonaram a ilha, no continente se aldearam junto a índios, chamando este acampamento de *La Briqueterie*. Todavia, de lá partiram para a Europa, em um navio normando, restando apenas cinco, três deles executados em seguida por Villegagnon, já desacreditado por católicos e protestantes. Em 1558, Villegagnon voltou à Europa, deixando a colônia à mercê de seus conflitos, comandada por seu sobrinho Bois-le-Comte. Assim, este foi o contexto que Mem de Sá encontrou com seu exército. Note-se que juridicamente a presença francesa no Brasil violava o Tratado de Tordesilhas e a disposição papal da Bula *Inter caetera* de 1493.

⁹⁸ HOLANDA, 1985, p. 155 e seguintes.

Em 1560, Mem de Sá com navios de guerra e soldados, dentre estes guerreiros indígenas, ataca e destrói o Forte Coligny, em dois dias de acirrado combate, enquanto os franceses fogem com a ajuda dos índios Tupinambás para as terras do continente. Este combate é narrado no *DGMS*. Lembremos que, em 1560, Villegagnon já retornara havia dois anos para a França, e lá se convertera novamente ao catolicismo, buscando ajuda com os jesuítas franceses para tentar uma nova empreitada.

Somente em 1565 Estácio de Sá, sobrinho de Mem, funda a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1º de março. Em janeiro de 1567, consegue expulsar definitivamente os franceses das terras do continente, os quais ainda se aliavam aos índios. Nessa empreitada, entretanto, é ferido, morrendo em fevereiro de 1567, vítima de uma ferida que recebeu de uma flechada.

Nesses doze anos de ocupação, de 1555 a 1567, sendo cinco de França Antártica, embora os franceses calvinistas tentassem por sua vez converter os índios seus aliados, como os Tupinambás, graças a seu conturbado sistema moral, e à própria cisão religiosa interna, falharam todos os esforços neste sentido. Isto porque, na colonização do Brasil quinhentista, qualquer cisão interna seria fatal para o estabelecimento entre os índios⁹⁹.

Coibindo os índios por suas festividades, sem a transferência de costumes implementada pelos jesuítas, como com as crianças, os franceses ora enforcavam os índios por seus excessos libidinosos, ora recriminavam seus costumes. Não conseguiram, portanto, a façanha de resolver a tensão religiosa internamente entre si, que, a partir disso, se refletia na inconstância de tratamento para com os índios e mestiços. Logo isso facilitou,

⁹⁹ Sobre os livros e doutrinas da França Antártica ver *DGMS*, ANCHIETA, 1970, v. 2882-2916; possuíam obras dos humanistas, *Brentius*, *Melancton* e Calvino.

posteriormente, as negociações de Anchieta e Nóbrega com a Confederação dos Tamoios¹⁰⁰.

A catequese jesuítica organizava-se por um enraizamento cultural sincrético, que se voltara à educação infantil, tendo sido fundada a primeira escola de São Paulo em 1554, como foi supracitado. Esta, apesar de ter instalações simples, estava voltada à educação de Humanidades, como o Real Colégio das Artes de Coimbra¹⁰¹. Simultaneamente, outra característica da autonomia jesuítica estava no uso do tupi como língua oficial e numa catequese voltada para as celebrações com teatro, dança, canto e procissões, o que criava, assim, uma vida social nas missões de sincretismo cultural. Assim, havia a cristianização dos costumes, danças e crenças religiosas dos índios. Tudo se encontra documentado, por exemplo, no teatro anchietano.

Nas missões e nos colégios, também cultivavam as artes como a literatura, a música e a escultura sacra¹⁰². Há uma excelente carta de Anchieta datada de 1º de junho de 1560 que trata, dentre vários assuntos, em alguns trechos, da França Antártica e de alguns destes atos de colonização, inclusive da disputa ideológica que caracterizou o conflito¹⁰³.

Vejamos, então, a descrição do século XVI da Baía de Guanabara, que constitui o VII capítulo do livro *Historia nauigationis in Brasiliam, quae et America dicitur. Qua describitur auctoris nauigatio, quaeque in mari uidit memoriae prodenda: Villagagnonis in America gesta: Brasiliensium uictus et mores, a nostris admodum alieni, cum eorum linguae dialogo: animalia etiam, arbores, atque herbae, reliquaque singularia et nobis penitus incognita. A Ioanne Lerio Burgundo. Gallice scripta. Nunc uero primum Latinitate*

¹⁰⁰ LEITE, 2004, v. 1 p.128.

¹⁰¹ SAMPAIO, 1978 p. 258-260.

¹⁰² ANCHIETA, 1970, v. 1273-1292, para as dificuldades dos jesuítas.

¹⁰³ ANCHIETA, 1933, p.157 e seguintes.

*donata, et uariis figuris illustrata. Excudebat Eustathius Vignon, anno MDLXXXVI*¹⁰⁴ de Jean de Lery em sua segunda edição de 1586, em latim. Note-se que é acrescida de informações que não estão na primeira edição em francês. Este capítulo somado ao vigésimo quinto da obra de Thevet *Les Singularitez de la France Antarctique* compõe o panorama de descrição da Baía de Guanabara ocupada pelos franceses.

4.2. *Descriptio sinus Ganabara*

Jean de lery caput VII p. 71

Descriptio sinus Ganabara, qui et Geneuerensis appellatur: Insulae, Castellique, atque insularum adiacentium.

Cum sinus iste a Barbaris Ganabara dictus, eo tempore, quo illic agebamus, inter caeteros eius regionis portus, nauibus Gallicis notissimus fuerit: abs re non existimaui alienum, si peculiarem eius decriptionem hoc (p.72) loco proponerem. Ille a Lusitanis Geneuerensis appellatur, quod Calendas Ianuarii primo eum intrasse credatur: tribusque uiginti gradibus iacentem ultra Aequinoctialem lineam, sub Capricorni tropico: cuius rei meminisse Lectorem cupio, ut Theueti agnoscat impudentiam. Is in libro uir illustrissimus, quoniam laudans se, ait, me, aut alium impostorem, hunc finem ad tres et uiginti gradus, prope polum Antarcticum collocasse, quum tamen nunquam aliter, quam hic scripserim. Quae alii de sinu isto scripserunt, praetermitto, eumque quattuor et uiginti passuum

¹⁰⁴ História da navegação para o Brasil, que também é chamado América. Na qual é descrita a navegação do autor, algumas coisas que viu, expostas de memória, como os feitos de Villegagnon na América, os modos de vida e costumes dos índios brasileiros, inteiramente alheios aos nossos, com um diálogo na língua destes, também os animais, árvores e plantas e outras coisas singulares, totalmente desconhecidas por nós. Por João de Lery Burgundo. Escrita em francês. Agora primeiramente, em verdade, apresentada em latim, também ilustrada com várias figuras. Imprimiu-a Estácio Vignon, no ano de 1586.

millibus patere affirmo. In quibusdam uero locis in latitudinem crescere, donec 14 aut 16 conficiat. Et quamuis ii montes, quibus iungitur, non adeo sint excelsi, atque ii sunt, quos Geneuensis lacus alluit, recte tamen cum eo comparari potest propter uicinitatem undique terrarum.

Ostium eius periculosum est, quia relicto mari trium insularum incultarum orae legendae sunt: unde magnum nauibus periculum imminet, ne scopulis allisae penitus frangantur. Deinde praeternauigandum est fretum, quod cum trecentos in latitudinem passus non habeat, enascitur sinistrorsum e monte, ac rupe pyramidis formam imitante: quae non modo est immensae magnitudinis: uerum etiam eminus artificio quodam elaborata uidetur. Propter eius autem rotunditatem, et quod ingenti turri persimilis esset, hyperbolice (p.73) a Gallis le Pot de beurre, appellata erat, paulo ulterius intra sinum ipsum rupes extat satis plana, quae in circuitu patet circiter centum et uiginti passus. Haec a nobis Le Ratier dicebatur, quam Villagagno cum primum appulisset, imposita primum supellectile, ac impedimentis muniri posse sperabat: ui tamen undarum inde pulsus est. Ea porro, quam incolebamus insula, duobus est passuum millibus ulterior: haec (ut commemorauimus) erat inculta ante Villagagnonis aduentum. In circuitu circiter passus mille complectitur, latitudinem sexies superante longitudine: scopulisque ad libellam summae aquae extantibus cingitur, qua de causa naues citra tormenti iactum accedere non possunt: estque ideo natura munitissima, ut adiri ne nauigiolis quidem possit, nisi e portus latere ex aduerso ingredientis Oceani. Haec si diligenter custodita fuisset, nec expugnari, nec intercipi potuisset, quemadmodum a reditu nostro est a Lusitanis occupata, eorum qui relictis essent culpa: ab utraque parte eminebat colliculus, cuius in fastigio tuguriolum Villagagno extruxerat: rupi uero quinquaginta, aut sexaginta pedes in altitudinem porrectae, et ad insulae centrum sitae, suum imposuit praetorium. Reliqua in planiciem

redacta, domiciliis continebantur, quae, annumerata omni Villagagnonis familia, octoginta circiter homines incolebant. Illa omnia si praetorium excipias aliquot fabrilibus lignis aedificatum et propugnacula qualicumque caemento superinducta (p.74), parua erant tuguriola, prout Americani solent, lignis exstructa rotundis, herbaque contexta, dum paucis artificium munitionis illius, quam Villagagno nuncupavit Collignium in Gallia erectum Antarctica. Id autem ab eo factum est, ut Gaspari Collignio Galliae Thalassiarchoi gratuleretur: neque immerito. Nunquam enim sine illius fauore, ac ope (ut antea commemoravi) cum iter illud agere, tum uillam in Brasillia munitionem exaedificare potuisset. At cum illius uiri longe nobilissimi memoriam immortalitati commendare uelle, prae se ferret, (nam, ut eius defectionem taceam, uiolatamque fidem qua receperat, antequam e Gallia excederet, se uerum Dei cultum in Brasiliensi ora instauraturum esse) quantam quaeso ansam Lusitanis arcem a se desertam, nunc obtinentibus praebuisse putatis erigendi trophaea de nomine Collignio, Galliaeque Antarticae, quod illi tractui erat impositum.

In quibus commemorandis satis mirari nequeo, Theuetum anno 1558, biennio post suum in Galliam reditum, ut Henrico secundo adularetur, qui regnum tunc temporis administrabat, in describendo sinu illo, et propugnaculo Colignii, ad dextrum latus in continente urbem depinxisse, quam Henricopolin nominat. Et quamuis tempus ei satis superfuerat ad illius erroris emendationem nihilominus in sua eum Cosmographia exstare uoluit. At ego uehementer affirmo, cum (p.75) e Brasillia migraremus, id quod contigit plus octodecim post Theueti profectionem mensibus, pagum nullum, urbem uero multo minus, eo unquam in loco fuisse, ubi suam falso Henricopolin collocat. Atque etiam fluctuans urbis saepe nomen inuertit, quam primo uernaculo sermone Ville-Henry, secundo Henry ville nominat, idem etiam tertio facturus, si ea de re loquatur in posterum. Inde aperte liquet,

hominem somnia tantum afferre, ac uanam quamdam picturam. Caeterum quis non animaduertit, multo magis Theuetum nomine Regis Henrici abusum esse, quam Villagagnonem Colignii, quod imposuit propugnaculo suo? Errore autem denuo repetito, uidetur Principis memoriam prorsus conspurcare uoluisse. Recte, Plutarchus, Augustum Caesarem excandescere, ait, solitum, si quid de se nisi grauiter, et a uiris praestantibus memoriae proderetur, eum quoque magistratibus in mandatis dedisse, ne pateretur¹⁰⁵ nomen suum a morionibus, histrionibusque haberi ludibrio. Alexander publico edicto cauit, ne ab alio, quam Apelle pingeretur, regium quippe nomen in pretio esse debet. Vt autem obuiam respondenti Theueto eam, locum cuius meminit, eum esse nego quem nos Laterariam uocabamus, in quo operarii nostri tuguriola quaedam aedificauerant. Attamen fateor, ubi primum Galli consedere, montem extare, quem de Regis nomine, Henricum appellarunt, ut alterum (p.76) etiam postea Corquillercum diximus, de cognomine Philippi Corquillerei, cuius ductu illuc appuleramus. Sed si tanta est inter montem, et urbem discrepantia, quanta inter templum et uaccam, Theuetum in describenda Vrbe-henrica, aut Henricurbe delirasse quis dubitet, aut imponere Lectoribus uoluisse? Ego autem, ne de his praeter ueritatem loqui uidear, eorum appello testimonium, qui iter illud confecerunt, sedeant etiam inter iudices, qui Villagagnonem simul comitati, quorum adhuc nonnulli supersunt, an in eo loco extiterit quoddam urbis uestigium, et non potius totum illud figmentum poetarum somniis ualde sit affine. Quoniam autem (ut in praefactione dixi) Theuetus me, sociosque sine causa est adortus, moleste ferre non debet, si unius facere iacturam urbis hac mea defensione cogatur. Caeterum multos in eo praeterea errores notauit, quos singillatim exponam, nisi se his contentum esse demonstrat. Male me certe habet quod interrupta sermonis serie, huc delapsus sum, sed cum id ueritatis tuendae

¹⁰⁵ No texto paterentur.

gratia fecerim, liberum facti mei iudicium Lectoribus relinquo.

Vt igitur quae restant de Ganabarasim persequamur, sciendum est ultra propugnaculum, decem fere millibus pulcherrimam fertilissimamque insulam iacere, ea cum in circuitu duodecim passuum millibus pateret. Magnae insulae nomen a nobis sortitum est. Quinetiam quod a Toupinambaulsiis foederatis (p.77) incoleretur, eam frequenter petebamus, ad exportandam farinam, aliaque necessaria.

Sunt praeterea in illo sinu maris multae insulae incultae, in quibus praestantissima ostrea reperiuntur. Barbari quidem in litoribus se submergentes, manibus adferunt lapides ingentes exiguis ostreis (illi Leripes uocant) circumdatos, quae sic petris adhaerent, ut uix sint auellenda. Horum plenos lebetes coquebamus, et in quibusdam exiguas gemmas reperiebamus.

Hic fluuius multorum piscium genere abundat, in primis mulis quam optimis, suibus marinis, et mediocribus aliis, quorum nonnullos, in capite de piscibus, describam. Hic uero ingentes, ac monstrosas balenas silentio praeterire nolo, quae pinnis aquam superantibus, nobis ita fiebant obuiaae, ut tormentibus facile peterentur. Veruntamen istiusmodi globis eas ualde laedi non existimo, tantum adest, ut interfici possint, eaque de causa recedebant a nobis innoxiae, quod pelle sint durissima, crassaque pinguedine. Harum una, quattuor, et uiginti a Castello miliaribus passuum Friense promontorium uersus in uadis adhaerescens, Oceanum repetere, quod eam aqua profundior defecerat, non potuit: ad quam tamen accedere ausus est nemo, antequam expiraret, quippe cum suis conatibus uicinam terram concuteret, et a quattuor millibus passuum exaudiretur. Postquam uero uitam exhalauit (p. 78), multi ex Barbaris, et nostris frustra quaedam carnum decisarum abstulerunt: reliquum autem eo in loco remansit. Eas uero carnes parui faciebamus, propter insipidum gustum: pinguedinem uero colliquabamus, ut oleo expresso ad lucernas uteremur. Lingua uero,

quae pars existimatur praestantissima, sale condita erat¹⁰⁶, Talassiarcae in Galliam transmissa.

Duo sunt etiam flumina, quae ad extremitatem sinus terra undique circumdata, cum eo coniunguntur. In iis ego aliquoties cum Gallis nauigavi, et multos Barbarorum uicos in utroque litore sitos inuisi. Haec sunt quae in hoc sinu praecipua cognoui, atque etiam arcis possessionem Gallis ereptam esse, tanto magis doleo: quanto haec recte custodita, ut erat facillimum, tutum nobis perfugium, et Gallis commodissimam nauigandi occasionem praebere potuissent. Ultra quadraginta, aut sexaginta passuum millia Platam uersus, et fretum Magellanicum, alter est ingens maris sinus, a Gallis Vasarum dictus, ad quem appellunt, illuc qui nauigant, sicut, et ad Friense Promontorium, quod et primum tenuimus cum Brasiliam peteremus.

Tradução

“CAPÍTULO VII

Descrição da Baía de Guanabara, que também é chamada de Genebra, da ilha e do forte de Coligny e das ilhas adjacentes.

Como essa Baía, chamada Guanabara pelos bárbaros, naquele tempo, quando aí vivíamos, fora importantíssima dentre os outros portos desta região para os navios franceses, não estimo ser coisa alheia, sem causa, caso propusesse uma descrição peculiar

¹⁰⁶ No original *condita fuerat*.

desta Baía neste trabalho. Aquela Baía é chamada de Genebra pelos portugueses, pois no 1º dia de Janeiro crê-se que a adentraram, a ela que fica a 23 graus abaixo da linha do Equador, sob o trópico de Capricórnio. Desejo lembrar ao leitor este dado, para que conheça a falta de pudor de Thevet. Este homem ilustríssimo, pois, louvando-se em seu livro diz que eu ou outro impostor, coloquei esta fronteira a 23 graus junto ao Polo Antártico, quando, todavia, nunca outra coisa diferente do que o que aqui está eu escreveria. As coisas que os outros têm escrito desta baía, ignoro, e afirmo que esta tem de extensão 24.000 passos. Em alguns pontos, em verdade, afirmo que cresce em latitude até que atinja 14 ou 16.000 passos. E, ainda que, aqueles montes pelos quais é cercada não sejam tão altos, como aqueles que o lago genebrense banha, entretanto, certamente, pode ser comparada com este lago de Genebra, por causa da vizinhança das terras por todos os lados.

A sua costa é perigosa, porque, abandonando o alto-mar, devem ser contornadas as margens de três ilhas não cultivadas, donde um grande perigo é iminente para os navios, para que, adentrando-a, não se esfrangalhem batidos nos rochedos. Daí em diante deve-se transpor um estreito que embora não tenha neste ponto sequer trezentos passos de latitude, ele surge do lado esquerdo de um monte, e de um penhasco que imita a forma de uma pirâmide, que não é apenas de imensa magnitude, mas também parece de longe ter sido construída por alguma técnica. No entanto, por causa da sua rotundidade, e porque fosse parecida em demasia com uma enorme torre, hiperbolicamente fora chamada pelos franceses de *Pot de beurre*. Um pouco além, dentro da própria baía há um rochedo bem plano, que se destaca em um circuito de cerca de 120 passos. Este era chamado por nós de *Le Ratier*, o qual Villegagnon, quando da primeira vez se aproximara, tinha esperança de que se fortificasse, depositados primeiro seus pertences e os equipamentos militares,

contudo foi expulso daí pela força das ondas. Outra ilha, mais à frente, a qual colonizamos, está a dois mil passos além; esta (como já mencionei) era inabitada antes da chegada de Villegagnon. Compreende cerca de mil passos em seu circuito, superando sua longitude seis vezes a latitude. É cingida por penhascos que se posicionam ao nível da superfície do mar, por esta razão os navios não podem aproximar-se a menor distância do que a de um tiro de canhão, e é a tal ponto tão protegida pela natureza, que em verdade não pode se aproximar dela sequer um pequeno navio, senão do lado do porto, da parte oposta ao Oceano que avança. Se a ilha fosse diligentemente vigiada, não poderia ser expugnada, nem surpreendida, como foi ocupada pelos lusitanos a partir de nossa volta, por culpa daqueles que nela tinham sido deixados. De um lado e do outro era eminente um pequeno monte, no cume do qual Villegagnon construía uma cabana. Em um penhasco em verdade erguido a cinquenta ou sessenta pés de altitude, e situada junto ao centro da ilha ocupada, Villegagnon colocou sua base de operações. No restante da ilha colonizada, em planície, conservaram-se nos domicílios, que habitavam, incluída neste número toda a família de Villegagnon, cerca de oitenta homens. Todas aquelas construções, caso se excetue a fortaleza de Villegagnon, edificada com alguma alvenaria, também alguns baluartes erguidos por uma pedra britada qualquer, eram pequenas cabanas, segundo o que costumam fazer os índios da América, construídas com troncos arredondados, e cobertas com relva seca. A partir de então, em poucas palavras, direi o artifício daquela fortificação, construída na França Antártica, que Villegagnon denominou Coligny. Isto tudo foi a tal ponto feito por Gaspar Coligny, Almirante da França, que se felicite a ele não imerecidamente. Com efeito, nunca sem seu favor e seus recursos (como antes já citei), poderia ter seguido aquela viagem e menos ainda ter construído aquela residência fortificada no Brasil. Mas, conforme ele levasse adiante o desejo de recomendar à imortalidade a memória deste varão, de longe

o mais nobre de todos (para que eu então me cale sobre a deserção de Villegagnon, pelo modo que recebera a fé violada, antes que saísse da França, ele que instauraria o verdadeiro culto a Deus no território do Brasil), pergunto quão grande ocasião tiveram os lusitanos, que obtinham a fortaleza por ele abandonada, de erguerem seus troféus sobre o nome de Coligny e da França Antártica, pelo fato de que tinham-se instalado dentro daquela região.

Não sou mais capaz de me admirar com algumas coisas que devem ser lembradas. Thevet no ano de 1558, dois anos depois de sua partida para a França, para adular Henrique II, que administrava o reino naquele momento, ao descrever aquela baía e a fortaleza de Coligny, retratou uma cidade do seu lado direito no continente, a qual chamou de Henryville. E ainda que o tempo fosse mais que o suficiente para corrigir aquele erro, nem ao menos desejou que ela constasse de sua Cosmografia. Entretanto, veementemente afirmo quando partimos do Brasil, o que aconteceu mais de dezoito meses após a partida de Thevet, nenhuma aldeia muito menos uma cidade, nunca houve naquele lugar, onde Thevet coloca sua Henryville falsamente. E também, hesitante, inverte o nome da cidade, que chama em seu primeiro discurso em vernáculo de Ville-Henry, no segundo Henryville. Ele vai fazer o mesmo no terceiro, se falar sobre este assunto no futuro. A partir daí, abertamente, é evidente que este homem tanto anuncia seus sonhos, quanto alguma vã pintura. Quem não censura o restante? Muito mais não abusou Thevet do nome do rei Henrique, do que Villegagnon do nome de Coligny, que colocou em sua fortaleza? No entanto, repetido o erro novamente, parece ter tentado conspirar inteiramente a memória do príncipe. De maneira justa, Plutarco diz que César Augusto costumava ficar irritado se algo fosse escrito sobre ele que não fosse gravemente, até por homens que se sobressaíam pela memória; também dava ordem aos magistrados para que não estivesse exposto seu nome a ser usado por bufões e histriões como zombaria. Alexandre acautelou-se por uma ordem pública, para

que não fosse pintado por outro senão Apeles, certamente porque o nome real deve ser tido em mérito. Para que eu siga, entretanto, respondendo contrariamente a Thevet, há um lugar, o qual ele menciona, que nego ser o que chamávamos Lateraria, no qual nossos operários edificaram alguns casebres. Mas ao contrário digo que onde primeiro os franceses se estabeleceram, havia um monte que eles chamaram de Henrique, do nome do rei, como também chamamos outro de corquillerco, por causa do nome de Phillippe Corquileray, sob cujo comando aí aportáramos. Mas se há tanta discrepância entre o monte e a cidade, quanto entre o templo e a vaca, quem duvidaria que Thevet ao descrever a Urbenrica, ou Henricurbe teria delirado, ou desejado impor isto aos leitores? Eu, entretanto, para que não pareça falar sobre estas coisas contra a verdade, faço um apelo ao testemunho dos que fizeram também aquele itinerário, que tomem assento entre os juizes, os que acompanharam Villegagnon ao mesmo tempo, alguns dos quais ainda vivem até agora. Respondam se acaso naquele lugar permaneceria algum vestígio da cidade, e se antes tudo aquilo não seria um fingimento dos poetas, inteiramente semelhante aos sonhos. Como no prefácio disse, visto que Thevet atacou a mim e a meus companheiros sem motivo, ele não deve suportar isto com pesar, como se fosse coagido a fazer o sacrifício de uma cidade por causa de minha defesa. Notei muitos erros dentre as coisas restantes em sua obra além desses, os quais exporei singularmente, caso ele não se demonstre satisfeito por estes. O leitor certamente me tem por mal, pelo fato de que, interrompida a série do discurso, escapei do que dizia aqui, mas como eu fiz isto com a intensão de proteger a verdade, deixo aos leitores o juízo livre do meu feito.

Para que então prossigamos ao que resta da Guanabara, deve-se saber que além da fortificação, ali existe uma ilha belíssima e muito fértil de quase dez mil passos, esta ilha estende-se em um circuito de doze mil passos. O nome de Ilha Grande foi escolhido por

nós. Ainda mais, pelo fato de que era habitada pelos Tupinambás confederados, a ela frequentemente nos dirigíamos, para transportar farinha e outras mercadorias necessárias.

Além disso, existem naquele braço de mar muitas ilhas desabitadas, nas quais são encontradas ostras notabilíssimas. Em verdade, os bárbaros, submergindo nos litorais, trazem em suas mãos pedras enormes circundadas por minúsculas ostras (eles chamam-nas leripes), que aderem de tal forma às pedras, que delas são arrancadas com dificuldade. Cozinhávamos bacias cheias destas, daí encontrávamos, em algumas, pequeninas pérolas.

Este rio é abundante em muitas espécies de peixes, sobretudo em excelentes mulos, porcos marinhos, e outros de qualidade regular, alguns dos quais descreverei no capítulo sobre peixes. Aí, também, não desejo passar em silêncio, as enormes e monstruosas baleias, que, pulando com suas nadadeiras na água, se faziam a tal ponto acessíveis para nós que facilmente poderiam ser capturadas por um arcabuz. Na verdade, estimo que não seriam muito feridas pelas balas deste modo, pois tanto se aproximavam que poderiam ser mortas, mas por duas razões afastavam-se de nós ilesas: primeiro porque tinham uma duríssima pele e segundo devido a sua espessa gordura.

Uma destas, prendendo-se nos bancos de areia a vinte e quatro mil passos de nosso forte na direção do promontório cabofriense, não pôde retornar ao oceano, porque a água mais profunda lhe fazia falta. Todavia, ninguém foi ousado a ponto de aproximar-se dela, antes que expirasse. O fato é que com suas tentativas golpeava a terra vizinha, e isto era bem ouvido a quatro mil passos de distância. Depois, porém, que expirou, muitos dos bárbaros e dos nossos deceparam alguns bocados das carnes perecidas, entretanto, neste lugar permaneceu a sobra. Consideramos estas carnes de pouco valor, por causa do insípido gosto. Na verdade, dissolvemos a gordura, para usarmos como óleo apropriado para lanternas. Além disso, a língua, parte que mais se estimava por deliciosíssima, fora

temperada no sal, daí transportada para o Almirante Coligny na França.

Há, também, dois rios que, na extremidade da baía, circundados por todos os lados de terra, com esta se juntam. Eu naveguei neles com os franceses algumas vezes e visitei muitas aldeias de bárbaros situadas em ambos os lados do litoral. Estas são as coisas mais notáveis que percebi nesta baía, e também tanto mais lamento que a posse do forte tenha sido tomada dos franceses, quanto esta devidamente protegida como era fácilimo de fazer, poderia ter-nos oferecido um abrigo seguro e uma ocasião muito cômoda de navegar para os franceses. A quarenta ou sessenta mil passos em direção ao Prata e ao estreito de Magalhães, há outro imenso braço de mar, chamado pelos franceses de Baía Vasaro, à qual se dirigem os que navegam para esse ponto, assim como também ao promontório cabofriense, o qual também tomamos outrora, quando chegávamos ao Brasil.”

4.3. A Batalha de 1560

Em 1559, chegava à Bahia de Todos os Santos, então capital da colônia e sede do Governo-Geral, uma armada portuguesa, sob o comando do Capitão-Mor Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, que iria combater os franceses na Guanabara, e punha-se esta à disposição de Mem de Sá.

Em seguida, o Governador-Geral partiu para o Rio de Janeiro com ela, após reunir colonos e índios para o combate, tendo enviado em seguida uma carta à Capitania de São Vicente, em que solicitava homens armados para auxiliá-lo a partir da barra do Rio de

Janeiro¹⁰⁷ e tomar o Forte Coligny.

Jean Cointa, desertor da França Antártica, que se declarava companheiro de Villegagnon e que se dizia senhor de Boulés e doutor da Sorbonne, foi o principal informante de Mem de Sá. Sua deserção ocorrera em um ataque de franceses aliados a índios contra a Capitania de São Vicente, tendo neste *interim* traído os franceses e passado ao lado dos portugueses, a partir daí advertindo-os dos ataques, e tendo-os ajudado a defender o forte Bertioga no atual estado de São Paulo. Embora haja uma falsa tradição que coloque Anchieta como carrasco deste Boulés, consta, por farta documentação, que este foi extraditado para Portugal e de lá para a Índia¹⁰⁸.

Segundo as palavras de Sérgio Buarque de Holanda, temos assim a narrativa da empreitada para tomar o Forte Coligny em 1560¹⁰⁹:

“A armada em que Mem de Sá partiu para o Rio de Janeiro em janeiro de 1560 constava de duas naus e oito embarcações menores. À entrada da Guanabara, essa frota ainda esperou pela chegada de um bergantim e muitas canoas procedentes de São Vicente. Intimidados por escrito, recusaram-se os franceses a render-se, antes responderam ao capitão com soberba. A 15 de março começaram os atacantes a desembarcar na ilha, então sob o comando de Bois-le-Comte. Num golpe de audácia, alguns portugueses conseguiram enfim penetrar no castelo, apoderando-se da pólvora de que dispunham os defensores. Desanimados com tamanha perda, desampararam estes o lugar com todas as máquinas de guerra nele existentes. A luta, nesta última fase foi dura, quase sem interrupção, dois dias e duas noites, rematando-a a vitória de Mem de Sá e de seus portugueses”.

¹⁰⁷ Uma descrição do século XVII: “O Rio de Janeiro está no cabo da zona tórrida da banda do sul, em vinte e três graus e meio de baixo do trópico de Capricórnio, pelo que participa mais do frio, que todas as outras terras que na costa do Brasil são habitadas. A baía é grande de muitos ilhotes; tem sua comarca pau-brasil e muitos engenhos de açúcar, e terras para criações e mantimentos, e mostras de minas e metais em que os homens confiam. A barra é tão estreita que uma meia-espera alcança a banda; tem seis fortes (1607): dois na entrada, e quatro que cercam a cidade. Tem mais hoje quatro fortalezas (1607), que são quatro mosteiros de não menos importância: São Bento, Nossa Senhora do Carmo, São Francisco e o nosso Colégio, em que se lê uma classe de ler e escrever, outra de latim, e a terceira de casos da consciência, quando há ouvintes, além de se exercitarem os mais ministérios que na Companhia se costumam, de pregar, confessar e doutrinar os escravos e índios. Foi esta terra trabalhosa de conquistar e aquietar que houve em todo o Estado...” (RODRIGUES, 1978, p. 33).

¹⁰⁸ VIOTTI, 1980, p. 125 e seguintes.

¹⁰⁹ HOLANDA, 1985, p. 159.

Perceberemos que a versão de Anchieta, tanto no poema, quanto na carta dá a cisterna tomada como motivo da fuga dos franceses, e que até a pólvora faltou aos portugueses¹¹⁰.

O comandante Bois-le-Comte, que substituíra o comando de seu tio Villegagnon, no Forte Coligny, rendeu-se aos portugueses que contavam cerca de dois mil homens, somados os auxílios de São Vicente e Santos. Do lado francês foram aprisionados cerca de setenta homens com escravos indígenas, além de quase sessenta de um navio e outros que andavam em terra. Enquanto entre os indígenas Tupinambás, Nóbrega calculou em mil, aproximadamente, os que ajudavam aos franceses¹¹¹.

Esta foi a primeira batalha e vitória da Marinha brasileira, se considerarmos a participação de indígenas e mestiços neste combate. Marcou-se, entretanto, por também ser um conflito mais do que político e militar, sendo a concretização de um choque ideológico entre Reforma e Contra-Reforma nos trópicos. É esta, pois, a única contenda entre nações diferentes por motivações religiosas, nas Américas.

Após a batalha, Villegagnon na França buscava auxílio junto aos jesuítas franceses para tentar recomeçar a empresa, mas tardiamente. Sua ruptura com protestantes e com a coroa francesa limitam-no a apenas pedir indenizações a Portugal pela embaixada portuguesa em Paris. Desta forma o combate de 1560 é, definitivamente, o fim da França Antártica e o estabelecimento do Brasil no sul, conforme Gabriel Soares de Souza, que, entre outros, o atestam. Logo a vitória de Mem de Sá é o início de um processo colonizador

¹¹⁰ LEITE, 1955, p. 362 e seguintes. Há uma excelente carta do Pe. Nóbrega acerca deste fato, datada de 1º de Junho de 1560, de São Vicente, que narra estes fatos. A esta voltaremos nos comentários. Há outra carta de Mem de Sá, escrita em São Vicente, datada de 17 de junho de 1560, que narra sucintamente estes fatos (SERRÃO, 2008, p.213-214).

¹¹¹ “A captura da ilha e do forte Coligny assinala o fim da tentativa francesa de ocupação e colonização da Guanabara” (HOLANDA, 1985, p. 159).

em que o Governador-Geral finalmente alcança um domínio litorâneo dentro das perspectivas do Tratado de Tordesilhas.

Os franceses perduraram na Guanabara do século XVI, testando a eficiência colonizadora portuguesa em vários outros momentos, mas como ocorria com outras nações, estes atos representavam já pirataria e, efetivamente, não buscavam fundar uma colônia até que outra experiência francesa, já em um contexto bem diverso de colonização ocorreu, no Maranhão, denominada França Equinocial, no século XVII.

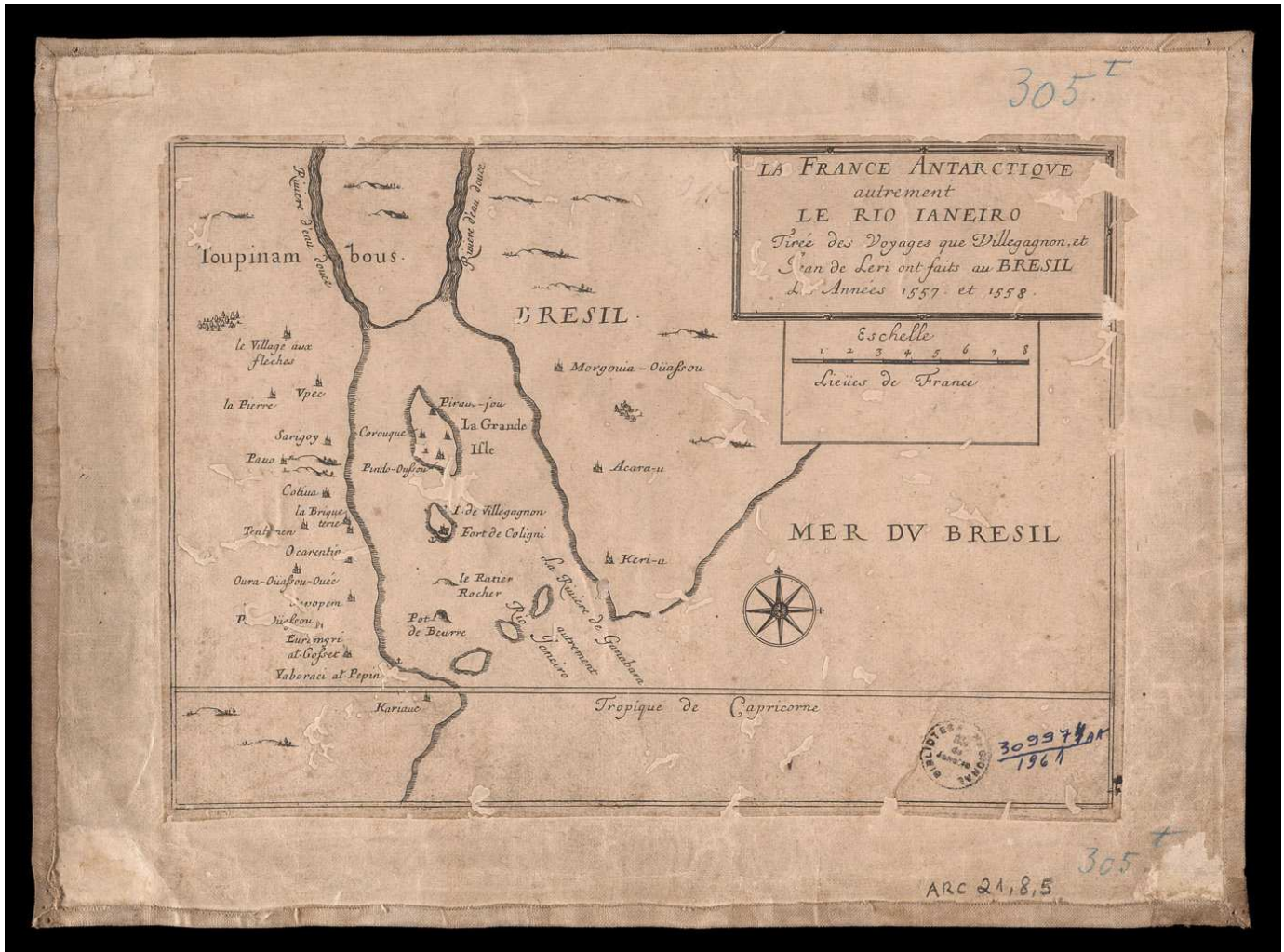
O ensino jesuítico disseminou-se no recém-fundado Rio de Janeiro de 1565, pois o alvará de 1564 de D. Sebastião, que forjou a redízima ¹¹² beneficiou as missões jesuíticas, iniciando pelos Colégios da Bahia (1564), do Rio de Janeiro (1568) e de Olinda (1576). Depois de editado este alvará, os jesuítas tiveram receita para expandir seu projeto de educação humanística e catequese do gentio. Logo dos sete padres iniciais, tornam-se já em 1597, ano de morte de Anchieta, milhares espalhados pela América, Europa e Ásia.

Todos os colégios da Companhia de Jesus eram gratuitos, todos eram também feitos nos moldes do Real Colégio das Artes de Coimbra, dado por D. João III em 1555 aos jesuítas. Estas primeiras instituições de ensino no Brasil baseavam-se, pois, na educação humanística, seu programa de disciplinas seria a *Ratio Studiorum*, a partir de 1599. Assim, as Letras Clássicas inserem-se na fundação do Brasil¹¹³.

¹¹² HOLANDA, 1985, p.141. Um documento intitulado *Despesa do Estado do Brasil a que a Fazenda de Sua Majestade tem obrigação* de 1588 mostra-nos que os maiores investimentos de Portugal no Brasil eram os Colégios da Bahia e do Rio de Janeiro, que por ano recebiam um conto e duzentos mil réis, e um conto de réis respectivamente, enquanto cabia ao Governador-Geral oitocentos mil réis (SERRÃO, 2008, p.310-311).

¹¹³ Poderíamos nos referir ao Humanismo no Brasil a partir da citação de abertura de Caio Prado de sua maior obra, PRADO JR., 1992, p.11: “Quem percorre o Brasil de hoje fica muitas vezes surpreendido com aspectos que se imagina existirem nos nossos dias unicamente nos livros de história; e se atentar para eles, verá que traduzem fatos profundos e não são apenas reminiscências anacrônicas”.

Ilustração
1



Mapa da França Antártica na Baía de Guanabara, do século XVI, entitulado *La France Antarctique autrement le Rio de Janeiro*, editado na obra de Jean de Lery. Notem-se os nomes em tupi e francês, que nos mostram os povoados espalhados. A Isle de Villegagnon, na qual está o Forte Coligny, será o principal campo de batalha; no *DGMS*, 1970, temos uma descrição dessa ilha entre os versos 2540 e 2573.



Ilustração 2

Mapa da batalha de Mem de Sá contra os franceses na Baía de Guanabara, em 1560, datado de 1575 da obra de André Thevet *La Cosmographie Universelle*. Apud MELLO, 1996, p. 87.

5. DE GESTIS MENDI DE SAA

5.1 Texto original

Valemo-nos de certos critérios para o estabelecimento de texto. Hierarquicamente, colocamos sempre a lição da *editio princeps* de 1563 acima da do *Manuscrito de Algorta* e das leituras de Cardoso em suas duas edições. Sempre que o sentido e a métrica da lição da *editio princeps* não apresentaram problemas, apenas transliteramos o texto, modificando somente detalhes de ortografia. Há, desta forma, dois tipos de variantes registrados: lições do *Manuscrito de Algorta* que diferem da *editio princeps*, e lições da *editio princeps* que necessitam de alguma intervenção, seja por motivo da ortografia¹¹⁴ ou do sentido.

Quando a métrica apresentou problemas, nas lições da *editio princeps*, e o sentido não, só alteramos elementos mínimos do sentido, mantendo a ordem e a métrica, intervindo apenas em elementos gramaticais. Quando sentido e métrica apresentaram problemas, preservamos o sentido e a métrica comentando-os, baseando-nos em outros versos do texto. Todavia, não fizemos nenhuma alteração de ordem estilística, desenvolvendo algumas poucas enclíticas que estão abreviadas, de acordo com a métrica, enquanto, ortograficamente, preservamos ao máximo a grafia da *editio*, excetuando-se os casos em

¹¹⁴ Sobre a ortografia geralmente adotada, FARIA, 1995, p. 41: “Sendo a grafia do tempo de Quintiliano mais conhecida, principalmente pelas inscrições, bem como por apresentar uma uniformidade relativamente maior, mesmo em comparação com o período clássico, é a geralmente seguida nas modernas edições dos clássicos latinos, embora nas partes da língua referentes às formas e à sintaxe se siga sempre a norma do tempo de Cícero e César”. Na Renascença, este também era o padrão de ortografia, que mantivemos, sem, por exemplo, desenvolver grupos como *uol-*, como em *uolgus*, *uolnus*, que foi o padrão utilizado até a dinastia dos Flávios, em meados de I. d.C., porque o texto de Anchieta pertence à tradição Novilatina. Ortograficamente, seguimos as normas dos dicionários utilizados nesta Tese, que se encontram na bibliografia. Quando fizemos alguma modificação ortográfica, foi no intuito de desfazer certos critérios de falsa etimologia, como *coelum*, que na Renascença tinha-se como, erroneamente, derivado do grego *koilos*, e de desfazer a redução dos ditongos *-ae* e *-oe*, ora grafados e pronunciados reduzidos em *-e* na Renascença.

que esta feriu, por falso critério etimológico, a ortografia da língua latina. Nosso objetivo foi, também, mostrar nos comentários, mais adiante, o valor clássico do latim anchietano, em uma exegese do poema.

A *editio* de 1563 não foi revisada por Anchieta, logo o editor contou com a provável leitura de Francisco de Sá, filho de Mem de Sá, que anexou um poema seu ao final da *editio*. Há, provavelmente, na leitura de Francisco alguns erros, por culpa provável das condições em que recebera o texto manuscrito de Anchieta, por correspondência. Nota-se que a edição foi feita relativamente às pressas, com emendas e cortes, barateada, o que torna este texto mais imperfeito do que o que costuma ser uma obra editada do Humanismo, por não contar com a revisão do autor. O *Manuscrito de Algorta* apresenta maiores imperfeições, que indicam que o copista não sabia latim, além de ser fonte mais tardia.

Para os versos que não figuram na *editio* utilizamos o *Manuscrito de Algorta*, comparando-o com a excelente leitura de Cardoso destes versos, colocamos estes em nosso texto estabelecido por serem interessantes para a compreensão de certos trechos do poema. Nosso intuito, entretanto, foi a aproximação ao texto da *editio princeps*, que o Pe. Armando Cardoso apenas transcreveu na sua segunda edição do poema de 1970. Na primeira de 1958, editada pelo Arquivo Nacional, a *editio princeps* de 1563 ainda se dava por desconhecida. Seguem em nota de rodapé as variantes e as lições originais que modificamos, embora as maiores modificações estejam comentadas no capítulo de comentários, após a tradução. As variantes são importantes para mostrar como no texto de 1970 o Pe. Armando Cardoso ainda preferia algumas lições do *Manuscrito de Algorta*.

Utilizamos a siglas *ed.* para a *editio princeps* de 1563 do poema, que se encontra na biblioteca do Arquivo Distrital de Évora, livro cujo título é uma dedicatória a Mem de Sá: *Excellentissimo, singularisque fidei ac pietatis Viro Mendo de Saa, australis, seu*

Brasillicae Indiae Praesidi praestantissimo. Conimbricae. Apud Ioannem Aluarum Typographum regium. MDLXIII. Utilizamos a sigla *MA* para o *Manuscrito de Algorta*, do século XVII ou XVIII, oriundo de Bilbao, de um solar dos Anchietas de Espanha, que possuímos em cópia, tirada de fotocópia dos originais que se perderam em incêndio.

Utilizamos a sigla *C2*, para a edição do *De Gestis Mendi de Saa* de 1970, feita pelo Pe. Armando Cardoso e editada naquele ano pelas Edições Loyola, baseada tanto no *Manuscrito de Algorta*, quanto na *editio princeps*. Não comentamos, todavia, a edição de 1958 do *DGMS*, feita também pelo Pe. Armando Cardoso, por se tratar de obra oriunda exclusivamente de crítica textual e análise do *Manuscrito de Algorta*, porque nosso objetivo é o estudo da *editio princeps*, que é fonte da Renascença. Para melhor visualização damos uma tabela a seguir.

No capítulo de comentários, após a tradução, discutimos as maiores intervenções ao texto da *editio princeps*, ao mesmo tempo em que demonstramos estilisticamente o valor clássico do latim anchietano. O primeiro argumento favorável a isto, para demonstrarmos este valor da produção novilatina anchietana, e o que a caracteriza como tradição classicista, é a possibilidade de uso de autores latinos do período clássico para comparação, a possibilidade do uso de dicionários de latim clássico para traduzir o texto do *De Gestis Mendi de Saa* e o enquadramento da sintaxe do latim de Anchieta na teoria descrita em gramáticas e obras sobre a sintaxe e a morfologia do latim, o que, paulatinamente, evidenciaremos mais adiante.

Tabela 1: Siglas das obras citadas

Título da fonte	Sigla	Ano de edição
<i>Editio princeps</i>	<i>Ed.</i>	1563
<i>Manuscrito de Algorta</i>	<i>MA.</i>	Século XVII ou XVIII
<i>De Gestis Mendi de Saa</i>	C2	1970

Segue-se o IV Livro do *De Gestis Mendi de Saa*: A França Antártica.

Hinc procul, assiduis ubi turbidus imbribus Auster
Verberat et terras, et saeui immania ponti
Aequora, quo ferme¹¹⁵ emenso Sol peruenit anno
Signa refulgenti lustrans caelestia¹¹⁶ curru,
Arua tenent hostes tumidos spectantia fluctus 5
Neptuni, et multos secus arida litora¹¹⁷ pagos,
Plurimaque¹¹⁸ occiduas Zephyri tendentia ad aedes
Oppida per campos et siluas¹¹⁹ structa per altas.
Hi Lusitanos, quorum non oppida longe
Dissita sunt, bellis irritant usque, dolosis 10
Insidiis homines capiunt, custode carentes
Et populantur opes, uastantes ignibus agros,
Plurima ac assiduo patrantur funera Marte.
Hos adeunt Galli saeuae commercia gentis
Optantes, mutant merces, gladiisque coruscis 15
Falcibus, atque hamis et multa forcipe¹²⁰, diros¹²¹
Demulcent Indorum animos, et rubra reportant

¹¹⁵ Ed.: *frme*.

¹¹⁶ Ed.: *coelestia*.

¹¹⁷ Ed.: *littora*. Modificamos todas as ocorrências.

¹¹⁸ Ed.: *Plurimaq;*, substituímos a abreviatura pela enclítica. Com o grafema abreviado *q*; marca-se na Ed. a partícula aditiva, ainda que tenhamos a ocorrência da enclítica desenvolvida. Em ambos os casos a mantivemos inclusive quando ocorre sem abreviação.

¹¹⁹ Ed.: *syluas*.

¹²⁰ Ed.: *forpice*.

¹²¹ Ed.: *diras*.

Ligna, uerecundo quae uestimenta colore
Inficiunt, atque acre piper pictasque uolucres
Humanos et quae referunt animalia gestus. 20
Tempore non multo, et tacite labentibus annis
Extollunt animos, auidaue cupidine tacti,
Quae Lusitani magno peperere labore,
In sua iura trahunt, alienaque regna furore
Audaci usurpant moti, conduntque superbam 25
Cingentes armis celsis in rupibus arcem.
Quid quod et haereseos sordentes pectora cuncti
Faece¹²², procul recto (nigra caligine mentem
Oppressi) a fidei declinant tramite, et ipsas
Ignaras rerum peruerso dogmate tentant 30
Inficere Indorum miseras (ea fama) cateruas.
Hos male possessis Praeses depellere terris
Marte parat, multasque ideo splendentibus armis
Instruit, et complet selecto milite naues.
Iamque dies aderat, cum portu soluere classem 35
Imperat, expediunt funes, clamantque uicissim,
Alternata urgentem minuentes uoce laborem
Durati ad solis pluuiasque incommoda nautae.
Pars trahit ingenti contentos pondere funes,
Voluit et in spiras tractos sequiturque trahentes 40

¹²² Ed. Foece.

Ancora tracta manus, pars linea carbasa¹²³ pandit
Antemnas sursum tollens, pars ardua scandit
Robora cordarum¹²⁴ nitens palmasque pedesque
Nexibus atque plagis crebris, pars pectore nitens¹²⁵,
Robustaque manu clauum tenet, omnia late 45
Horrescunt fremitu, uariis clamoribus intus
Feruet opus, proraeque Austri torquentur¹²⁶ ad oras
Carbasei tumuere sinus, Aquilone rudentes
Contenti strident, mugit sub puppibus aequor,
Et diuisa unctis diducitur unda carinis 50
Et tandem optatas puppes labuntur ad oras.
Iamque tenent¹²⁷ portum noctu, fundatque retorto¹²⁸
Fune tenax classem, curuatoque ancora dente¹²⁹.
Cumque diem mundo reuehens Aurora nitenti
Veste refulsisset, patent¹³⁰ in rupibus altis 55
Praecelsae, multo cinctae munimine turres
Condita ac excisis in propugnacula saxis.
Tempore forte illo diuersa per oppida Galli
Dispersi Indorum paucis custodibus arcem
Tradiderant, trepidant uisae formidine classis 60

¹²³ MA e C2: *pars concaua lintea*.

¹²⁴ Ed.: *chordarum*.

¹²⁵ MA e C2: *toto*.

¹²⁶ Ed.: *torquetut*, com nasalidade marcada por til, MA e C2: *uertuntur*.

¹²⁷ Ed.: *tenunt*.

¹²⁸ MA e C2: *retrorso*.

¹²⁹ MA e C2.: *morsu*.

¹³⁰ MA e C2: *parent*.

*Custodes intus, longeque sonante receptus
Aere canunt, omnesque uocant ad moenia flammis.
Vndique concurrunt omnes, et tecta citatis
Cursibus alta petunt, ueluti si forte columbae,
Cum calet alma dies, Borea spirante, uagantur 65
Arua per, et uariis conquirunt pabula campis,
Cum, surgente Noto, nigrescunt nubila, et altae
Miscere incipiunt tristi caeca aethere nubes
Murmura, diffugiunt celeres, agrosque relinquunt,
Inque sua abscondunt uolucris se moenia penna. 70
Interiora ratis sinuosi Gallica portus
Hostibus et telis et milite plena tenebat.
Tendit eo iussu Praetoris parua biremis,
Oppugnansque capit (uix euasere petentes
Litora cum Gallis hostes) et fune ligatam 75
Ad puppem trahit, ex summa flammantibus arce
Oppugnant telis redeuntem, ignesque coruscus
Machina uasta uomit, uolitant sed tela per auras
Irrita, nec nocuere (Deo seruante) sed intus
Sulphureus paruo correptus lumine puluis 80
Dissilit, atque ruens rapido cita turbine flamma
Occupat incautos, septenaque corpora lambit.
Heu miseros! Saeuae qui iam sentire Gehennae
Incipiunt ignes, quibus impia pectora labe*

Haereseos maculata dabunt in saecula poenas. 85
At pius effuso cernens fore bella cruore
Praetor, et immani multorum caede gerenda,
Non tulit, et saeuo potius uult parcere Marti,
Et pacem tentans Gallorum mittit¹³¹ ad ipsum
Talia uerba Ducem, parua conscripta papyro: 90
Non equidem credo te, quem praestantibus effert
Egregium factis, Dux inclite¹³², fama diuque,
Expertum rerum, cui doctae Palladis artes,
Expoliunt animum, subiturum munus iniquum,
Vt causam sponte iniustam defendere contra 95
Iusque piumque uelis, multorum caede uirorum.
Quam colis, ad nostrum ius pertinet ista labore
Lusitanorum parta est, ac robore terra.
Si te sponte iuuat nostris discedere regnis,
Vt noster, uesterque iubet Rex optimus, omnis 100
Ansa cruentandi tolletur funere dextras,
Et nihil inde tui pretium minuetur honoris.
Sin minus, horrendo stat Marte lacessere turrim
Saeua et collatis committere proelia¹³³ signis,
Et leto maculare manus, nauesque profuso 105
Tingere cum scopulis, et litora sicca cruore,

¹³¹ MA e C2: *misit*.

¹³² Ed.: *inclite*.

¹³³ Ed.: *praelia*.

*Inuitus faciam (testor praesentia caeli
 Numina), tu solus Domini post fata tremendum
 Iudicium subiturus eris, tu, criminis huius
 Communis stragis, tu, fusi¹³⁴ sanguinis, unus* 110
*Esse ferere reus, uidet alto a uertice Olympi
 Quaerere uenturus uitas, et crimina Christus.
 Hactenus ad Gallum Praeses, cui reddidit ille:
 Vtrane sit melior uel iustior, Optime Praetor¹³⁵,*
Non est causa meum decernere, nouerit ille 115
*Cuius ad imperium Brasillis litora terrae
 Incolo tutandam quique hanc mihi credidit¹³⁶ arcem.
 Henrici iussu ter maximi ad ardua tollit
 Sidera, quam cernis, caput haec tutissima turris,
 Iniussu magni nunquam constructa relinquam* 120
*Moenia Francisci, felici Gallia cuius
 Obtigit imperio, qui patria regna gubernat
 Insignis sceptris dextram, crinesque corona.
 Viuit in aeternum, cuiusque examine iusto
 Debita qui pensat, magni Deus arbiter orbis,* 125
*Qui puras a caede manus, fusique cruoris
 Innocuas reddet mihi, tu quae proelia tentes
 Videris, en superest telorum copia magna,*

¹³⁴ Ed.: *tu, fusi*, MA e C2: *infusi*.

¹³⁵ MA e C2: *Praeses*.

¹³⁶ MA e C2: *tradidit*.

Fulgentes gladii, tormentaue bellica, flammae
Armaue, continuis quae exercita corpora bellis 130
Secure condant, sunt denique cuncta parata,
Structa quibus iubeor¹³⁷ defendere moenia turris.
Ergo age, praesto sumus, qui propugnabimus arcem.
Haec Dux Gallorum Heroi responsa remisit.
Quis furor, o, caecam quae tanta superbia mentem 135
Inuasit, Dux Galle, tuam? Qua incenderis ira?
Respuis oblatam pacem? Quo munere uitam
Conseruare queas? Properant crudelia letum
Proelia, nec paruo norunt, nec parcere magno.
Tantane te celsae tenuit fiducia turris? 140
Scilicet haud facile est Domino ab radicibus imis
Eruere excelsas urbes, turresque superbas,
Atque aequare solo? Qui uasti moenia mundi
Concutit, et nutu magnum contorquet Olympum.
Atque ea paulatim dum parte ab utraque geruntur, 145
Lusitanorum Proconsul ad oppida mittit,
(Nomine quae claro Sanctus Vicentius ornat)
Suppetiasque ferant, petit auxiliaribus armis.
Arrexere omnes animos, properique biremes
Veloces atque arma parant, ueniuntque uocati 150
Absque mora, uenere simul Brasillica pubes

¹³⁷ MA e C2: iubear.

Arcubus et leuibus dextras armata sagittis.
Venit et acutus socio cum fratre sacerdos
Ignito armatus diuini fulmine uerbi
Ex sociis, Rex Christe, tuis cui crimina miles 155
Detegeret fassus, purgans sordentia culpīs
Pectora sanguinei subiturus proelia belli.
Cetera pars populi fundens ad sidera uoces
Femineusque¹³⁸ simul sexus puerique senesque
Orabant Dominum et caelestia numina palmam. 160
Nam quid de Iesu Sociis Dominique ministris
Rettulerim, quorum noctes mens prompta diesque,
Oraque, caelestem Patrem, Sobolemque paternam,
Cui compar laus est, sors aequa, eademque potestas,
Gloriaque aeterna in superis, Flamenque Beatum 165
Poscebant, praestaret opem, turmasque fideles
Redderet egregii uictrices laude triumphī.
Hos ego crediderim, gemitu multisque querelis,
Pulsantes summi ualuas atque ostia caeli,
Ignea ac ardenti iaculantes pectore tela 170
Aeternum mouisse Patrem, contunderet hostes,
Et procul a turre¹³⁹, incusso terrore, fugaret.
Bis decies tenebris Aurora retexerat orbem,

¹³⁸ Ed.: foemineusque.

¹³⁹ MA e C2: turri.

Lutea puniceo suffundens ora colore,
Cum Praeses turrem parat oppugnare superbam, 175
Conciliumque uocat procerum, non inscius omnes
Saepe reluctatos, quod nullis moenia possent
Expugnari armis, quae saxa ingentia circum
Ambirent, multisque essent tutissima telis.
At Dux magnanimus, cui pectore sederat alto 180
Propagare fidem, divino robore fretus,
Opponit cunctis sese, nec uincitur ullis
Succumbens uerbis, sed nititur ardua contra
Tendere, et obiecti superare pericla laboris.
Quale, quod opposita lignorum mole morari 185
Agricolae atque aliis tentant deducere fossis
Flumen, it exiguo cum per uicina fluento
Arua, reluctatur multo conamine, donec
Colluione potens, insano uortice, moles
Obruit obiectas, uasto se gurgite pandens. 190
Ergo simul Procere omnes coiere uocati,
Quae sedeat menti Praetor sententia pandit¹⁴⁰,
Atque haec in medio promit uerba ultima coetu.
Ventum ad supremum, Procere, stat Marte superbam
Oppugnare arcem, uideo munita locique 195

¹⁴⁰ Ed., MA e C2: *Quae sedeat menti Praetor sententia pandit*. Esta lição causa-nos estranhamento, pelo fato de ser concordante em todas as fontes, a mantivemos, ainda que nela o verbo esteja com dois nominativos.

Ingenio, et multis tutissima moenia telis,
Hostilesque manus, et uitam effundere certos,
Aut tutari arcem spargendo funera, Gallos.
Sed quae sunt contra diuina hae robora uires?
Numquid difficile est Domino caeli ardua nutat 200
Quo quatiante domus, turres excindere magnas¹⁴¹
Non ille armatas acies, non saeua tremiscit
Agmina, non hominum terrores pertimet ille,
Ille dabit uires, causam iuuabit agentes
Iustitiae fideique pius, dextraque potenti 205
Pugnabit, frangetque hostes atque impia uera
Cassa fide merita mulctabit pectora poena¹⁴².
Ergo Dei inuicto fidentes robore magnum
Aggrediamur opus diuinae laudis amore,
Splendida praecedant sacri uexilla trophaei¹⁴³, 210
Et sperata crucis uictoria signa sequetur.
Haec postrema dedit Dux forti e pectore dicta,
Iamque omnes trahit ad sese, iam pectora cunctis
Incaluere uiris, armorum ac Martis amore
Feruescunt animis, iuuat ire, et Gallica bello 215
Moenia diruere, et fumantibus urere flammis,

¹⁴¹ Ed. : *Numquid difficile est Domino, coeli ardua nutat / Quo quatiante domus, turres excindere magnas*
C2: *Numquid difficile est Domino, caeli ardua nutat / Quo quatiante domus, turres excindere magnas*. Acerca desta lição, de difícil sintaxe, a mantivemos por estar registrada na ed.

¹⁴² MA e C2: *meritis poenis*.

¹⁴³ C2 não registra este verso, que se encontra na Ed.

Aut iusta fidei pro causa et laudis amore
Diuinae praeclaro animas effundere leto.
Ipse rate inuectus parua dux maximus omnes
Ambit, et incedant apto iubet ordine naues. 220
Distribuitque uiros, uti quo munere quisque
Debeat, aut quo quisque loco certamen adortus
Pugnet in aduersas acies, tum pectora culpis
Abluit¹⁴⁴, et Christi communit¹⁴⁵ fortibus armis
Ante sacerdotem procumbens poplite flexo. 225
Id multi fecere alii ducis optima magni
Exempla et morem concordi mente secuti
Pectora mundantes factorum labe malorum.
Iamque dies aderat pugnas uisura cruentas,
Collatasque manus, et signa minantia signis, 230
Aere canit signum puppi nauclerus ab alta
Incenditque uiros, consurgunt protinus omnes,
Accinguntque manus operi, robustaque nudant
Brachia, iamque trahunt magno clamore rudentes,
Soluentes proram, sinuosaque carbasa pandunt, 235
Protinus aspirans quae lenis ab aequore uasto
Aurea Phoebei dum uertitur orbita currus
Aethereo ascendens cliuo, mulcentibus implet

¹⁴⁴ Ed. *Ablui*.

¹⁴⁵ Ed. *communi*.

Flatibus aura, ruunt rostratae turgida prorae
Aequora, et alta petunt summae fastigia turris. 240
Stat, circumfuso¹⁴⁶ quam circuit aequore pontus,
Insula parua sinu in medio, quam plurima saxa
Curuaque continuae circundant litora terrae,
Vnde rates uasti ducuntur ad aequoris undas
Parua per, et medium quae diuidit ostia saxum, 245
Quo Galli quondam mediis in fluctibus arcem
Struxere, insanae sed diruit impetus undae.
At nunc excelsis haec turribus insula gaudet
Fortis inaccessis scopulis, quos aestuat icens
Vnda fretis, rauoque fremunt caua saxa tumultu 250
Lucis ad occasum Phoebeae paruus in altum
Erigitur terrae tumulus, quem uestit inumbrans¹⁴⁷
Rara procul fundens uiridantia brachia palma
Hunc iuxta, excisum circum, duroque cauatum
Ferro ingens saxum, et saxo constructa superbo 255
Alta domus multo conflato armata metallo.
Paruulus ulterius terrae agger, plenaque lymphis
Ad dextram cisterna, domus hinc inde frequentes,
Plurima ac angustos propugnans ferrea calles
Bombarda, hos inter puteumque immanis hiatus, 260

¹⁴⁶ Ed.: *circumfuso*.

¹⁴⁷ MA e C2: *obumbrans*.

Quo furiosa fretis spumantibus unda remugit,
Qua patet arcta nimis transuerso semita ligno.
Hac, ubi transieris Phoebi radiantis ad ortus,
Aspicias magnum surgentem ad sidera¹⁴⁸ montem,
Praecipites circum anfractus, queis tendere sursum 265
Non datur, aut contra descendere posse deorsum.
Vnus ad excelsum ducens accliuis et arctus
Ascensus, duro quem Gallica dextera ferro
Excidit multo confringens saxa labore,
Aggeribusque tuens structis, stat uertice summo 270
Condita compactis ingentibus ardua lignis
Bombardis, posituque loci tutissima turris.
Totus inaccessus mons, edita ad aethera rupes,
Immanis moles, et inexpugnabile saxum.
Ergo rates leni turgentibus aere uelis 275
Aequoris arua secant, tendunt ingentia contra
Solis ad exortum maiores moenia puppes,
Vt medio oppugnent stantes in marmore turrim.
Veloces contra pergunt salebrosa¹⁴⁹ biremes
Litora militibus grauidae, et fulgentibus armis, 280
Palmiferumque petunt collem, qua barbara Gallus¹⁵⁰

¹⁴⁸ Ed.: *sydera*.

¹⁴⁹ MA e C2: *scopulosa*.

¹⁵⁰ Ed.: *Palmiferumq; petunt collem. Iam nauibus exit. Já em MA e C2: Palmiferumque petunt colle, qua Barbara Gallus. Os versos 281 ao 310 foram suprimidos de ed., havendo uma cisão de versos para camuflar o corte, nestes versos seguimos a leitura de MA e C2, ver nota 153.*

*Praesidia innumeros statione locauerat hostes,
 Qui propugnarent arcentes litora turmas
 Lysiadum, solum illa altam non inscius arcem
 Posse oppugnari telis, atque igne lacessi. 285
 Sed nihil aethereum fas est audere Tonantem
 Viribus humanis contra: nam, doctus ab alto
 Dux iubet ad laeuam (quam lucidus excit Eois
 Phoebus equis, claro perfundens lumine pontum)
 Tendere uela rates alias, et litora cursu 290
 Appetere – ex siluis quo plurima defluit altis
 Vnda salo immiscens sese - ; male prouidus inimicos
 Vt credat nimia laticum penuria adactos,
 Deserat et falsa deceptus imagine collem.
 Nec mora: ubi plenis sinuosa ad litora uelis 295
 Arripuisse rates cursum uidere cateruae
 Hostiles, sine more ruunt de colle, citasque
 Conscendunt lintres, tumidas lapsaeque per undas
 Litora curua tenent, rapidisque ad rauca fluenta
 Coniiciunt sese plantis, propellere lymphis 300
 Vt possint letoque uiros mulctare cruento,
 Dementes, iussa potius qua¹⁵¹ sede manere
 Deberent, collisque accessu arcere cohortes,
 Vnde lacessendam uia sola patebat ad arcem.*

¹⁵¹ MA e C2: quae.

Ergo, dum nimia stimulante cupidine caedis, 305
Litoreos uaga turba sinus carpitque furitque
Nequicquam, et multam cursu transmittit arenam
Mentis inops, flatu uergentes¹⁵² uela secundo,
Palmifero armatae colli applicuere biremes:
Praecipitansque moras cunctis iam nauibus exit¹⁵³, 310
Exardens belli studio per saxa iuuentus,
Ascendensque cito collis tenet ardua gressu,
Ingentesque cauat fossas, atque aggere in alto
Splendentis uexilla crucis uictricia figit.
Hinc alii ad naues properant, magnoque frementes 315
Falconem clamore uehunt, collisque¹⁵⁴ locatus
Vertice iam saeuo flammam uomit ore coruscas,
Ignitosque globos, saxo constructa lacessens
Tecta, domum penetrant iam ferrea tela, ruuntque
Ligna, ferox contra pugnat, crebrasque sonanti 320
Aere pilas Gallus iacit, aerea machina donec
Mittit ab aduersa flammantia tela biremi,
Bisque domum feriens magna ui contutit omnem,
Frangit et aggestam molem, iam fracta ruinam
Ligna trahunt, fugiunt Galli perque aspera saxa 325

¹⁵² MA: *uergentes*, C2: *turgentes*.

¹⁵³ Ed.: *Palmiferumq; petunt collem. Iam nauibus exit*. Já em MA e C2: *Praecipitansque moras cunctis iam nauibus exit*. Ver nota 150.

¹⁵⁴ MA e C2: *mora nulla*.

Funibus haerentes labuntur, et ardua turris
Tecta petunt properi. Magno clamore iuuentus
Palmifero de colle ruit, fugientia uictrix
Terga sequens, primae superat iam diruta cursu
Tecta domus, collemque petens ardente secundum 330
Impete cisterna collectas occupat undas,
Opposito erectae se tutans aggere terrae.
Interea horrendo feruescunt alta tumultu
Moenia, et in medio fundatas aequore naues
Horrificis feriunt telis, lacerantque, forantque 335
Ingens eructat flammantia saxa, globosque
Machina, et obducit denso clarum aethera fumo,
Horrendumque tonans crebris micat ignibus, alti
Intremuere Poli, latusque gemiscit Olympus,
Stridet et horrendo tellus contusa fragore, 340
Immanique fremens immugit murmure pontus,
Dissiluisse putes conuulsum¹⁵⁵ a cardine caelum,
Tantus erat strepitus, clamorque ignesque rotati.
Stat prope in extracto, qua sol micat aureus ortu,
Aggere bombardae ex fuluo fabricata metallo 345
Ferratis innixa rotis, quae grandia uasto
Saxa uomens ore, et conflata uolumina, puppes
Ictibus infestat crebris impune, latusque

¹⁵⁵ MA e C2: diuulsum.

Rumpit utrumque, forat malos, tabulasque fragore
Comminuit diro, nunc hanc, nunc percutit illam, 350
Dilaniatque hominum leto furiosa cruento
Corpora multa simul, fuso tabulata redundant
Sanguine, non ultra possunt consistere naues
Laxatisque petunt laceratae funibus aequor.
Merserat Oceani¹⁵⁶ Titan sub gurgite currum, 355
Iamque nigrescentes induxerat Hesperus umbras
Noctis, et astrigero lucebant sidera caelo,
Nulla quies totis castris, sed bellica quisque
Instrumenta parat, palmarum e colle¹⁵⁷ supremas
Oppugnat turres eructans ignea falco 360
Tela, sonant uoces et feminei ululatus
In domibus, iubet interea Dux maximus omnem
Muniri sedem castrorum, hi grandia lento
Vimine texta replent terra saxisque canistra,
Quae obiiciant telis, educunt nauibus illi 365
Aerea et ingenti fremitu tormenta uolutant
Atque rotata trahunt, ponuntque in sedibus aptis
Aggesta circum terra, pugnasque sequentis
Expectant auidi, metuendaque proelia lucis.
Iamque tenebrosam dimouerat aurea noctem 370

¹⁵⁶ MA e C2: *Oceano*.

¹⁵⁷ Ed. e MA: *est colle*, C2: *e colle*.

Tithoni coniux, radiisque rubebat Eois
Aequor¹⁵⁸, ubi accliui Phoebus limite currus
Coeperat¹⁵⁹ ascendens diffundere lumina mundo,
Cum fulgent summo Gallorum monte phalanges
Ensibus, et longis armatae hastilibus, aere 375
Corpora lucentes rutilo, saeuique sagittis
Instructi rapidi hostes, ad flumina cursu¹⁶⁰
Dum properant celeri fundendi sanguinis ergo,
Obuertunt naues proram litusque relinquunt
Cum lymphis, repetuntque suos, iam spesque cruentos 380
Deludunt hostes capientes pectore uanae¹⁶¹
Tum demum elusos sese uidere, frementes
Frustra animis saeuis et gaudia dira fouentes,
Amentesque legunt iterum transmissa uolucris
Litora nequicquam cursu, leuibusque feruntur 385
Lintribus, obturbent ignita hinc inde biremes
Glande licet, summae per saxa frementia ad arcis
Moenia, quam mallent palmarum attingere collem!
Ergo hostes Gallique simul numerosa caterua¹⁶²
Imaque castra¹⁶³ petunt, et magno murmura ponti 390

¹⁵⁸ C2: *Eequor*, provável erro do editor.

¹⁵⁹ Ed.: *caeperat*.

¹⁶⁰ Ed.: *Instructi rapidis hostis, numerosa caterua*, há uma cisão para camuflagem de um corte de doze versos que ocorre na Ed., já em MA e C2: *Instructi rapidis hostis, ad flumina cursu*. Ver nota 162.

¹⁶¹ MA e C2: *spesque uanas*, precisamos de um sujeito para *Deludunt*, daí *spesque uanae*.

¹⁶² Ed.: *Instructi rapidis hostis, numerosa caterua*, já em MA e C2: *Ergo hostes Gallique simul numerosa caterua*. Ver nota 160.

Clamore exsuperant, occurrunt impigra contra
Agmina¹⁶⁴, commiscentque manus, feruescit utrinque
Pugna grauis, uolitant celeres per inane sagittae,
Hinc atque inde, gemunt neruis stridentibus arcus
Conflatumque sonat circum caua tempora plumbum, 395
Martius exardet feruor, tellusque sagittis
Figitur innumeris, ingens obducitur aether
Telorumque latet densa sub grandine caelum.
Non aliter postquam nimbosus desiit Auster
Caeruleos¹⁶⁵ madidare agros, siluasque uirentes 400
Imbribus et grauidas quassare tonitrua nubes,
Cum flagrat usta dies, Titane uigente, cauernis
Exit ab internis terrae, penitusque relinquens
Maternas¹⁶⁶ formica domos, noua tecta requirit,
Crebrescit foribus strepitus, uolat agmine denso 405
Quattuor¹⁶⁷ innitens alis, celeresque sub auras
Surgit, et obscuram supra facit aëra nubem.
Tela igitur uicibus uolitant uelocia mixtis¹⁶⁸
Et dubio ambiguum discrimine fluctuat agmen,
Non hi concedunt, non illi retro regressi 410
Vel timidum reuocare pedem, uel uertere terga:

¹⁶³ MA e C2: *Castra aduersa*.

¹⁶⁴ MA e C2: *agmina contra / Impigra*.

¹⁶⁵ Ed., MA e C2: *Caeruleis*, que devemos corrigir para *Caeruleos*.

¹⁶⁶ Ed.: *Maternos*.

¹⁶⁷ Ed. *Quattuor*.

¹⁶⁸ Ed.: *Mistis*.

*Sed tandem longo confracti membra labore,
 Lassatique grauis duro certamine pugnae,
 Mutuo ab aduerso discedunt agmine, castris
 Hi remanent, illi turris fastigia poscunt. 415*

*Interea hinc flammis horrens eructat, et illinc,
 Machina, nec cessat iaculari tela coruscis
 Ignibus, et nigro fumo, tonitruque¹⁶⁹ tremendo
 Illinc rostratas quatiunt tormenta biremes
 Aerea, sublimis lacerant hinc moenia turris, 420
 Lignaue confringunt, ualuas, postesque serasque.
 Iam medium Phoebus cursu traiecerat arcem,
 Et freta praecipites uoluebat ad ima quadrigas,
 Cum Galli, postquam primo certamine adorti
 Vlscisci captas nequierunt uindice lymphas 425
 Marte, fremunt animis, saeuoque urgente dolore
 Instaurant pugnas, accingunt corpora telis,
 Fulgenti includunt pectus thorace¹⁷⁰, caputque
 Casside, falcatos fortis manus arripit enses,
 Et squamata tegit procerum bractea corpus. 430
 Iamque ruunt summo celsae de uertice rupis
 Hostili comitante manu, Phoeboque micantes
 Aduerso uibrant gladios, atque aëre crebros*

¹⁶⁹ Ed.: tonitruque.

¹⁷⁰ Ed.: torace.

Ingeminant ictus, arctumque timore sine ullo
Transiliunt pontem, telorum densa per auras 435
Grando ruit, tentis quae emittunt¹⁷¹ arcubus hostes
Aduersasque acies configunt uulnere multo,
Saeuus utrinque furor, crudelia uulnera utrinque,
At Galli pectus protecti fortibus armis
Iam non missilibus certant, sed cominus¹⁷² ense 440
Armatas miscent dextras, captisque fugare
Agmina contendunt¹⁷³ animoso pectore lymphis¹⁷⁴
Iamque fatigatas multo certamine turmas
Deficiunt uires, iam uertere terga putares,
Reddereque obsessas Gallis urgentibus undas. 445
Cum bombardam duos uno rapit aerea telo
Armatos, atque arma simul, pectusque superbum
Traiiicit, occumbunt inopino funere rapti,
Immanes collapsi artus, immania membra,
Armaque deturpant effuso et saxa cruore 450
Diffugiunt alii miserum laniata trahentes
Corpora, et accitis ascendunt cursibus arcem.
Interea Zephyri properans hinnibat ad ortus¹⁷⁵
Solis equus, multo laceratae funere puppes

¹⁷¹ MA e C2: *immitunt*.

¹⁷² Ed.: *cominus*.

¹⁷³ Ed.: *contedunt*.

¹⁷⁴ Ed.: *lymphias*.

¹⁷⁵ MA e C2: *Interea hinnibant Zephyri properanter ad ortus / ...equi*.

A terra abscessere procul, nec moenia celsae 455
Oppugnant ultra turris, iam fregerat ingens
Quae terra exercent saeuas bellantia pugnas
Agmina fessa labor, nulla datur ire superbam
Ad turrim, horrendae quam cingunt undique rupes,
Aeraque fusa, ferox Gallus, crudelis et inimicos 460
Insuper ingentes saxorum callis aceruos
Continet, aggressas quae montem scandere ad altum
Deturbentque ruantque acies, ea semita sola
Vnicus is trames, quis tendere moenia contra
Audeat? Ecce autem deffessos cura fatigat 465
maior, et exurgit, quem non sperare laborem
Crediderant posse. Exhaustus iam pene marique
Et terra puluis, quem uiuo sulphure, et atro
Carbone ac nitro docti multo igne laborat
Artificis manus, ardenti qui pabula flammae 470
Sufficit, et magnis Vulcanum uiribus auget.
Quid faciant posthac, quo tandem robore turrim
Oppugnare queant, si crebris ictibus acres
Desierint ignes inimica laccessere tecta?
Ergo omnis uariis curis exercitus angi 475
Incipit, in naues qua se ratione receptent,
Et tormenta simul tute, ne sentiat inimicos

Ambigit, id magna metuit¹⁷⁶ cum strage futurum,
Omnibus ingeminant curae, saeuitque sub imo
Corde labor, terret praesentis imago pericli. 480
Tunc ego crediderim tacito sub pectore magnum
Praetorem querulas fudisse ad sidera uoces,
Auxiliumque sibi, quod uis humana negabat,
Diuinum petiisse Patrem, fixisque sub alto
Luminibus caelo, tali sermone precatum. 485
Heu quianam extremis, immensi conditor orbis,
Deseris auxilio orbatos, o Summe, periclis?
Aspicias ingenti iam robora nostra labore
Fracta, nec ulterius subsistere posse, quid hosti¹⁷⁷
Opprobrium nos esse sinis? Quid barbara nomen 490
Subsannet gens ista tuum? Quid pectora Gallus
Impius haereseos sordescens crimine turmis
Christiadum insultet? Nos uirtus nostra reliquit
Vndique, nec superant uires, miserere, perimus:
Respice, Summe Parens, opis auxiliique carentes, 495
Da placidam dextram, iustas modo sentiat iras
Gens inimica tuas, si libera frena furori
Laxaris, multo cum lumine turbidus aether
Pugnabit, magnos telorum et depluet imbres¹⁷⁸.

¹⁷⁶ Ed.: *meuit*.

¹⁷⁷ MA e C2: *hostis*.

Igneaque armata iaculabere fulmina dextra 500

Incendens celsas ruptis de nubibus aedes.

Eia age, rumpe moras, fer opem, iamiamque labantes

Erige crudeles populos, atque impia puni

Pectora, sit nostris manifesta potentia dextrae

Hostibus ampla tuae, et praesentibus erue damnis 505

Agmina Christiadum, qui te uenerantur amantque,

Quique tuo subeunt duras pro nomine pugnans.

Audiit has summus uoces Pater, audiit illas

Quas Iesu serui ac socii, turmaeque fideles

*Tempore fundebant illo, gemitu lacrimisque*¹⁷⁹ 510

Ardua siderei pulsantes ostia Olympi.

*Nec mora, namque alia quam ratione feroces*¹⁸⁰

Crediderit quisquam, positu firmissima, Gallos

Diseruisse loci, et multis tutissima telis

*Moenia, pennigero ex coetu uocat ilicet unum*¹⁸¹ 515

Imperat et uacuum pernicibus aëra pennis

Scindat, et horrificum nigranti nocte Timorem

Immitens, saeuos celsis fuget aedibus hostes.

Iussa obit ille citis uolitans per inania pennis

¹⁷⁸ MA e C2: *ignes*.

¹⁷⁹ Ed.: *lacrymisque*.

¹⁸⁰ Ed.: *Nec mora pennigero ex caetu uocat ilicet unum*. Já MA e C2: *Nec mora, namque alia quam ratione feroces*. Os versos 512 ao 515 encontram-se cortados da Ed., havendo uma cesura de versos para camuflar o corte, ver nota 181, corrigimos a grafia *caetu*.

¹⁸¹ Ed.: *Nec mora pennigero ex caetu uocat ilicet unum*. Já MA e C2: *Moenia, pennigero ex coetu uocat ilicet unum*. Ver nota 180.

Nubila, quem sequitur uisu deformis inersque 520
Horrenti squalore Timor, uelamine nigro,
Atque atras librat nimbose per atria pennas.
Et facies praefert diras, letumque cruentum,
Vinculaque, et duras ferro stridente catenas,
Suppliciumque atrox, poenas pro crimine iustas 525
Et saeua ultrices minitantes funera flammis.
Talem supremi iussu cogente Tonantis
Pennipotens supera caeli de gente minister,
Perniciem, monstrum infelix, trepidabile, turpe
Ocius immisit Gallorum moenibus altis. 530
Vix tenuit primae sublimia limina portae,
Terribilis uisu, Timor, exalbescere cuncti
Incipiunt intus, trepidant, gelidusque per artus
It pauor, accelerantque fugam per saxa, per undas,
Nec mora, nec requies, mediis Timor ossibus haeret. 535
Egressus portasque omnes obsederat horror,
Vltiores iam iam gladios flammisque uoraces
Instare ad ualuas credunt, et spicula dira,
*Omnia terrorem turbatis mentibus atrum*¹⁸²
Incutiunt, letumque uiris crudele minantur. 540
Ergo per abruptas (qua Phoebus ab aequore claris
Surgit equis) rupes oblongis funibus omnes

¹⁸² MA e C2: *arctum*.

Labentes nodis chordarum ac nexibus haerent,
Conscenduntque cauas lintres, perque aspera saxa,
Per tumidosque petunt hostilia litora fluctus, 545
Lingentes structam horrendis in rupibus arcem,
Immanes moles, et inexpugnabile saxum.
Tantus erat terror, quem mentibus indidit alto
Summus ab axe Deus, saeuo urgens corda timore,
Coepit ut afflictis rumor crebrescere castris, 550
Elapsos per saxa hostes, arcemque relictam,
Consurgunt omnes studio deserta uidendi
Moenia, et ascensu superant altissima montis
Culmina, uictricem figentes protinus alta
Arce crucem, Christique sonant uenerabile nomen. 555
Mirantur molem ingentem, praeruptaque circum
Saxa, nouas multis tutas anfractibus aedes,
Spumantesque imo scopulos immane profundo.
Ipsa locum Praetor contemplans maximus omnem,
Quem nullo uires possent euertere ferro 560
Humanae, aeterno dat toto ex pectore laudes,
Voce sonante, Deo, qui turrem arcemque superbam
Ceperit, atque sua uirtute fugauerit hostes.
O nimium dilecte Deo, cui sidera caeli,
Magne senex, pugnant, cui militat arduus aether, 565
Aethereique chori, cui mittit ab arce suprema,

Auxilium Pater omnipotens, tu, cum tibi nullum
Subsidium possent humanae reddere uires,
Voce tua, et precibus medio de corde profusis
In tua traxisti Rectorem uota Polorum, 570
Vt tua pugnaret diuino robore bella.
Macte noua uirtute senex, te lucida Olympi
Templa manent, te sidereae caeli axe cohortes
Constituent olim regni diademate clarum,
Postquam Brasilles Christo subieceris oras, 575
Et facies sanctum cognosci¹⁸³ nomen Iesu.
Ergo domos intrant desertas, maximus intus
Telorum numerus, quorum fiducia Gallos
Nequicquam tenuit, sed non splendentis imago
Sancta crucis, non sanctorum, qui celsa Polorum 580
Regna tenent, quorum meritis precibusque Supernus
Flectitur ad ueniam, iustas et mitigat iras,
Indulgetque, bonus Pater, et terrena tuetur
Regna, replens largis mortalia pectora donis.
Magna ibi librorum stabat congesta supellex, 585
Qui fidei claudunt aliena atque impia scita,
Quae uel Martinus peruersa mente Lutherus
Composuit, docuitque suos seruare nepotes
Pontificem contra blasphemio plurima summum

¹⁸³ MA e C2: uenerari.

Ore fremens, contraque tuam, Christe optime, sponsam. 590
Vel quae Ioannes impuro Brentius ore
Martini proles, infami digna parente
Vel uomuit petulans foetenti e corde Melanchton.
Hic quod¹⁸⁴ (quam nuper Stygia ructauit ab unda
Tartarus illuue foedam, multisque tumentem 595
Quae uomuit quondam colubrorum turba uenenis)
Bellua multiplici serpens turpissima lapsu
Caluinus spiris multoque uolumine turrim
Complectens aderat flammantia lumina torquens,
Letiferoque uibrans linguam stridore bisulcam¹⁸⁵. 600
Hiccine te contra caelestia robora posset
Tutari? Hos arcus, haec tela ignita parasti
Impie Galle tibi? Caeli terraeque potentem
Caluinus Christum superaret? Qualibus actus
Ardebas furiis, quae te dementia agebat, 605
Cum spernens Christi uictricia signa, uenenis
Credebas¹⁸⁶ diri defendi posse colubri
Moenia? Nonne ferum spelaea umbrosa tenentem
Credebas quondam uictum cecidisse Draconem,
Christus in horrendo cum brachia nuda pependit 610
Robore, sanctificans effuso sanguine lignum?

¹⁸⁴ MA e C2: *quoque*.

¹⁸⁵ MA e C2: *trisulcam*.

¹⁸⁶ MA e C2: *sperabas*.

En condigna tuis retulisti praemia factis.

5.2 Tradução

Longe daí, onde o túbido Austro com assíduas chuvas
Reverbera tanto as terras, quanto as extensas águas
Do selvagem mar, aonde, quase percorrido o ano, o sol chega,
Iluminando os astros celestes com seu carro refulgente,
Os inimigos possuem campos que estão voltados para as tímidas ondas 5
De Netuno, e muitos povoados à beira de áridos litorais,
E numerosas fortalezas que se estendem junto à morada ocidental
De Zéfiro, construídas através destes campos e das densas matas.
Estes provocam sempre os lusitanos, cujas fortalezas não
Foram semeadas longe, por guerras dolosas, 10
Capturam os homens com insídias, e devastam seus recursos
Desprovidos de um protetor, destruindo os campos por queimadas,
Causando numerosos funerais, em combates contínuos.
A estes juntam-se os franceses, que desejam fazer negócios com o selvagem
Povo. Trocam mercadorias, tanto por espadas e brilhantes 15
Foices, quanto por ganchos e muitas pinças, assim acalmam
Os terríveis ânimos dos indígenas, também adquirem
Toras de pau-brasil, que tingem as vestimentas com cor
Enrubescida, e a acre pimenta, além de aves coloridas
E animais que imitam os gestos humanos. 20
Por não muito tempo, enquanto os anos passavam tacitamente,
Eles exaltaram seus ânimos, tomados, então, por ávida cobiça,

Quanto ao que os lusitanos produziram por grande labor,
 Tomam-no por direito e por audaz furor movidos
 Usurpam os domínios alheios e também constroem um forte imponente, 25
 Que cingem com armas, em rochedos elevados.
 Além disso, sórdidos em seus corações, reunidos pela
 Impureza de uma seita, longe da reta vereda da fé, declinam-na,
 Oprimidos pela negra treva em suas mentes, e as próprias
 Míseras multidões de índios, ignaras destas coisas, os franceses tentam 30
 Impregnar com seu perverso dogma, como já é sabido.
 O governador prepara-se para repeli-los pela guerra destas terras
 Indevidamente ocupadas. Por isso, equipou muitos barcos com armas
 Que resplandecem e preenche-os de soldados selecionados.
 Já se aproximava o dia, quando ordena liberar a armada 35
 Do porto. Desembaraçam as amarras, e clamam por sua vez
 Os marinheiros, por alternada voz, atenuando o trabalho
 Que urge, marinheiros estes endurecidos sob a inclemência do sol e da chuva.
 Um grupo puxa as amarras estendidas por ingente peso
 E volve-as arrastadas em espirais, daí a âncora puxada 40
 Segue as mãos que a trazem, outro grupo estende as velas de linho
 De baixo para o alto erguendo as antenas, outro grupo escala as elevadas
 Tábuas, firmando as mãos e os pés nos nós das cordas
 E nas numerosas redes, outra turma, confiante na coragem,
 Maneja o leme com a robusta mão. Todas as coisas ao longe 45
 Horrorizam pelo frêmito, dentro com clamores vários

Ferve o trabalho, e as proas são curvadas em direção aos territórios
Do Austro. Incham-se as velas de linho enfunadas, as amarras
Estendidas pelo Aquilão rangem, o mar muge sob as popas
E uma onda é dispersa, dividida pelas quilhas untadas, 50
Enfim, as popas deslizam para as regiões desejadas.
Já de noite tomam o porto. Tenaz, a âncora assenta
A armada com sua corda retorcida e com seu dente curvado.
Quando, com sua veste refulgente, a Aurora que traz
O dia ao mundo, resplandecera, as elevadíssimas torres, 55
Cingidas por muitas defesas, tornavam-se visíveis no topo dos rochedos,
No meio de trincheiras escondidas nas pedras cortadas.
Naquele momento, por ventura, os franceses, dispersos
Em diversas aldeias dos índios, entregaram seu forte
A poucos guardiães. Trepidam pela ameaça da armada vista, 60
Estes guardiães no interior, daí dão sinal de retirada, com a corneta
De bronze que ressoa ao longe, e convocam todos junto às muralhas por fogueiras.
Todos correm de todos os lados, buscam seus refúgios
Elevados com apressados passos, assim como se, por acaso, algumas pombas
Quando o claro dia esquentava, enquanto sopra o Bóreas, vagassem 65
Pelos campos e andassem à cata de alimentos nas vastas planícies,
Até que, surgindo o Noto, as nuvens se enegrecem, e os altos
Nimbos começam a misturar confusos murmúrios no entristecido
Éter, as pombas fogem céleres e abandonam os campos,
E fogem para suas muralhas com as asas velozes. 70

Um navio francês detinha-se dentro do sinuoso porto,
Cheio de inimigos, de armas e de soldados.
Por ordem do Governador, segue para lá uma pequena birreme lusa,
E, combatendo o navio, captura-o (mal evadiram os inimigos
Buscando os litorais com os franceses), ela o traz ligado 75
Por um cabo à popa. Do alto da fortaleza atacam os franceses
Com tiros em chamas o seu navio que retorna, e a vasta maquinaria
Vomita fogos brilhantes, mas esvoaçam pelos ares os projéteis
Inúteis, não feriram os lusos, protegendo-os Deus, mas lá dentro
O pó sulfúreo, agarrado por uma pequena faísca, 80
Salta de um lado a outro, e a veloz chama, que irrompe em rápido turbilhão
Assenhora-se dos franceses incautos, e lambe sete corpos.
Pobres dos infelizes, que já começam a sentir as chamas
Da feroz Gehenna, estes cujos ímpios corações, maculados
Pela mancha da heresia, sofrerão castigos pelos séculos. 85
Entretanto, o piedoso Governador, percebendo que as batalhas
Seriam travadas a preço de sangue derramado e
Pela morte terrível de muitos homens, isto não
Tolerou, antes deseja abster-se do selvagem combate,
E, tentando a paz, envia tais palavras ao próprio
Comandante dos franceses, inscritas em um pequeno papel: 90
“Em verdade não creio que tu, ó ínclito General, que a fama
Há muito divulga como egrégio, por teus feitos notáveis,
Experiente das guerras, a quem as artes da sábia Palas

Aperfeiçoam o espírito, não creio que suportarás esta função iníqua,
 Para queres defender uma causa injusta por tua vontade 95
 Contra o direito e a lei divina, com a morte de muitos soldados.
 Essa terra que habitas é pertinente a nosso direito, ela
 Foi engendrada pelo trabalho dos lusitanos, e por seu esforço.
 Se te agrada partir de nossos reinos por própria vontade,
 Como o nosso, também o vosso ótimo rei ordena, toda 100
 Oportunidade de ensanguentar nossas destras em matança tolher-se-á,
 Ainda assim, nada diminuirá o valor de tua honra.
 Se ao contrário, persistes em atrair-nos para esta torre por horrenda
 Guerra, e travar selvagens combates com amontoadas insígnias,
 Manchar as mãos com a morte, tingir com sangue 105
 Derramado os navios e os secos litorais com os penhascos
 Constrangido o farei (testemunho isto na presença divina
 Do céu) , somente tu hás de suportar o tremendo
 Julgamento do Senhor, depois das fatalidades, tu, deste crime,
 Da nossa comum ruína, só tu, deste sangue derramado, hás de ser 110
 Declarado como único réu, Cristo vê isto do alto do cume do Olimpo,
 Ele que virá julgar nossas vidas e nossos crimes”.
 Tão somente disse isto o Governador ao francês, que lhe retrucou:
 “Qual das causas seja a melhor ou a mais justa, ó excelente
 Governador, não é tarefa minha discernir: sabê-lo-á 115
 Aquele, por cujo mandado ocupo os litorais da terra do Brasil,
 Aquele que me confiou esta fortaleza para que a protegesse.

Por ordem de Henrique II, mui grandioso, esta torre munitíssima,
 Que vês, ergue sua cabeça aos astros elevados,
 Nunca abandonarei sem o mandado do nobre Francisco 120
 Estas muralhas erguidas, a França coube por sorte ao auspicioso
 Império deste, que governa nossos reinos pátrios,
 Notável com cetros à destra, e com a coroa em seus cabelos.
 Deus, árbitro do grande orbe, vive na eternidade,
 Ele que pesa as dívidas de cada um com exame justo, 125
 Ele que me restituirá as mãos puras da matança,
 Inocentes do sangue derramado. Tu, caso tentes os combates,
 O verás, eis que há uma grande quantidade de armas,
 Gládios fulgentes, canhões belicosos, armas de fogo,
 E armaduras, para proteger seguramente os corpos exercitados 130
 Em contínuas guerras; finalmente foram preparadas
 Todas as edificações, com as quais sou ordenado a defender as muralhas da torre.
 Logo age, estamos à disposição, nós que combateremos por este forte.”
 O general dos franceses devolveu esta resposta ao herói.
 Que furor, que tão grande soberba, ó general francês, invadiu 135
 Tua cega mente? Tu te incendiaste por qual ira?
 Cospes sobre a paz oferecida? Com qual artifício poderás
 Conservar tua vida? Cruéis combates precipitam
 A morte, nem ignoram o pequeno, nem preservam o grande.
 Tomou-te acaso tão grande confiança da elevada torre? 140
 Sem dúvida, não é fácil a nosso Senhor, do fundo da terra,

Demolir altivas cidades e soberbas torres
E igualá-las ao solo? Ele que abala as muralhas
Do vasto mundo e revira o grande Olimpo pela sua vontade.
E, paulatinamente, enquanto de uma a outra parte estas palavras surgem, 145
O Governador manda uns, junto às vilas dos lusos que
São Vicente orna por seu ilustrado nome, para que
Tragam assistência, pede-a, assim, às armas auxiliadoras.
Todos lá elevaram seus ânimos, apressados preparam armas
E as velozes birremes, daí convocados vêm 150
Sem demora, veio ao mesmo tempo a mocidade de brasileiros,
Armadas suas destras com arcos e leves flechas.
Veio também um perspicaz sacerdote com um irmão companheiro,
Armado com o inflamado raio do verbo divino,
Dentre teus companheiros, ó Cristo-Rei, a quem o soldado em confissão 155
Revelava seus crimes, para purgar das culpas seu peito
Impuro, soldado este que enfrentará os prélios da sangrenta guerra.
Outra parte do povoado, que derramava suas vozes aos astros,
O sexo feminino junto às crianças, assim como os idosos
Oravam ao Senhor e às potências celestes, pedindo a vitória. 160
De fato o que transcreveria eu sobre a Companhia de Jesus
E sobre os ministros do Senhor, cujas mentes e vozes dispostas por dias
E noites imploravam ao Pai celeste e à Descendência paterna,
Que têm um louvor idêntico, igual quinhão, o mesmo poder
E a glória eterna nos domínios celestes, juntos ao Espírito 165

Santo, para que levassem seu auxílio e recompensassem
 As tropas fiéis tornando-as vitoriosas pelo louvor do egrégio triunfo.
 Eu mesmo teria acreditado que estes, com seu gemido e muitas queixas,
 Golpeando as portas e as elevadas entradas do céu,
 Eles que arremessam lanças de fogo de seu ardente coração, 170
 Comoveram o Pai eterno, para que contundisse os inimigos,
 E longe da torre os pusesse em fuga, incutindo-lhes o terror.
 Duas dezenas de vezes a Aurora despira das trevas o orbe,
 Inundando de cor amarela suas faces avermelhadas,
 Quando o Governador se prepara para assolar a soberba torre 175
 E convoca o conselho dos chefes, consciente de que todos
 Relutaram muitas vezes, pelo fato de que estas muralhas não poderiam
 Ser expugnadas por nenhuma arma, porque rochas ingentes
 Ao redor as cercavam, e seriam as mais seguras por suas muitas armas.
 Mas o chefe magnânimo, que assentara em seu nobre peito 180
 Propagar a fé, fiado na força divina, opõe-se a todos que
 Estão reunidos, e não é vencido por quaisquer falas,
 Sucumbindo, mas se firma a lutar contra
 Os árduos perigos do trabalho que se propôs e a superá-los.
 Qual o rio, que os agricultores tentam deter, oposta 185
 Uma barreira de troncos, e fazer descer para outros
 Canais, quando vai por exíguo regato através dos vizinhos
 Campos, ele resiste com violento ímpeto, até que,
 Potente pela massa d'água, em insano vórtice mergulha

Sobre as estruturas colocadas adiante, abrindo-se em vasto turbilhão. 190

Logo, ao mesmo tempo, todos os chefes convocados reuniram-se.

O Governador expõe os projetos que assentariam em sua mente

E manifesta estas palavras últimas no meio da assembleia:

“Chega-se ao supremo fim, ó líderes, convém combater a soberba

Fortaleza pela guerra, vejo muralhas protegidas pelo engenho 195

Do lugar e fortificadíssimas por muitas armas, e tropas

Inimigas, também os franceses de perder a própria vida certos,

Ou proteger a fortaleza ampliando nossos funerais,

Mas que forças são estas contra o vigor divino?

Acaso algo é difícil ao Senhor, como esfacelar estas grandes torres? 200

Ele, que, abalando as estrelas elevadas do céu, ordena-as,

Ele não estremece devido às frentes armadas, nem devido à feroz

Multidão, Ele não se amedronta devido aos terrores dos homens,

Ele dar-nos-á forças, ajudará piedoso os que se ocupam da causa

Da fé e da causa da justiça, e com sua destra potente 205

Combaterá, dilacerará os inimigos e condenará os ímpios

Corações, vazios da verdadeira fé, com merecido castigo.

Logo nós, que confiamos no invicto vigor de Deus, iniciemos

Este grande trabalho pelo amor à glória divina.

Que precedam os esplêndidos estandartes do sagrado triunfo, 210

Assim, a vitória esperada seguirá os sinais da Cruz.”

O Governador, de seu forte peito, deu estes ditos finais,

E já traz todos juntos a si, já se aqueceram os corações

De todos os soldados, também pelo amor à guerra e às armas
 Fervem em suas almas, agrada-lhes partir e arruinar as muralhas 215
 Francesas pela guerra, e queimá-las com chamas fumegantes,
 Ou pela causa justa da fé e pelo amor à glória
 Divina sacrificar a vida em uma ilustre morte.
 O próprio general, trazido em um pequeno barco, rodeia a todos,
 Magnânimo, e aos navios, ordena que avancem em ordem apropriada. 220
 Também distribui os combatentes, para que cada um tenha obrigação
 Em alguma função, ou para que lute cada um travando
 O combate em específico posto contra as tropas inimigas. Então, o Governador lava
 Seu coração das culpas, e entra em comunhão com as fortes armas de Cristo,
 Inclinando-se ante o sacerdote, tendo flexionado o joelho. 225
 Muitos outros fizeram isto, tendo seguido o ótimo exemplo
 E o costume do grande comandante, com a mente concorde,
 Enquanto purificavam seus peitos da mancha dos males praticados.
 E já se aproximava o dia que veria as lutas sangrentas,
 Bem como as tropas entrechocadas, e os estandartes ameaçando aos estandartes. 230
 O capitão luso faz tocar o clarim de bronze do alto da popa,
 E incendeia os soldados, prontamente todos surgem reunidos,
 Assim, lançam mãos à obra, também desnudam os robustos
 Braços, e já com grande clamor puxam as amarras,
 Soltando a proa, abrem as sinuosas velas, 235
 Que a suave brisa enche, prontamente, com sopros brandos,
 Ela que brota do vasto mar , enquanto a áurea órbita

Do carro de Febo vai subindo ao clivo do Éter,
 As recurvadas proas rompem as túrgidas
 Águas, daí buscam os principais acessos da elevada torre. 240
 Uma pequena ilha, que o mar sempre cerca com correntes
 Ao redor, está no meio da baía, esta ilha que muitas rochas
 E os curvos litorais da terra adjacente circundam,
 Onde os barcos são conduzidos para as ondas do alto-mar
 Através de pequena embocadura, ela que também o meio de uma rocha 245
 Divide, onde os franceses em meio às ondas construíram outrora
 Um forte, mas o ímpeto da correnteza insana o destruiu.
 Mas agora é esta a ilha que se compraz com as elevadas torres,
 Fortificada por inacessíveis penhascos, que as ondas, que os ferem com suas
 Agitações, fervem. Nela fremem as rochas ocas em um rouco estrondo. 250
 Na direção do ocaso da luz de Febo, nesta ilha, uma pequena elevação de terra
 Erige-se para o céu, a qual reveste, sombreando-a,
 Uma rara palmeira que derrama longe seus ramos verdejantes.
 Junto a esta colina está uma rocha ingente, talhada em volta,
 Cavada pelo duro ferro e uma casa elevada construída em um 255
 Soberbo rochedo, munificada com muitos armamentos de metal forjado.
 Um pequeno outeiro está mais além, à direita uma cisterna,
 Cheia de água, daí em diante são frequentes algumas casas,
 E numerosas bombardas de ferro que munificam os apertados
 Caminhos, entre estes e o poço há uma terrível fenda, 260
 Para onde uma furiosa correnteza retumba pelos estreitos que espumam,

Por onde, um atalho muito estreito está acessível em um tronco atravessado.
Quando qualquer um tiver atravessado sobre esta, rumo ao nascimento
Do radiante Febo, verá um grande monte que se eleva às estrelas.
Há ao redor precipitados desvios, pelos quais não é dado 265
Seguir acima, ou ao contrário poder descer do topo ao solo.
Uma só estreita subida há, que conduz em aclive em direção
Ao elevado, a qual a destreza francesa com o duro ferro
Escavou, despedaçando as pedras por muito esforço,
Protegendo-a com trincheiras erguidas. Construída no alto do cume 270
Sustém-se uma torre, elevada por ingentes toras resistentes,
Protegidíssima, tanto por bombardas, quanto pela posição do lugar.
O monte é de todo inacessível, rochedo elevado aos éteres,
Massa terrível e rocha inexpugnável.
Logo os navios cortam as planuras do mar, com suas velas 275
Que se incham com o vento suave, as maiores popas direcionam-se
Contra as ingentes muralhas, na direção do nascer do sol,
Para que combatam a torre, posicionando-se no meio do mar.
Contra os ásperos litorais, avançam as velozes birremes
Prenhes de soldados e de armas que refulgem. 280
Avançam para a Colina das palmeiras, por onde o francês
Colocara suas guarnições bárbaras, inúmeros inimigos, na qualidade de sentinelas
Para que estes combatessem as tropas dos lusitanos afastando-os
Da costa. Não ignorava que só por ali poderia
A alta fortaleza ser atacada por tiros, ser assaltada pelo fogo. 285

Mas tentar o Soberano divino, contrariamente, em nada é lícito
 Para as forças humanas: o Governador, pois, instruído
 Pelo céu, ordena que os outros navios guiem suas velas à esquerda,
 (Aonde Febo, translúcido, convoca os cavalos de Éos,
 Ele que transborda o mar com sua clara luz), e procurem aproximar-se 290
 Dos litorais do continente em seu curso, para onde, do meio das matas, deságua
 Um forte córrego que se mistura ao sal do mar, para que o inimigo,
 Que erroneamente prevê, cresse irem obrigadas para lá por grande penúria de água
 As birremes lusas, e por esta falsa ideia iludido, assim, o inimigo abandonasse a colina.
 Sem demora, quando, junto ao sinuoso litoral, 295
 As tropas de inimigos viram que os navios tomaram a plenas velas este
 Curso, em desordem correm saindo da colina, e montam nas velozes
 Canoas, e estas tendo deslizado através das entumecidas ondas
 Apossam-se desse curvo litoral. Os inimigos reúnem-se em rápida
 Marcha junto às roucas correntezas, para que possam afastar os lusos 300
 Da água do rio, e condenar os soldados com morte sangrenta.
 Dementes! Antes tivessem permanecido na sede ordenada.
 Antes mantivessem os exércitos no acesso da colina,
 Onde apenas uma via estava acessível para tomar de assalto a fortaleza.
 Logo, enquanto um excessivo desejo pela matança os estimula, 305
 A turba tanto persegue errante as enseadas litorâneas, quanto mais se enfurece
 Em vão, daí atravessa o grande areal em seu curso, turba pobre
 Da razão. Vertendo as velas, com o sopro de um vento favorável,
 As birremes dos lusos aportaram armadas na Colina das Palmeiras,

Daí precipitando-se sem demora dos navios reunidos já desembarca 310

A mocidade lusa, que se enfurece pelo gosto à guerra, através das rochas,
 Conquista escalando o topo da colina em rápida marcha,
 E cava fossas imensas, e no alto de um monte

Fixa os vitoriosos estandartes da Cruz resplandecente,
 Em seguida outros despacham-se junto aos navios, e com um grande clamor 315

Trazem um falcão, frementes, e este colocado no vértice
 Da colina já vomita brilhantes chamas pela selvagem boca,
 E cintilantes globos, atacando os abrigos construídos

Na pedra, já os tiros de ferro penetram a casa, e rompem
 As madeiras, o francês feroz contra-ataca, e atira com o bronze 320

Sonante numerosas balas, até que a maquinaria de bronze
 Manda de uma birreme lusa, do outro lado, chamejantes tiros,
 E duas vezes ferindo a casa toda contunde-a com grande força,
 Daí esfrangalha a amontoada massa, já as madeiras fraturadas

Arrastam os escombros, os franceses fogem, assim, através das ásperas 325

Rochas, escorregam segurando em cordames, e buscam acelerados
 Os elevados abrigos da torre. Com grande clamor a mocidade lusa
 Irrompe da Colina das Palmeiras, ela que segue vitoriosa

A retaguarda dos que fogem, já ultrapassa em marcha os arruinados
 Abrigos da primeira casa, e buscando a colina seguinte, com um ímpeto 330

Ardoroso, conquista toda a água coletada por uma cisterna,
 Protegendo-se por um baluarte de terra erguida, colocado adiante.
 Enquanto isso, em horrendo tumulto, fervem as altas

Muralhas francesas, e, no meio do mar, ferem os navios lusos fundeados
Com horrorizantes tiros, tanto os dilaceram, quanto os perfuram, 335
E a ingente maquinaria regurgita pedras em chamas e globos,
Daí obscurece o claro éter com densa fumaça, e, ressoando
Horrendamente, este brilha com ininterruptas chamas, o elevado pólo
Do céu estremeceu, e o Olimpo vasto pôs-se a gemer,
Até a terra range contundida pelo horrendo estrondo, 340
E o mar muge em seu interior, fremindo com terrível murmúrio,
Qualquer um julgaria que o céu, arrancado de sua conjuntura, se arrebentou,
Tanto clamor havia, quanto havia estrépitos, bem como fogos arremessados.
Uma bombarda, fabricada de metal amarelo, está posicionada junto
A uma trincheira erguida, no lado em que o sol brilha áureo, depois de nascido. 345
A bombarda, deitada em rodas de ferro, a qual, vomitando grandes pedras
De sua vasta boca e massas derretidas, infesta os navios lusitanos
Com numerosos golpes impunemente, rompe-os de lado a lado,
Esfrangalha os mastros, até as tábuas, com um estrondo terrível,
Despedaça-os, agora trespassa esta, agora aquela outra popa; 350
Dilacera ao mesmo tempo, furiosa, muitos corpos de soldados
Em morte sangrenta, os assoalhos estão inundados com o sangue
Derramado. Os navios lusos não podem firmar-se mais além,
E, afrouxadas as amarras, buscam dilacerados o mar.
Mergulhara Titã seu carro sob o abismo do Oceano, 355
Já Héspero introduzira as enegrecedoras sombras
Da noite, e brilhavam as estrelas no céu, que conduz os astros,

Por todo o acampamento não há repouso, mas cada um prepara
 Seus equipamentos bélicos. Da Colina das Palmeiras,
 Ataca as supremas torres, o falcão que regurgita tiros incandescentes, 360
 Vozes e gritos femininos ressoam também dentro dos abrigos
 Neste momento, o chefe magnânimo dos lusos ordena que seja munificada
 Toda a sede dos acampamentos, uns enchem grandes armações
 Entrelaçadas, de flexível vime, com terra e com pedras
 Para que obstruam às armas, outros conduzem para fora dos navios 365
 Canhões de bronze e giram-nos com ingente frêmito,
 Também os trazem com rodas, e os põem em aptas posições,
 Tendo em volta um aglomerado de terra, e esperam ávidos do dia
 Que seguirá as lutas e os combates que devem ser temidos.
 E já a áurea esposa de Titã fendera a tenebrosa 370
 Noite, e enrubescia o mar com os raios de Éos,
 Quando o carro de Febo no limite do céu em aclave
 Começara, ascendendo, a derramar as luzes sobre o mundo,
 Quando, então, as falanges de franceses refulgem do sumo do monte,
 Armadas com espadas e com longas lanças, falanges que resplandecem 375
 Em seus corpos com o bronze reluzente, e selvagens
 inimigos impetuosos, guarnecidos com flechas. Durante o tempo em que tinham
 Avançado céleres os inimigos em marcha junto ao rio por força de derramar
 Sangue, os navios lusos verteram a proa para outro lado e abandonaram o litoral
 Com as águas do rio, daí retomaram seus cursos, e já as vãs esperanças 380
 Zombam destes inimigos sanguinolentos, que as contêm em seu peito,

Assim, finalmente, viram-se iludidos, frementes,
Favorecendo frustrações e prazeres terríveis, em suas selvagens almas.
Velozes e enlouquecidos, mais uma vez os inimigos percorrem os litorais
Atravessados em vão por marcha, e são trazidos por leves 385
Canoas, de onde, embora, neste momento, as birremes lusas os importunem
Com balas de chumbo incandescentes, pelas rochas que estrondam em direção
Às muralhas da alta fortaleza, como prefeririam alcançar a Colina das Palmeiras!
Logo tanto os franceses, quanto os inimigos, numerosa turba, ao mesmo tempo
Buscam o fundo dos acampamentos lusos, e em muito superam 390
Com grande clamor os murmúrios do mar, correm contra
As multidões diligentes, e misturam-se as tropas, dos dois lados
Ferve mais e mais o grave combate, esvoaçam céleres flechas pelo vazio,
De um lado a outro, gemem os arcos, enquanto suas cordas assobiam
E o chumbo disparado ressoa ao redor das profundas têmeoras, 395
O fervor de Marte arde afora, e a terra é crivada
Por inúmeras flechas, o ingente éter é obscurecido,
E o céu esconde-se sob uma densa saraivada de flechas.
Não diferentemente depois que o Austro cheio de nuvens deixou
De encharcar os campos azuis do céu, e as selvas verdejantes, 400
E de abalar as nuvens prenes de chuvas e de agitar os trovões,
Quando se deflagra um dia abrasador, sendo vigoroso o Titã, do interior
De seus covis de terra propagam-se as formigas, que abandonam o fundo
De suas moradas maternas, e procuram por novos abrigos,
Um estrépito intensifica-se nas entradas, voam em densa multidão 405

Apoiando-se em quatro asas, e sob as brisas céleres surgem
E formam uma nuvem escurecida sobre os ares.
Assim, esvoaçam os tiros velozes, por vezes alternados, por vezes misturados
E hesita a multidão ambígua em dúbia decisão,
Estes não cedem o lugar, aqueles não retrocederam mais 410
Nem recuam o passo intimidado, nem viram de costas,
Mas, enfim, arruinados em seus membros pelo longo esforço,
E fatigados pelo duro certame da grave luta,
Mutuamente, afastam-se de sua tropa adversária,
Os lusos permanecem nos acampamentos, os franceses buscam 415
Os cumes de sua torre, e de um lado, então, a horrível maquinaria
Vomita chamas do outro lado, não cessa de lançar tiros com fogos chamuscantes,
E entre a negra fumaça, e por estrondos tremendos,
Os canhões de bronze abalam as birremes lusas recurvadas,
De lá estas dilaceram os muros da elevada torre, 420
E esfrangalham as madeiras, os batentes, os umbrais e os ferrolhos.
Já Febo em seu curso atravessara o meio da fortaleza
E volvia suas precipitadas quadrigas ao fundo dos mares,
Quando os franceses, depois que atacaram em uma primeira luta, por
Não poderem vingar-se da cisterna capturada, pela vingadora 425
Guerra, fremem em suas almas, urgindo-lhes uma selvagem dor,
Recomeçam as lutas, acobertam seus corpos com armas
Encerram o peito em refulgente couraça, e a cabeça com capacete
De metal, a forte mão agarra espadas recurvadas, e a malha

De folhas de metal cobre o corpo dos oficiais. 430

E já irrompem do alto do vértice do elevado penhasco

Quando se reúne a tropa de inimigos, daí vibram os gládios brilhantes

Vindos do lado contrário a Febo, e reduplicam os numerosos

Golpes pelo ar, e sem nenhum temor atravessam

A ponte estreita. Uma saraivada de tiros irrompe 435

Densa pelos ares, tiros que os inimigos soltam com os arcos tencionados,

E trespassam as tropas adversárias com muitas feridas.

Há um furor selvagem de lado a lado, de lado a lado cruéis

Feridas, mas os franceses, protegidos em seus peitos por fortes armas

Já não combatem com tiros, mas pela espada, corpo a corpo 440

Misturam-se com as destras armadas, e põem-se em marcha para

Afugentar as multidões da cisterna tomada, tendo intrépido o coração,

Também já faltam forças às tropas lusas fatigadas de muitos

Combates, já qualquer um julgaria que dariam as costas,

E cederiam as águas da cisterna sitiadas aos franceses que os perseguiam, 445

Quando uma bombarda de bronze com um só tiro arrebatava a dois

Franceses de armadura, e ao mesmo tempo trespassava as armas e o peito

Soberbo, sucumbem ambos tomados de imprevista morte,

Tendo despencado com suas terríveis articulações e imanes corpos,

Mancham, assim suas armas e as pedras, com o sangue derramado, 450

Fogem os outros franceses logo, que trazem os corpos dilacerados

Dos infelizes, e sobem à fortaleza acima, em acelerada marcha.

Neste momento, o cavalo do Sol, apressando-se, relinchava

Na direção do nascer de Zéfiro, os navios lusos dilacerados por muitas mortes
Afastavam-se longe da terra. Mais além, nem combatem 455
As muralhas da elevada torre, já o excessivo trabalho debilitara
As tropas lusas cansadas, que, combativas, em terra se ocupavam
Das ferozes batalhas; não é dado por nenhuma ocasião ir à soberba
Torre, que cingem por todos os lados horrendos penhascos,
As peças de bronze espalhadas, o feroz francês e o cruel inimigo. 460
Mais em cima, vastos amontoados de pedras o atalho
Guarda, para que ponham abaixo e reprimam as tropas que avançarem
Para escalar rumo ao topo do monte. Este é o único atalho,
Esta é a única vereda, quem ousaria seguir contra
Suas muralhas? Eis que, porém, uma maior preocupação cansa 465
Os já fatigados, e erige-se uma desgraça, que não acreditaram
Poder esperar. Já tinha quase se exaurido a pólvora em terra
E no mar, ela que com o vivaz enxofre, com o negro
Carvão, com nitrato, e com intenso fogo, a mão do ensinado artífice elabora,
Pólvora esta que abastece com alimento a ardente 470
Chama, e robustece Vulcano com grande vigor.
O que fariam depois disto? Com que força poderiam, então,
Combater a torre, se faltava o acre fogo para dilacerar
Os abrigos inimigos com seus numerosos tiros?
Logo todo o exército começa a se angustiar por muitas 475
Preocupações, por que meio se retiraria para os navios,
E ao mesmo tempo levaria os canhões, de maneira segura, para que o inimigo

Não sentisse? Hesitam, temem este futuro com sua grande ruína,
 As preocupações redobram para todos, no fundo do coração
 O sofrimento se enfurece, e a imagem do perigo imediato aterroriza-os. 480
 Assim, eu acreditaria ter o nobre Governador, sob seu silencioso
 Coração, derramado palavras lastimosas aos astros,
 E o auxílio para si, que a força humana negava, ter
 Pedido ao Pai divino, e sob o elevado céu, fixados seus
 Olhos, ter suplicado com tal discurso ao Pai: 485
 “Ó Fundador supremo do imenso orbe, por que, ai de mim,
 Abandonaste-nos privados de auxílio, entre extremados perigos?
 Vês neste ingente trabalho nosso vigor já exaurido
 Nem podemos por mais tempo resistir, por que consentes
 Que sejamos opróbrio para o inimigo? Por que essa bárbara gente 490
 Zomba de teu nome? Por que o francês, ímpio que mancha
 Seu coração pelo crime da heresia, insulta
 Aos povoados cristãos? Nossa virtude abandona-nos por todos os lados,
 Percemos, nem triunfam nossas forças, sê misericordioso,
 Ó supremo Pai, protege-nos, desprovidos de recurso e de auxílio, 495
 Dá-nos tua plácida destra, que ao menos sinta a tua ira justa
 Esta gente inimiga. Se tu deixares os freios para teu furor
 Livres, o Céu combaterá túrbido com intensa luz
 E despejarás grandes tempestades de tiros, armada
 A tua destra, tu arremessarás trovões em chama, 500
 Tu que abrasas as elevadas fortificações, saído das nuvens fendidas.

Vamos! Age, não te demores, dá tua ajuda, ergue já já
 Os que caem, e pune os povos cruéis e os corações
 Ímpios, que seja manifesta a ampla potência de tua
 Destra a nossos inimigos, e afasta dos danos presentes 505
 As multidões cristãs, que te veneram e amam,
 E que por teu nome suportam duros combates.”
 O Pai supremo ouviu estas palavras, ouviu aquelas outras
 Que os servos e companheiros de Jesus, e as tropas fiéis
 Naquele momento derramavam; com um gemido e por lágrimas, 510
 Eles que forçavam as portas elevadas do Olimpo sideral.
 Sem demora, pois, por que outra razão, então, qualquer um
 Acreditaria que os franceses ferozes, sendo a posição do lugar firmíssima,
 Teriam desertado das muralhas também protegíssimas
 Por muitas armas. Imediatamente, o Pai convoca um ser da legião alada, 515
 Ordena daí que corte o ar livre com suas penas
 Ligeiras, este ser que impele o Terror horrífico, pela escurecida
 Noite, para que ponha em fuga os cruéis inimigos das elevadas fortificações.
 Ele, que voa pelas ocas nuvens, põe-se a cumprir o ordenado,
 Com suas rápidas asas, ele, a quem o Temor segue, disforme e entorpecedor 520
 Ao ser visto, pela imundície horrível, com seu manto negro,
 Então, o Temor sustém suas sombrias asas através do átrio das nuvens.
 E ele apresenta as faces terríveis, também a morte sangrenta,
 Correntes, e duros grilhões de ferro que rangem,
 Os suplícios atrozes, castigos justos por causa do crime 525

E as chamas vingadoras que ameaçam mortes selvagens.
Enquanto a ordem do supremo Tonante impele tal flagelo,
O ministro alado com asas potentes, da raça superior do céu,
Prontamente, lançou este infeliz monstro, trepidante, torpe
Dentro das elevadas fortificações dos franceses. 530
Mal tomou os umbrais sublimes da primeira porta,
O Temor terrível de ser visto, todos juntos começam por dentro
A empalidecer, trepidam, e o pavor segue gélido
Pelas articulações, daí aceleram sua fuga pelas pedras, através das ondas,
Não há demora, nem descanso, o Temor adere no meio dos ossos. 535
O Horror, tendo desembarcado, instalara-se diante de todas as portas,
Logo creem estarem as espadas vingadoras e as chamas vorazes
Junto às saídas do lado de dentro, lado a lado aos ferrões
Terríveis. Tudo incute o sombrio terror nas conturbadas
Mentes, e ameaça aos homens uma cruel morte. 540
Logo, através dos rochedos abruptos, pelo lado em que Febo surge
Do mar com seus brilhantes cavalos, todos, por cordas alongadas
Deslizando, nos nós e laços das cordas seguram,
E embarcam nas canoas escavadas, e pelas pedras ásperas,
Através das entumecidas ondas, buscam os litorais dos inimigos, 545
Aqueles que abandonam a fortaleza, construída nos horrendos penhascos,
Com suas imanes edificações, e o rochedo inexpugnável.
Tanto era o terror, que, nas mentes, Deus supremo
Introduziu, do alto do eixo celeste, Ele que ameaçava os corações com

Selvagem temor. Quando começou a crescer o rumor nos acampamentos, 550
Aflitos, porque os inimigos fugiram pelas rochas e a fortaleza fora
Abandonada, todos os lusos se aproximam com zelo de ver as muralhas
Desertas e superam os altíssimos cumes do monte
Em subida, ficando prontamente na alta fortaleza a Cruz
Vitoriosa, daí clamam o nome venerável de Cristo. 555
Admiram a construção imensa, também ao redor das pedras
Escarpadas, novas fortificações protegidas por muitos desvios,
E penhascos espumantes, vindos das terríveis profundezas do mar.
O próprio Governador, que contempla soberano todo o lugar,
Que não poderiam everter as forças humanas 560
Pelo ferro, dá de todo o coração louvores a Deus eterno,
Ressoando sua voz, a Deus que capturou a torre e a fortaleza
Soberba, e por sua virtude pôs em fuga os inimigos.
Ó nobre senhor, muito dileto a Deus, por quem
As estrelas do céu combatem, por quem luta o elevado éter, 565
E as legiões celestes, para quem o Pai onipotente envia seu auxílio
Da fortaleza suprema, tu, Mem de Sá, quando para ti
As forças humanas não puderam oferecer nenhum subsídio,
Por tua voz, também pelas preces derramadas de dentro do coração
Trouxeste, conforme teus votos, o Governante dos céus, 570
Para que lutasse tuas guerras junto com a potência divina.
Honra a ti, ó ancião! Os templos iluminados do Olimpo
Habitam em ti, que as tropas celestes te marquem como ilustre

No eixo do céu, com um diadema de seu reino, um dia
Depois que tiveres subjogado os territórios brasileiros a Cristo, 575
E fizeres ser conhecido o santo nome de Jesus.
Logo adentram as moradas desertas, há dentro um imenso
Número de armas, cuja confiança em vão sustentou
Os franceses, mas não há a imagem sagrada da resplandecente
Cruz, nem dos santos, que habitam os reinos elevados 580
Dos céus. Pelos méritos e preces destes o Deus Supremo
É comovido para a graça, e mitiga as justas iras,
E a todos perdoa, como um bom Pai, por eles também protege os reinos
Terrenos, Ele que preenche os corações mortais com largos dons.
Aí, no forte, estava um mobiliário lotado de livros, 585
Os quais encerram filosofias alheias à fé e ímpias,
As que ora Martinho Lutero compôs com sua mente
Perversa e ensinou seus descendentes a conservarem,
Ele que berra muitas coisas por sua boca blasfema contra o Sumo
Pontífice, e contra a tua esposa, Ó Cristo rei, a Igreja, 590
Ora há os ditos que João Brêncio com sua impura boca,
Prole de Martinho, digna do infame ancestral, compôs,
Ora o que o petulante Melanton vomitou de seu coração fedido.
Neste lugar, surgira, pois, a serpente (que há pouco o Tártaro
Arrotou da correnteza do Estige, suja pelo lodo, intumescida 595
Por muitos venenos, que a raça das cobras vomitou outrora),
Calvino, esta serpente, a mais torpe fera por sua queda

Múltipla, com seus anéis e com seu grande volume, fera que
Abraçou a torre, fera que brande seus olhos em chamas,
Que vibra sua língua de dois sulcos, com estridor mortífero. 600
Acaso poderia este proteger-te contra as forças celestes,
Ó ímpio francês? Preparaste estes arcos, estes projéteis
Incandescentes para ti? Calvino superaria a Cristo,
Potente no céu e na terra? Ardias tomado por quais
Furores, qual demência te impelia, quando, desprezando 605
Os vitoriosos estandartes de Cristo, acreditavas
Poderem ser defendidas as muralhas pelos venenos desta terrível
Cobra? Acaso não acreditavas que o Dragão, outrora, caíra
Vencido, a fera que se detém nos covis sombrios, quando,
No horrendo tronco, Cristo estendeu seus braços nus, 610
Santificando esta madeira por seu sangue derramado?
Eis que recebeste prêmios que teus feitos mereceram!

5.3. Comentários

O gênero épico clássico é, basicamente, formado pelos poemas homéricos, *Iliada* e *Odisseia* e pelo poema de Vergílio, *Eneida*. Embora a *Poética* de Aristóteles dê algumas características comuns ao gênero, citando outros poetas épicos da Hélade, somente Vergílio, em Roma, conseguiu manter a continuidade da tradição homérica com a *Eneida*, sendo estes três poemas considerados os pilares ocidentais da epopeia. A *Iliada*, a *Odisseia* e a *Eneida* são os três poemas épicos que atingiram a posteridade, atravessando a época clássica até à época contemporânea.

Da latinidade pré-clássica, as traduções de Lívio Andronico não sobreviveram, nem o *Poenicum Bellum* de Névio, nem os *Annales* de Ênio, o introdutor do hexâmetro grego em Roma, tudo o que restou destas obras são fragmentos citados por outros autores. Outros poetas recriaram o gênero e lograram atingir a posteridade, como Lucano, com a *Pharsalia*, Sílio Itálico, com a obra *Punica* e o poeta Estácio, com a *Thebais* e a *Achilleis*¹⁸⁷.

Todavia, estes poemas, conhecidos certamente no Renascimento, e provavelmente por Anchieta¹⁸⁸, carecem de um fator importante: deixam de ser poemas que representam a identidade de um povo, como foram os poemas homéricos e o poema vergiliano, que influenciaram profundamente suas sociedades.

Durante a Renascença, a epopeia voltou a ser praticada como reflexo do incipiente nacionalismo, advindo do movimento de colonizações. Esta nova inspiração épica era impulsionada pelas navegações e pelos combates para a conquista de novos territórios. Na

¹⁸⁷ CARDOSO, 2003, p. 6 e seguintes.

¹⁸⁸ RAMALHO, 1986, p. 385. Alguns aspectos do uso da mitologia por Anchieta podem nos remeter à *Pharsalia* de Lucano, mas nosso intuito nesta Tese é a comparação com a *Eneida*.

tradição do Humanismo português, temos, por exemplo, a *Arcitinge*¹⁸⁹, poema escrito por Cataldo Parisio Sículo, antes mesmo de ele estar em Portugal, sobre a conquista de Arzila e Tânger.

Damião de Góis escreveu, em prosa, os *Commentarii rerum gestarum in Indiis citra Gangem a lusitanis anno MDXXXVIII*, neste espírito épico. Já Diogo de Teive, mestre de Anchieta no Real Colégio das Artes, descreveu os feitos portugueses nas Índias na obra *Commentarius de rebus in India apud Dium gestis, anno salutatis nostrae MDXLVI*, enquanto D. Jerônimo Osório, Bispo do Algarve, escreveu o *De rebus Emmanuelis regis Lusitaniae inuictissimi uirtute et auspiciis gestis libri duodecim*, publicado, em 1571, em Lisboa, sobre os feitos portugueses também nas Índias. Ainda que não sejam propriamente epopeias, o léxico e o intuito destas obras é certamente épico.

O clima épico em que Portugal vivia era generalizado nos diversos gêneros, tanto na prosa quanto na poesia novilatina, entretanto, a verdadeira expressão épica da nação portuguesa ainda estava por vir, e só seria passível de ser composta na língua pátria, na língua que até hoje carrega o nome da nação, o Português. Em 1572, foi publicada a primeira edição de *Os Lusíadas* de Luiz Vaz de Camões, o poema das Grandes Navegações do século XV para as Índias, que continuava a tradição épica vergiliana¹⁹⁰.

Para situarmos, na tradição épica, o *De Gestis Mendi de Saa* de Anchieta, publicado em 1563, escrito em hexâmetros dactílicos, devemos antes de tudo lembrar que esta é a

¹⁸⁹ TANNUS, 1988, p. 19 e seguintes, TANNUS, 2007, p. 13-31.

¹⁹⁰ Para a relação entre Camões e a cultura clássica, CAMÕES, 2002, Canto Primeiro, Estrofe 3:

“Cessem do sábio grego e do troiano
As navegações grandes que fizeram;
Cale-se de Alexandre e de Trajano
A fama das vitórias que tiveram,
Que eu canto o peito ilustre lusitano,
A quem Netuno e Marte obedeceram;
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se levanta.”

única obra épica da Renascença que tem como tema o Brasil. Trata, especificamente, dos feitos de Mem de Sá e da expansão do Brasil, a colônia portuguesa fundada na Renascença, que inicia seu processo de expansão.

Data o poema de uma época em que o território das principais cidades litorâneas e do sertão próximo do vindouro Brasil é estabelecido, como São Paulo e o Rio de Janeiro, dentre outras, ao mesmo tempo em que o sertão também começa a ser desbravado mais profundamente. O Pe. Anchieta não foi só um poeta da fundação do Brasil, mas participou efetivamente da origem da nação como colonizador¹⁹¹, que assim como Mem de Sá, residiu no Brasil até a morte.

O valor épico do *DGMS* não está só na narrativa dos feitos do herói Mem de Sá, não está apenas na métrica do hexâmetro dactílico latino, imitada pelo estudo de Vergílio, nem tão somente no uso do latim clássico. Encontramos o valor épico do *DGMS* na expressão da ideia de nação que possui, a nação dos *Regna Brasillica*¹⁹². Este poema é, portanto, o poema épico da origem do Brasil.

O fato de o poema ter sido escrito em latim adequa-se perfeitamente à ideologia da Renascença, que buscava um valor universal da realidade, porque, se fosse o *DGMS* escrito em português ou tupi, não representaria a origem de uma nova nação, apenas a continuidade ou a supremacia de um povo sobre outro. Seria, então um poema português ou indígena, neste momento histórico, em que o português não representava o espírito da nação brasileira.

O principal caráter épico do *De Gestis Mendi de Saa* é o de representar um novo

¹⁹¹ Esteve presente José de Anchieta em diversos momentos cruciais da colonização do Brasil, como o armistício em Iperoig e a fundação de Niterói, em que se encenou o *Auto de São Lourenço*, VIOTTI, 1980, p. 39 e seguintes.

¹⁹² ANCHIETA, 1970, v. 105.

povo, um *Nouus Mundus*, que não é só composto de índios a serem convertidos à fé, nem de colonizadores a se estabelecerem na terra, mas uma nova *gens*, a *gens dos Regna Brasillica*, um novo território que, por combates épicos, começa a se formar, como Vergílio narrara antes em relação ao Lácio, com o confronto entre *Latini* e *Teucrici*. Desta forma, por ser uma epopeia que se liga a uma nação, o poema se inscreve na tradição épica homérica e vergiliana. Para maior clareza desta análise, dividimos em blocos o texto latino, conforme vemos a seguir.

I. A Baía de Guanabara em 1560.

Versos 1-13: *Hinc procul.... funera Marte.*

O IV Livro do *DGMS* inicia-se abruptamente, *ex abrupto*, após uma sequência de dois outros Livros que se passaram na Bahia, enquanto o I Livro tem como espaço narrativo o Espírito Santo. Este início marca um movimento de Mem de Sá repentino, com a partida de sua armada da Bahia para o Rio de Janeiro.

A Capitania de São Vicente, o Rio de Janeiro, estava longe da capital administrativa da colônia, que ficava em Ilhéus, em outra Baía, a de Todos os Santos. Em uma carta do Pe. Nóbrega, destinada a Tomé de Souza em Portugal, escrita em 5 de julho de 1559, na Bahia, é comentada assim a situação do Rio de Janeiro¹⁹³:

“Sant Vicente, da mesma maneira, sempre perseguida dos contrairos, e em huma guerra que com elles tiverão morrerão os principais nella, mas não permittio o Senhor que de todo se perdesse,

¹⁹³ LEITE, 1955, p. 330.

tendo hum gentio tam grande e tam unido, sem aver antre elle as divisões que há no das outras Capitánias; mas porque tambem não conhece o dia da sua visitação, he cercada de todas as partes de seus ynimigos, scilicet, contrairos e franceses”. *Contrairos* são os índios Tupinambás, aliados aos franceses.

A descrição do Rio de Janeiro, da Baía de Guanabara de 1560, ocupada por franceses aliados a tupinambás, mostra-nos um típico *modus dicendi* do Humanismo, por seu cientificismo expresso em termos clássicos, como no terceiro verso, em que temos uma citação do trópico de Capricórnio por uma perífrase, para a descrição topográfica. Vemos que a direção *quo ferme emenso Sol peruenit anno* se refere ao trópico abaixo da Linha do Equador ¹⁹⁴, dada esta descrição a partir de uma oração adverbial locativa com *ubi* no v.1, referente a um local distante da capital da colônia: *Hinc procul* (v. 1).

O Rio de Janeiro é descrito pelos ventos e pelo mar turbulento em que poucos colonos portugueses são atacados por indígenas. É possível a comparação com a *Eneida*, em que encontramos este primeiro aspecto, na descrição da morada de Éolo¹⁹⁵:

*Nimborum in patriam, loca feta furentibus Austris,
Aeoliam uenit.*

(Vem para a pátria das nuvens, a Eólia, lugar fecundo em furiosos ventos do sul).

Para o segundo aspecto, de uma terra cultivada, mas ao mesmo tempo selvagem, temos¹⁹⁶:

¹⁹⁴ ANCHIETA, 1970, p. 305.

¹⁹⁵ *Eneida*, 1, 51-52.

¹⁹⁶ *Eneida*, 3, 13-14.

Terra procul uastis colitur Mauortia campis,

Thraces arant.

(Longe, uma terra guerreira estende-se por vastos campos, e os trácios aram-na).

Auster, o vento sul para a navegação, é referência clássica, tomada a Vergílio¹⁹⁷, sendo o vento que detém a partida dos gregos de Troia no discurso enganador de *Sinon*. Também de Vergílio é tirado o termo *Neptuni*, com o sentido de mar¹⁹⁸ enquanto temos a referência a *Zephyrus*, vento que anuncia a primavera na obra de Horácio¹⁹⁹.

Mars, que se sincretiza com *Ares* helênico, seria o genitor do povo romano, através de Rômulo. O mito de Marte é antigo nas regiões itálicas e existia antes do sincretismo com *Ares*, mas na época clássica representa, sobretudo, a guerra, sendo também o deus da juventude e da primavera, por estarem ligadas esta idade e esta época à guerra, este sentido também é corrente na obra de Vergílio²⁰⁰.

Podemos notar que as forças da natureza são apresentadas a partir dos deuses greco-latinos, responsáveis por sua materialização, portanto toda a natureza do Brasil quinhentista, como os ventos e os mares, está latinizada pelos mitônimos greco-latinos, sendo todas as atividades bélicas, metaforizadas como atributos do deus Marte. Desta forma a Idade Heroica clássica é invocada para mostrar o momento da colonização no poema anchietano.

No verso 7: *ad aedes Zephyri occiduas* é uma perífrase do latim renascentista, bem ao gosto do Humanismo, usada para indicar o oeste, no caso do Rio de Janeiro, o litoral. No

¹⁹⁷ *Geórgicas*, 1, 462, *Eneida*, 2, 111.

¹⁹⁸ *Eneida*, 3, 74.

¹⁹⁹ *Odes*, 3, 1, 24.

²⁰⁰ *Eneida*, 6, 165.

verso 10, há a ocorrência de *Lusitanos*, que na Renascença possuía como referente Portugal, mas no período da Roma clássica representara um povo celtibero, cujo território seria parte da Hispânia, mas não condizente de maneira perfeita com o território de Portugal no século XVI.

Notemos que há um uso recorrente de participios na forma presente: *refulgenti, lustrans, spectantia, tendentia, carentes, uastantes, patrantes*. Com valor ora adjetivo, ora sem um caráter verbal fixado, percebemos o mesmo uso clássico em Anchieta desta forma nominal²⁰¹. Sincronicamente, o gerúndio na língua portuguesa possui um valor também de tempo verbal neutro, daí em alguns momentos se mostra melhor opção para a tradução dos participios.

É recorrente a grafia para *coelum* e derivados na *editio*, oriunda de uma falsa etimologia da Renascença. Lindsay²⁰² assim fala do ditongo *oe*, na história da língua latina clássica:

“*Oe*, which is found in a few legal and poetic words like *foedus, amoenus*, as well as the Greek loan-word *poena* (ch. X, par. 11), must have had its first element similarly affected, the *o* having the sound of German modified *o* (written *ö*), for we find *oe* sometimes used to express the long Greek *u*, which had a sound like German modified *u*”²⁰³.

Logo modificamos todas as ocorrências de *oe* que se baseiam em uma falsa etimologia.

²⁰¹ ERNOUT, 1951, p. 231-233.

²⁰² LINDSAY, 1937, p. 14.

²⁰³ “*Oe*, que é encontrado em poucos termos utilizados na poesia e no direito, como *foedus, amoenus*, tanto como no empréstimo do grego *poena* (capítulo 10, parágrafo 11), deve ter tido seu primeiro elemento similarmente afetado, tendo o *o* o som do *o* modificado da língua alemã (escrito *ö*), pois nós encontramos *oe* muitas vezes usado para expressar a vogal *u* longa do grego, que possui um som parecido com o fonema *u* modificado do alemão”.

II. A implementação da França Antártica.

Versos 14-31: *Hos adeunt... (ea fama) cateruas.*

Os *Galli*, termo que em latim clássico significa o povo celta que ocupava a Gália, como temos no *De Bello Gallico*²⁰⁴, referia-se aos franceses no contexto renascentista, sobretudo na obra de Anchieta.

A Gália compreendia na Antiguidade as regiões entre o Reno, os Alpes, os Pirineus e o Atlântico. Os romanos entraram em conflito com os gauleses desde 154 a.C., mas César empreende a conquista da Gália em 58 a.C., mesmo com a resistência de Vercingetórix, chefe dos arvernos. Após a rendição de Uxellodunum, em 51 a.C., a Gália passava ao *imperium* de Roma, assimilando o latim. No *DGMS* o termo *Galli* tem por referência a França renascentista.

O termo *Lusitani*²⁰⁵, na Antiguidade, referia-se a um antigo povo ibérico que foi dominado pelos romanos no século II a.C. A origem deste povo é controversa, havendo duas hipóteses preponderantes: ou são descendentes de povos meridionais oriundos do norte da África, ou seriam provenientes de povos indo-europeus não autóctones. Estrabão os considerava a maior tribo ibérica, enquanto Tito Lívio os registrou como mercenários de Aníbal. Mitologicamente, Luso, filho de *Liber*, deu o nome à região, como atesta Plínio²⁰⁶. *Liber* era o epíteto itálico de Dionísio, deus do vinho.

O território da Lusitânia corresponderia ao curso do *Tagus*, o rio Tejo, sendo limitado pelo Atlântico ao ocidente e o *Durius*, o rio Douro, ao norte. Na Renascença a sinonímia entre *lusitanos* e *portugueses* é estabelecida, sendo este o sentido atribuído ao

²⁰⁴ *De Bello Gallico*, 1,1.

²⁰⁵ O termo *Lusitani* é utilizado por César no *De bello ciuili*, 1, 38, 2 e por Cícero no *Brutus*, 89.

²⁰⁶ *História Natural*, 1, 8.

termo por Anchieta no *DGMS*.

Já o termo *Indorum*, encontramos em Vergílio como os etíopes²⁰⁷ e na obra de Ovídio como os árabes²⁰⁸, como a Índia em Cícero²⁰⁹, sempre tendo como referente povos do oriente. Entretanto, no *DGMS*, o termo refere-se aos índios brasileiros, como era costume para representar os povos do *Nouus Mundus*, desde a carta de Colombo *De Insulis nuper in mari Indico repertis*.

Estes versos mostram-nos as relações entre franceses e tamoios, com a implementação da França Antártica. Temos, assim, uma sequência de ações que nos mostram como seria o primeiro contato do colonizador francês até uma colonização efetiva. Estas são as sequências de ações narradas:

a) Troca de peças de ferro por pau-brasil, versos 14-20: Esta troca introduz, através dos europeus, na cultura indígena, repentinamente, o uso do ferro e da pólvora. Assim, abruptamente os indígenas passam pela Idade do Ferro, conforme Capistrano de Abreu²¹⁰:

“... e os indígenas tiveram pela primeira vez a idade do ferro”

b) Estabelecimento na terra (feitorias), versos 21-24: As feitorias foram o primeiro passo para o estabelecimento de vilas, como entrepostos comerciais, que evolveriam para cidades, não sendo as atividades agrícolas e a pecuária propiciatórias para este aspecto da colonização.

²⁰⁷ *Geórgicas*, 4, 293.

²⁰⁸ *Fasti*, 3, 720.

²⁰⁹ *Tusculanes*, 5, 77.

²¹⁰ ABREU, 1900, p. 24.

c) Fortificação, versos 24-26: A fortificação seria *de facto* o estabelecimento de uma colônia, muitas cidades brasileiras surgiram dessa forma, como a atual cidade de Fortaleza. Este aspecto de colonização está presente na *Eneida*, no momento em que Eneias aporta na Trácia, fugitivo de Troia com seus Penates vencidos²¹¹:

*(...)Feror huc, et litore curuo
Moenia prima loco...*

(Sou trazido aqui, e no curvo litoral
Ergo as primeiras muralhas).

d) Tentativa de conversão do gentio e miscigenação, versos 27-31: A conversão do gentio seria a fixação na terra e a miscigenação geraria uma nova nação de forma permanente, como Portugal, com o auxílio dos jesuítas, conseguiu fazer.

Em carta de São Vicente, datada de 1 de junho de 1560, o Pe. Nóbrega relata ao Cardeal D. Henrique de Portugal a influência dos franceses²¹²:

“Estes franceses seguião as heresias de Alemanha principalmente as de Calvino que está em Genebra, segundo soube delles mesmos, e polos livros que lhe acharão muytos, e vinhão a esta terra semear estas heresias polo gentio, e segundo soube tinhão mandados muitos meninos do gentio a aprendê-las ao mesmo Calvino e outras partes pera depois serem mestres, e destes levou Villagalhão que era o que fizera aquella fortaleza e se intitulara Rey do Brasil”.

²¹¹ *Eneida*, 3, 16-17.

²¹² LEITE, 1955, p. 368.

Sintaticamente, nestes versos, temos alguns acusativos de relação como *auidaque cupidine tacti quae* (versos 22-3), *sordentes pectora* (v. 27), *mentem oppressi* (v. 28-9). *Quae* no verso 23 é acusativo de relação de *cupidine* e acusativo de objeto de *peperere*. O acusativo de relação é um uso típico no estilo de Vergílio, conforme acentuou o Professor Ernesto Faria²¹³:

“O acusativo de Relação indica a parte de um objeto à qual se estende uma maneira de ser, como também o ponto de vista ao qual pode se estender uma afirmação, sendo provavelmente um helenismo sintático, já que Plauto, César e Cícero praticamente o ignoram, registrando-o apenas nas expressões *magnam partem* e *maximam partem*, já Vergílio faz o típico uso grego desta construção: *nigrantes terga iuencos* (*Eneida*, 6, 243) "novilhas negras quanto ao dorso".”

III. A reação lusitana: Mem de Sá, da Bahia ao Rio de Janeiro.

Versos 32-51: *Hos male... ad oras.*

Mem de Sá parte da Bahia rumo ao Rio de Janeiro com sua armada, recém-chegada de Portugal. A partida ocorreu em 16 de janeiro de 1560²¹⁴. Esta armada era constituída de cerca de dez ingentes caravelas, típica embarcação da Renascença, que era uma adaptação portuguesa de uma barca árabe com velame latino de três ou quatro mastros. Esteve em uso do século XIII ao XVI, sendo substituída nos mares por escunas, mais leves e ágeis. O nome caravela advém do latim tardio *carabus*, caranguejo, empréstimo do grego *karabos*²¹⁵.

²¹³ FARIA, 1995, p. 297-298.

²¹⁴ ANCHIETA, 1970, p. 307, nota do Pe. Cardoso ao verso 2335.

²¹⁵ GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, 1998, v. 5, p. 1158-1159.

A descrição da partida da armada no *DGMS* é tributária ao vocabulário náutico, tirado quase praticamente da *Eneida*, que domina a diegese (*naues, portu, classem, funes, nautae, ancora, carbasa, antemnas, cordarum, clauum, prorae, rudentes, puppibus, carinis*). Encontramos estes termos na *Eneida* principalmente na narrativa da corrida de barcos, nos jogos fúnebres em homenagem ao aniversário de falecimento de Anquises²¹⁶.

Note-se que o termo *naues*, por exemplo, na obra de Vergílio, se refere a uma embarcação da época do Império ou da Idade Heroica, mas para Anchieta, o referente do termo é uma embarcação quinhentista, como todos os outros termos técnicos tirados da tradição clássica, embora alguns termos, como *cordarum*, tenham praticamente os mesmos referentes. A latinização do embarque da tropa de Mem de Sá é patente no uso do vocabulário vergiliano para a descrição renascentista.

Há uma sucessão de cenas dos marinheiros puxando a âncora, as amarras, abrindo as velas, enquanto se preparam para enfrentar algo terrível, que horroriza, um lugar desconhecido, daí o medo se expande pela paisagem: *omnia late / horrescunt fremitu* v.45-46. O mar que atemoriza é uma forte imagem, que encontramos na *Eneida* no momento em que Eneias e seus companheiros são atingidos repentinamente por uma tempestade provocada pelos ventos que Éolo lança, por ordens de Juno²¹⁷:

Presentemque uiris intentant omnia mortem

(Todas as coisas ao redor lançam contra os heróis a morte iminente).

²¹⁶ *Eneida*, 5, 104-285.

²¹⁷ *Eneida*, 1, 91.

O Aquilão é o vento do norte²¹⁸, que propicia a navegação aos territórios do Austro, o sul. Os ventos fazem parte da cosmogonia clássica de Eos e Astreu, e de Éolo²¹⁹, senhor dos ventos, sempre ligados às navegações, assim como o mar. Representam, pois, as forças dinâmicas da natureza, por suas tempestades ou brisas suaves. Na Renascença, mantêm esta importância, todavia também representam uma natureza que precisa ser dominada pelo homem, como canta Camões²²⁰:

“Agora sobre as nuvens os subiam
As ondas de Netuno furibundo,
Agora a ver parece que desciam
Às íntimas entranhas do Profundo;
Noto, Austro, Bóreas, Áquilo queriam
Arruinar a máquina do mundo;
A noite negra e feia se alumia
Co`os raios em que o Pólo todo ardia.”

No *DGMS* é o Aquilão o vento que trará os heróis da Bahia de Todos os Santos ao Rio de Janeiro, a terra selvagem do Austro.

No verso 35, temos um valor sintático da conjunção *cum* que equivale aí a um pronome relativo. Esta construção ocorre em português por analogia à sintaxe latina: *Iamque dies aderat cum portu soluere classem*, o *cum* equivale aí a um pronome relativo, antiga função de *quando*, em orações do tipo: no dia quando..., o locativo *onde* em português ainda recebe esta atribuição, entre conectivo adverbial e pronome relativo, enquanto *quando* só tem a função de relativo como resquício histórico. Para este valor de

²¹⁸ *Geórgicas*, 2, 404.

²¹⁹ GRIMAL, 2005, p. 138-139.

²²⁰ CAMÕES, *Os Lusíadas*, 2002, Canto 6, estrofe 76, versos 1-8, p. 192.

cum em latim²²¹:

"La conjonction *cum* (*quom*), qui s'apparent pour la forme au relatif, s'en rapproche aussi par l'emploi: Pl. *Ba.417: iam aderit tempus quom sese etiam ipse oderit* (le moment est proche où (=quo) il se prendra lui-même en aversion."

Esta construção mostra um conhecimento profundo da sintaxe latina por Anchieta, como autor do *DGMS*.

IV. Chegam os portugueses à Baía de Guanabara.

Versos 52-70:*Iamque... moenia penna.*

A chegada da armada de Mem de Sá à Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, ocorrera em 21 de fevereiro de 1560²²². Na diegese, nasce o sol, com o surgimento da torre do Forte Coligny como um *phainómenos* (v.54-7), enquanto surge o medo entre os guardiães da torre por causa da armada vista, simbolizado este medo por um símile ao gosto épico, em que os guardiães são comparados a pombas, perdidas entre o vento tempestuoso Noto²²³.

A Aurora brilha intensamente com sua veste refulgente²²⁴, que são os raios do forte sol do verão no Rio de Janeiro em fevereiro, no século XVI. Com esta breve alegoria, dá-se o amanhecer no qual franceses e portugueses se avistam pela primeira vez. Enquanto os

²²¹ ERNOUT, 1951, p.356 e seguintes.

²²² ANCHIETA, 1970, p. 307.

²²³ Vergílio, *Eneida*, 6, 355, para o termo *Notus*.

²²⁴ *Odisseia*, 5, 1 e seguintes, e *Geórgicas*, 1, 445 e seguintes.

portugueses percebem as torres elevadas nos penhascos e bem fortificadas, no Forte Coligny, a visão da armada chegando, através do mar, espanta os poucos franceses que estão de guarda. Assustados estes dão o toque de recolher e acendem fogueiras para convocar os outros soldados franceses que estão nas aldeias indígenas do litoral. O estado psicológico dos guardiães da torre é dado por um símile épico em que são comparados a pombas pegas desprevenidas por uma tempestade enquanto se alimentam nos campos.

Noto espanta o manso Bóreas, aparecendo nuvens de tempestade, daí as pombas voam para seus ninhos. Se misturarmos ambas as imagens, temos um ambiente sublime, das torres entre tempestades, de uma situação de um nascer do sol que repentinamente se torna um lugar sombrio e tempestuoso, com as torres cercadas por nuvens tempestuosas.

Neste *scenarium* terrível, a armada portuguesa aporta dentro da Baía a alguma distância da ilha, os guardiães da torre veem-na, assim como os percebem os soldados portugueses. Pelo litoral da Baía de Guanabara, estão os outros franceses em aldeias indígenas. Provavelmente, a armada aportou próxima à atual região da Urca, enquanto os franceses estavam pelo rio Carioca, próximos à atual Praça XV. As torres, na ilha de Serigipe, atual Villegagnon, onde funciona a Escola da Marinha, eram o Forte Coligny.

Para o símile das pombas, podemos conferir a ideia do verbo *diffugiunt*, que caracteriza a ação psicológica dos guardiães no símile, em um trecho de Vergílio²²⁵, a respeito das éguas de Gárgara, no monte Ida, trecho este que, certamente, também inspirou Anchieta em outros passos do *DGMS*:

Scilicet ante omnes furor est insignis equarum

Et mentem Venus ipsa dedit, quo tempore Glauci

²²⁵ *Geórgicas* 3, 266-279.

*Potniades malis membra absumpsere quadrigae.
Illas ducit amor trans Gargara transque sonantem
Arcanium; superant montes et flumina tranant,
Continuoque, avidis ubi subdita flamma medulis,
Vere magis, quia uere calor redit ossibus, illae
Ore omnes uersae in Zephyrum stant rupibus altis
Exceptantque leues auras, et saepe sine ullis
Coniugiis uento grauidae, mirabile dictu,
Saxa per et scopulos et depressas conualles
Diffugiunt, non, Eure, tuos neque solis ad ortus,
In Borean Caurumque, aut unde nigerrimus Auster
Nascitur et pluuiio contristat frigore caelum.*

(Evidentemente, acima de todos é intenso o furor destas éguas
E a própria Vênus deu-lhes inteligência, quando as éguas
De Potna, romperam com as mandíbulas os membros de Glauco.
O amor às conduz através de Gárgara e através do sonante
Arcânio, elas transpõem os montes e atravessam os rios
E, continuamente, quando o amor se insinuou em suas ávidas entranhas,
Mais ainda na primavera, porque na primavera o calor penetra nos ossos,
Elas param, todas voltadas em direção do Zéfiro nos altos penhascos
E colhem leves brisas, e muitas vezes grávidas dos ventos, sem nenhuma
Cruza, ó coisa admirável de ser dita, dispersam-se tanto pelos penhascos
E rochedos quanto pelas depressões circundantes, ó Euro,

Não por tuas moradas, nem na direção do nascer do Sol, mas para o
Bóreas e o Cauro, ou de onde o tenebrosíssimo Austro nasce
E entristece o céu com o frio chuvoso).

Morfologicamente, neste passo do *DGMS*, há o uso recorrente de prefixos verbais, típicos na estrutura do latim clássico e do latim humanístico, onde encontramos: *reuehens*, *refulsisset*, *excisis*, *concurrunt*, *incipiunt*, *diffugiunt*, *relinquunt*, *abscondunt*, que marcam também a intensão hiperbólica épica.

O uso de prefixos no latim renascentista retrata a necessidade de variação dentro da língua dos matizes semânticos de certos termos. Desta forma a utilização de morfemas para estender o sentido dos vocábulos é uma tendência que enriquece a significação de vocábulos, marcando-se a derivação prefixal e sufixal como uma atualização da língua sem sair de seu sistema, explorando ao máximo o valor de seus termos. Esta é também uma forma do poeta narrar, expressivamente, os feitos épicos.

Ao mesmo tempo tanto a natureza exuberante, quanto as ações heroicas grandiosas marcam a intensão épica. Embora não estejam no plano divino, os heróis clássicos estão acima dos homens.

Na literatura clássica, a Idade Heroica é uma época primordial após a cosmogonia e o triunfo de Zeus, surgindo os heróis depois da criação dos homens, mas antes das leis e da ordem do mundo terem sido estabelecidas. O herói clássico é caracterizado por combater povos, fundar cidades, enquanto cria uma nova ordem humana no mundo, mas sua principal característica é estar acima dos limites humanos, vivendo na Idade Heroica, um momento

diretamente posterior à criação do mundo²²⁶.

No *DGMS*, o momento posterior à criação do mundo equivale ao início da colonização, e o heroísmo de Mem de Sá mostra-se nos combates e na fundação de vilas.

V. Primeiro confronto: captura de uma nau francesa e a explosão de um paiol francês.

Versos 71-85: *Interiora ratis... in saecula poenas.*

Começa a batalha em mar com a captura de uma nau francesa, surpreendida na Baía de Guanabara. Em resposta, o forte francês ataca a armada portuguesa que navega dentro da Baía com canhões, à distância, mas uma fatalidade causa um incêndio no paiol de pólvora e mata sete soldados franceses. Estes movimentos em mar antecedem o assalto à ilha, enquanto os adversários se estudam.

O Pe. Nóbrega narra em carta, assim, este evento do *DGMS*²²⁷:

“Dali nos partimos ao Rio de Janeiro e asentou-se no conselho que darião de supito no Rio de noite pera tomarem os franceses desaperecidos, e mandou o Governador a hum, que sabia bem aquelle Rio, que fosse diante guiando a armada e que ancorasse perto donde podessem os bateis deitar gente em terra, a qual avia de ir por certo lugar, mas isto aconteceu de outra maneira do que se ordenava; porque esta guia por não saber, ou por não querer, fez ancorar a armada tam longe do porto que não poderam os bateis chegar senão de dia com andarem muyta parte da noite e foy logo vista e sentida a armada.

No mesmo dia que chegamos se tomou huma nao que estava no Rio pera carregar de brasil, a gente della fugio pera terra, e recolheo-se na fortaleza...”

Pelo fato de o *DGMS* ser um poema épico que recria a Idade Heroica no contexto da

²²⁶ BRANDÃO, 1986, v. 3, p. 15 e seguintes.

²²⁷ LEITE, 1955, p. 366-367.

colonização do Brasil quinhentista, temos na narrativa de Anchieta elementos clássicos que nos remetem a esta Idade. As armas de fogo, por exemplo, são tratadas como os monstros descendentes dos deuses, e da mesma forma refletem em suas descrições o *ingenium* do autor.

Entre os versos 76-82, é narrada uma cena em que canhões atiram projéteis. Esta é uma cena prototípica do século XVI, mas a personificação dos canhões (*Machina uasta uomit ignesque coruscos*) permite que comparemos esta passagem com o trecho da *Eneida* que narra sobre o monstro Caco, um descendente de Vulcano²²⁸:

*Hic spelunca fuit, uasto submota recessu,
Semihominis Caci facies quam dira tenebat
Solis innaccessam radiis, semperque recenti
Caede tepebat humus, foribusque affixa superbis
Ora uirum tristi pendebant pallida tabo.
Huic monstro Vulcanus erat pater, illius atros
Ore uomens ignes, magna se mole ferebat.*

(Houve uma gruta que repousava em um vasto retiro,
Que resguardava o terrível aspecto do semi-homem Caco,
Ela era inacessível aos raios do sol, e sempre lá a terra
Era morna pela morte recente, e pregadas nos batentes soberbos
Pendiam pálidas cabeças de homens com fétido prurido.
Vulcano era pai deste monstro, que vomitava chamas

²²⁸ *Eneida*, 8, 193-199.

Sombrias de sua boca e se movia com seu corpo imenso).

Caco, que se situa como um deus do fogo e o *numen* de uma região, é tomado também como um herói local, que vivia em uma gruta do Aventino, associado ao mito de Hércules²²⁹. A *Machina uasta* do *DGMS* à qual podemos associar o mitologema de *Cacus*, narrado na *Eneida*, aproxima-se também da descrição clássica dos Titãs monstruosos²³⁰, porque esta *Machina uasta* personificada vomita chamas infernais, ao mesmo tempo em que invoca a *tekhne* humana de controle do fogo.

O termo *Praetoris*, que identifica o cargo de Governador-Geral de Mem de Sá, no verso 73, foi usado por Cícero²³¹, significando o que marcha à frente, o chefe. Temos o sentido renascentista de *puluis* como pólvora, no verso 80. *Puluis* significa, no latim clássico, poeira, as partículas secas do *solum terrae*.

O termo pólvora em português deriva do plural tardio *puluera*, caracterizando-se a pólvora negra como uma mistura de salitre, de enxofre e de carvão, que se inflama muito facilmente por atrito, o que pode causar explosões como a que afetou os franceses na Baía de Guanabara em 1560, e Anchieta registrou no *DGMS* em latim.

Gehenna, no verso 83, é um empréstimo do Latim cristão, vindo do hebraico *Geh Hinnóm*, através do grego *Géenna*. Representa o Inferno, na linguagem bíblica do *Novo Testamento*²³², pelo *ignes Gehennae*. A tradução do termo hebraico significa Vale de Bem-Hinon, e nos remete no *Antigo Testamento* a um lugar próximo a Jerusalém em que houve sacrifícios humanos, pelo fogo, no reinado de Acás e depois no de Manassés²³³. Por

²²⁹ GRIMAL, 2005, p. 67.

²³⁰ BRANDÃO, 1986, v. 1, p. 336-342, HORTA, 1993, p. 154-155 e OVÍDIO, *Metamorfoses*, 1, 151-162.

²³¹ *De Diuinatione*, 1, 123.

²³² *Evangelho Segundo São Mateus*, 5, 22 e seguintes.

²³³ *2 Crônicas*, 28, 1-3 e 33, 1-9.

extensão, o termo no *Novo Testamento* já significa o Inferno, que é acepção registrada no *DGMS*.

VI. Tentativa de acordo de Mem de Sá com Bois-le-Comte.

Versos 86-112: *At pius... crimina Christus*.

Após esta primeira contenda no mar, vemos que Mem de Sá envia uma mensagem a Bois-le-Comte, o comandante do forte, sobrinho de Villegagnon. O caráter desta correspondência mostra-nos um discurso épico, mas, ao mesmo tempo a relação do Humanismo com o comando militar do século XVI.

Vários conceitos importantes, como a formação humanística, o substrato cristão do poema no julgamento de Cristo, o que invoca a proximidade do Apocalipse, até o conceito de *Imperium* sobre as colônias, são invocados na epístola de Mem de Sá que começa com um elogio ao oponente, em sua tentativa de negociação.

A formação humanística é dada pelas *doctae Palladis artes*, artes da hábil Palas, e o reconhecimento pela fama. *Pallas* é um epíteto ritual de Atena, usado também por Vergílio na *Eneida*²³⁴. Atena, em Roma identificada com *Minerua*, cujos símbolos eram o capacete, a lança e a égide, representa a técnica da guerra em oposição a *Mars*, o furor da guerra.

A relação da deusa na *Odisseia* com o astuto Ulisses deixa-nos entrever o que seriam as *artes Palladis*, desde a habilidade de discursar e navegar, até a estratégia militar, o que Mem de Sá exorta em Bois-le-Comte. O importante conceito de *fama*, que também é

²³⁴ *Eneida* 7, 154 e *Teogonia*, 886 e seguintes.

vergiliano²³⁵, complementa o ideário do humanista colonizador.

O contexto da tentativa de colonização francesa no Brasil é invocado neste discurso sob o viés do direito internacional e do direito divino, da Renascença, da *Bula inter caetera*, de 1493, e do *Tratado de Tordesilhas*, de 1494, que dividiam os mares entre *mare liberum* e *mare clausum*. Invocados, indiretamente, por Mem de Sá, que era jurista de formação, notamos o reforço deste discurso pela doutrina do direito romano do *uti possidetis, ita possideatis* (como possuíis, que assim possuiais): *ad nostrum ius pertinet, ista labore / Lusitanorum parta est, ac robore terra*, nos versos 97 e 98.

Esta doutrina foi de grande valia e constante argumento dos portugueses, principalmente no *Tratado de Madri* de Alexandre de Gusmão em 1750, um dos mais importantes documentos da diplomacia brasileira. O *uti possidetis* é um termo de ocupação em que a posse do território se dá por seu uso, o que garantiu ao Brasil os territórios conquistados durante a *União Ibérica*.

A submissão ao rei, um absolutismo herdeiro da vassalagem e suserania medieval, estrutura de poder da Renascença, é outra instância de poder invocada por Mem de Sá, que se soma a um ultimato, em uma hierarquia de poderes, ao apelar para a força física. Por fim, como a última força nesta hierarquia de argumentos, Mem de Sá invoca a força divina, e o julgamento de Cristo no Apocalipse, o que revela a *Pietas*²³⁶ cristã do herói, e é seu mais importante recurso de persuasão, pois está a serviço de Deus, é o *pius Mendus de Saa*.

Assim, esta sequência argumentativa retórica mostra a estrutura de poder colonial e

²³⁵ *Eneida*, 4, 173-188.

²³⁶ “Piedade (*Pietas*) é a personificação do sentimento que se deve nutrir em relação aos deuses e aos homens” (GRIMAL, 2005, p. 373). O templo da *Pietas* estava junto ao Capitólio, data de II a.C., para Vergílio, Eneias é a fusão da *pietas* e da *fides*, como Anchieta também caracteriza Mem de Sá na dedicatória da *editio*: *Excellentissimo uiro Mendo de Saa, singularisque fidei ac pietatis*. O cristianismo medieval herdou o conceito latino e o reconfigurou, mas no sentido renascentista empregado por Anchieta, temos um somatório de ambas as concepções. Podemos conferir Cícero, *De Legibus*, 2, 11, para a concepção romana.

a hierarquia de forças para a manutenção da colônia: o direito público internacional do Humanismo, o direito divino, o poder do rei, a força física e o poder de Deus são as estruturas de poder colonial.

Há, morfossintaticamente, inúmeros substantivos e adjetivos verbais, que mostram uma densidade sintática por diversas modalidades de subordinações nominais, mais propícias à prosa do que à poesia, o que caracteriza este discurso como uma mensagem escrita, onde temos *fore, gerenda, parcere, subiturum, discedere, cruentandi*, dentre outros. São apenas algumas das formas encontradas, quase em sua maioria em locuções e orações subordinadas, o que torna densa a hipotaxe do discurso de Mem de Sá. Somente com o verbo *stat*, com valor impessoal, temos quatro infinitivos em orações equipolentes: *laccessere, commitere, maculare, tingere*.

VII. Resposta de Bois-le-Comte a Mem de Sá.

Versos 113-133: *Hactenus ad Gallum... propugnabimus arcem.*

Neste trecho, temos a resposta de Bois-le-Comte a Mem de Sá, que se baseia no absolutismo, na contestação do argumento do julgamento divino de Mem de Sá, e tem por ponto mais interessante enumerar a tecnologia bélica do confronto que está por começar, junto ao contexto político da França quinhentista, porque evidencia que a França Antártica era um projeto de colonização estratégico da realeza, não sendo um ato isento de motivações geopolíticas, visando engendrar um domínio francês nas Américas, o que prejudicaria o território brasileiro, de colonização lusitana.

Os reis franceses Henrique II e Francisco II, citados no discurso de Bois-le-Comte, foram os responsáveis pela tentativa de implementação da França Antártica, sendo o

primeiro o que ordenou a fortificação e o segundo o que reinava na França no ano do combate, 1560.

Embora no discurso do *DGMS* pareça que a corte francesa apoiava o projeto de ocupação do Brasil, a França, ainda em luta com a realeza de Filipe II, desejava evitar o estado de guerra com Portugal. D. João III pelo embaixador português em Paris, João Pereira Dantas, sempre manifestou seu descontentamento, mas nunca obteve resposta. No ano de 1560, Mem de Sá, antes de iniciar o combate, tentara conseguir a rendição dos franceses, todavia o desdém com que Bois-le-Comte respondeu à proposta motivou a descrição no *DGMS*.

Henrici ter, no texto do *DGMS*, equivale a Henrique II, pois *ter*, neste caso, não possui ideia de terceiro, mas simplesmente de repetição. Este valor é clássico e dicionarizado, conforme comenta Ernout²³⁷:

“Il y avait en outre un suffixe *-ero-, *-tero- (et *-tro), qui servait à opposer deux objets entre eux, cf. gr. *aristerós* (sinis-ter), *dexitéros* (dex-ter), *hýperos* (sup-erus), et qui a joué un rôle très important en grec. En latin il a subsisté: 1° dans certains adjectifs indiquant le lieu ou le temps: *inferus* (qui est en bas) qui s’oppose à *superus* (...). 2° dans des adjectifs pronominaux: *alter* (l’un, le second de deux)”.

Anchieta reconstitui esse valor no verso 118. Na *Eneida*²³⁸ temos essa incidência, no momento em que Dido se enfurece pela partida de Eneias:

Ter sese attollens cubitoque innixa leuauit

Ter reuoluta toro est, oculisque errantibus alto

²³⁷ ERNOUT, 1945, p. 119, note I.

²³⁸ *Eneida*, 4, 690-692.

Quaesiuit caelo lucem, ingemuitque reperta.

(Três vezes levantando-se reanimou-se apoiada no cotovelo,
Três vezes caiu sobre o leito, buscou com os olhos
Errantes a luz no céu, e gemeu ao descobri-la.)

Em relação ao texto estabelecido, no verso 114 temos na *editio* o verbete *Praetor*, enquanto a leitura deste verso para Cardoso dá-nos *Praeses*, baseado no *Manuscrito*. Ambos os títulos representam no latim anchietano uma adaptação latinizada do cargo de Governador-Geral. No verso 114, temos *nouerit*, forma sincopada de *nouauerit*, que é um perfeito do subjuntivo deliberativo com valor exclamativo²³⁹.

VIII. A *hýbris* de Bois-le-Comte.

Versos 134-144: *Haec dux... contorquet Olympum.*

O narrador abre um parêntesis e com perguntas retóricas dinamicamente retrata a *hýbris*, a desmedida de Bois-le-Comte em recusar a proposta de rendição pacífica. A *caeca mens* de Bois-le-Comte, a mente cegada pela *superbia*, impede-o de perceber a realidade da armada que se aproxima. A *ira* que abrasa e o desprezo à paz oferecida vêm da confiança nas torres altivas do Forte Coligny, no *ingenium loci*. Entretanto, Deus se manifesta como *Némesis*, a vingança divina, que castiga os crimes como as Erínias, abatendo os excessos e a desmesura do francês.

A deusa *Némesis* possuía em Ramnunte, na Ática, na costa do estreito que separa a

²³⁹ ERNOUT, 1951, p. 204-205.

Ática da Eubeia, um célebre santuário, com uma estátua esculpida por Fídias, num bloco de mármore de Paros carregado pelos persas, destinado a fazer um troféu após a tomada de Atenas por estes. A estátua era um símbolo de desmedida e isto encorajou os atenienses na batalha de Maratona²⁴⁰. Da mesma forma, no *DGMS*, é mostrada a desmedida de Bois-le-Comte, que instiga a ajuda divina aos portugueses.

Ao mesmo tempo, a igualdade do homem, a isonomia, princípio da *Política* aristotélica e da democracia ateniense, está invocada no verso 138-9, em que a guerra não poupa nem os pequenos nem os grandes, outra concepção humana largamente divulgada no Humanismo. A morte que iguala os homens, que nascem da terra e a ela voltam, é tema das *Sagradas Escrituras*²⁴¹, sendo que *crudelia proelia properant letum*.

Inúmeras perguntas retóricas, acerca da fé e do temor a Deus, mostram-nos, também, um aspecto cristão do *DGMS*, pois fazem este poema renascentista ressoar nos temas das *Sagradas Escrituras*, principalmente ao relacionar a torre do forte de Coligny indiretamente à Torre de Babel²⁴² e às Muralhas de Jericó²⁴³.

O narrador neste parêntesis em seu discurso comenta a *hybris* de Bois-le-Comte enquanto afirma um dos atributos de Deus no *DGMS*: o controle dos Céus, *magnum Olympum*, dele derivando o poder de destruir torres soberbas e muralhas altivas, *turresque superbas aequare solo*.

O monte Olimpo, morada divina por excelência no período clássico, citado no verso 44, era uma denominação dada a grande número de montes na Grécia arcaica. Havia um na Mísia, outro na Sicília, outro na Élide, outro na Arcádia, por fim, o mais célebre, erguido

²⁴⁰ GRIMAL, 2005, p. 326.

²⁴¹ *Siracides*, 17.

²⁴² *Livro do Gênesis*, 11.

²⁴³ *Josué*, 6.

entre os confins da Macedônia e a Tessália. Este monte representava a morada de Zeus, pai dos homens e dos deuses, mas aos poucos a noção da morada divina foi se elevando aos céus²⁴⁴.

Vergílio latinizou o termo *Olympus*, que é a morada de Júpiter, na *Eneida*, manifestando-se como o local de assembleia dos deuses para a arbitragem das contendas divinas. Juno e Vênus defendem suas causas no Olimpo sobre o destino de combate entre *Teucris* e *Latini*²⁴⁵. Desta forma o Olimpo vergiliano remete-nos ao *forum* do período republicano em que contendas são decididas em nome da ordem comum, sendo Júpiter *arbiter orbis*.

Na narrativa de Anchieta, Olimpo significa a região habitada por Deus, os Céus, não o mundo celeste dos astros e corpos estelares, nem o monte Olimpo, mas o Céu metafísico, domínio da Eternidade e da Infinitude, para onde ascendeu Nosso Senhor, acima da percepção hilética humana²⁴⁶.

Sintaticamente, as perguntas retóricas nos remetem ao padrão oracional das interrogações diretas. Com padrão sintático simples, os modos verbais destas construções apenas expressam nuances de sentido nas orações. Há dois subjuntivos de possibilidade²⁴⁷, (*queas, incenderis*) indicando uma suposição, o que demonstra uma certa ironia do narrador, já certo da supremacia divina.

²⁴⁴ GRIMAL, 2005, p.337.

²⁴⁵ *Eneida*, 10, 1-117.

²⁴⁶ *Evangelho Segundo São Marcos*, 16, 19.

²⁴⁷ ERNOUT, 1951, p. 200-201.

IX. Auxílios de São Vicente aos portugueses: indígenas, mamelucos e jesuítas.

Versos 145-172: *Atque ea...fugaret.*

Nesta sequência, ocorre o pedido de auxílio de Mem de Sá à capitania de São Vicente, originária dos mamelucos de João Ramalho, cujo primeiro donatário seria Martim Afonso. Daí chegam os índios, vindos por terra de São Vicente.

Temos narrado em carta pelo Pe. Nóbrega²⁴⁸, um relato sobre esta ajuda:

“... vendo todos a fortaleza do sítio em que estavam os franceses e que tinham consiguio os Indios da terra, temerão de a combaterem e mandarão pedir ajuda de gente a S. Vicente, mas os de Sam Vicente sabendo primeiro da vinda do Governador ao Rio já vinhão por caminho e como chegarão determinou-se o Governador de os combater, mas toda a sua gente lho contradizia...”

Vieram entre estes o Superior Pe. Luís da Grã, os índios de Piratininga, o Pe. Fernão Luís e o Irmão Gaspar Lourenço. A chegada destas forças compõe o exército de Mem de Sá que se prepara para expugnar o Forte Coligny, no entanto o espaço narrativo é a capitania de São Vicente em que ocorrem os preparos da partida.

A sacralização do combate pela súplica a Deus das crianças, mulheres e idosos para garantir a vitória da *iuventus* mostra-nos como o Brasil colonial já tem uma certa conexão e extensão, sendo a presença do clero um dos únicos poderes institucionais, marcados neste trecho. Podemos notar este fato também a partir do nome das capitanias como Espírito Santo, São Vicente, Baía de Todos Santos e São Paulo de Piratininga, esta última fundada, por exemplo, aos vinte e cinco de janeiro, dia do santo natural de Tarso.

Dentro da diegese, o pedido de intervenção divina dialoga com o sentimento do

²⁴⁸ LEITE, 1955, p. 366 e seguintes.

sublime, porque extrapola o limite humano, e as portas do Céu abrem-se, comovendo-se o Pai eterno. A Santíssima Trindade invocada, o aspecto militar do sentimento religioso da *Societas*, desde suas origens com Santo Inácio de Loyola, refletem-se no caráter épico do poema, que não é apenas cristão, mas também tributário do medievalismo das cruzadas.

A abertura dos Céus é cena das mais sublimes, porque a partir daí conecta-se o Céu com a terra, o sagrado e o profano perdem seus limites. Vergílio na *Eneida*, tanto canta Júpiter abrindo o Olimpo, quanto pede às Musas a abertura do *Hélicon*²⁴⁹ para prosseguir a narrativa do combate entre *Turnus* e *Aeneas*:

Panditur interea domus omnipotentis Olympi,

(É aberta, entretentes, a morada do onipotente Olimpo)

e:

Pandite nunc Helicon, deae, cantusque mouete

(Abri agora o *Hélicon*, ó deusas, e entoai vossos cantos).

No verso 172 lê-se *turre*, lição que mantivemos, conforme Ernout²⁵⁰:

“Accusatif: Mots où *-im* coexiste avec *-em*: *caluim, cratim, ..., turrim* ”

e :

“... Les mots qui avaient l'accusatif en *-im* ou en *-em* ont également les deux ablatifs ; à *febrim / febrem* correspondent *febri / febre*”.

Logo a forma *turre* também é clássica e concorrente com *turri*; preferimos manter a lição *turre* por adequar-se também ao latim clássico.

²⁴⁹ *Eneida*, 10, v.1-2 e v. 162.

²⁵⁰ ERNOUT, 1945, 84-86.

X. Vinte dias de espera e sucede a Assembleia dos chefes portugueses.

Versos: 173-190: *Bis decies... pandens.*

Após vinte dias de espera, chegam os auxílios de São Vicente, quando então se reúne a Assembleia dos chefes²⁵¹. Todos os comandantes lutam contra o desejo de Mem de Sá de atacar o forte, e assim a resolução deste é mostrada pelo poeta com o recurso do símile, comparado a um ingente rio que não conseguem represar os agricultores, narrado nos versos 185-190.

Este símile invoca a hidrografia do Brasil, em que os grandes rios e as maiores bacias hidrográficas nunca auxiliaram a colonização. Com seus ciclos de cheias, antes representavam uma natureza indomável, impossível de ser contida. Mem de Sá é o espírito desta natureza do Brasil que enfrentará o forte francês, e sua primeira muralha a romper é o dique da vontade de seus comandados que temem o combate.

O símile retrata a força de conflito de Mem de Sá na Assembleia dos chefes, que no próximo passo do poema se refletirá em seu discurso, servindo esta comparação para sua caracterização psicológica, imbuindo ao mesmo tempo o caráter da assembleia de um debate agônico, o que invoca a oratória clássica. Vergílio também recorrera à imagem do rio que ultrapassa uma barreira²⁵², o acúmulo das águas que arrebentarão. Esta será a imagem da exortação no discurso a seguir de Mem de Sá, valendo-se da técnica retórica de amplificação em sua exposição, como veremos, sobre o símile vergiliano que podemos conferir:

²⁵¹ *Odisseia*, 1, 1 e seguintes, a Assembleia dos deuses e *Eneida*, 10, 1 e seguintes .

²⁵² *Eneida*, 2, 296 e seguintes.

“*Non sic, aggeribus ruptis cum spumeus amnis
Exiit oppositasque euicit gurgite moles,
Fertur in arua furens cumulo, camposque per omnes
Cum stabulis armenta trahit*”

(Diferentemente, ocorre quando o rio espumante sai das margens rompidas
E vence as barreiras opostas com seu turbilhão, acumuladamente,
Arrebata-se enfurecido contra as planícies, e arrasta
Através de todos os campos os rebanhos com seus estábulos).

A invocação da luz do dia, neste passo do poema, pela personificação da Aurora, é bem ao gosto clássico, com uma perífrase poética para indicar os dias transcorridos, sem ferir a métrica clássica: *Bis decies tenebris Aurora retexerat orbem, / Lutea puniceo suffundens ora colore* (Duas dezenas de vezes a Aurora despira das trevas o orbe inundando de cor amarela suas faces avermelhadas).

Éos, a personificação da Aurora, pertence à primeira geração divina, sendo filha de *Hipérion* e de *Tia*, e irmã de *Hélio* e de *Selene*, respectivamente o sol e a lua. De sua união com *Astreu* nasceram os ventos: *Zéfiro*, *Bóreas* e *Noto*, a Estrela da manhã (*Eósforo*) e os *Astros*²⁵³. Para *Anchieta*, a Aurora representa somente a manhã, mas dentro de sua bela alegoria de abrir com dedos róseos as portas do céu ao carro do sol.

No v. 177, poderíamos modificar a lição *omnes reluctatos*, por *omnes reluctati*, mudando a sintaxe do acusativo ligado ao adjetivo *inscius* para um nominativo em

²⁵³ *Teogonia*, 371 e seguintes e *Metamorfoses* 13, 581 e seguintes.

aposição. Segundo Ernout²⁵⁴, o melhor complemento para *insciuis* seria um genitivo, o acusativo de relação seria vinculado à sintaxe grega²⁵⁵, usado para demonstrar virtuosidade e domínio das estruturas mais profundas do latim clássico por Anchieta, embora pudéssemos traduzi-lo facilmente por uma oração completiva nominal, construção típica do português sem equivalente em latim, até mesmo em outras línguas românicas.

Nesse sintagma não temos uma contaminação da sintaxe do português no latim por Anchieta, embora facilmente pudéssemos traduzi-lo por uma oração completiva nominal, construção típica do português sem equivalente em latim. Poderíamos também ter optado pela aposição latina com dois nominativos, mas em ambos os casos a sintaxe se manteria na norma de uso clássico.

XI. Discurso de Mem de Sá na Assembleia.

Versos 191-211: *Ergo... sequetur.*

A *oratio* de Mem de Sá aos *Proceres* é um discurso no espírito das cruzadas, o tom de exortação mostra-nos como Mem de Sá inverte o sentimento de medo dos portugueses quanto aos franceses. Este trecho revela dialogar com o *De Bello Gallico*²⁵⁶, no momento em que César começa a exortar sua legião contra Ariovisto, que aqueles temem, quando na verdade deveriam os romanos ser temidos. Mem de Sá inverte o sentimento de medo que sentem os portugueses, ao afirmar que os franceses deveriam temê-los, porque os portugueses lutam junto com Deus (*Dominus*).

Note-se, também, que o recurso retórico utilizado em todo este discurso é a

²⁵⁴ ERNOUT, 1951, p. 41 e p. 49.

²⁵⁵ Sobre o acusativo de relação do grego, que acompanha adjetivos: HORTA, 1991, p. 371, v. 1.

²⁵⁶ *De Bello Gallico*, 1, 39 e seguintes.

amplificação de imagens, bem ao gosto de Cícero, como comenta Longino ao compará-lo com Demóstenes. Um exemplo típico de amplificação de imagens está nas *Catilinariae*²⁵⁷, quando Cícero cita lugares da cidade de Roma, partindo dos limites externos da cidade até o interior do senado, na direção da face dos que ouvem seu discurso, em um tom crescente:

"Nihilne te nocturnum praesidium Palatii, nihil urbis uigiliae, nihil timor populi, nihil concursus bonorum omnium, nihil hic munitissimus habendi senatus locus, nihil horum ora uultusque mouerunt?"

(Em nada te comoveram a guarda noturna do Palatino, em nada os vigias da cidade, em nada o temor do povo, em nada o ajuntamento de todos os homens de bem, em nada este protegíssimo lugar de reunião do senado, em nada as faces e o aspecto destes homens?)

A amplificação é tomada por Mem de Sá ao se referir a Deus, que garantirá uma vitória quase impossível para as forças humanas, logo a eloquência heroica é um caráter explorado por Anchieta, em seu poema épico humanístico. Desta forma, o domínio da palavra também era uma característica épica homérica e vergiliana, registrada na *Odisseia* e na *Eneida*, quando Ulisses e Eneias, respectivamente, eram obrigados pelas situações narrativas a contar suas próprias aventuras, ou a estimular os companheiros nas viagens. A capacidade de discursar é integrante da *areté* épica.

Nos versos 200-1 a lição da *editio*, adotada por Cardoso também, possui uma sintaxe truncada em relação à língua latina clássica: *Numquid difficile est Domino, caeli ardua nutat / Quo quatiente domus, turres excindere magnas*, a mantivemos por ser lição

²⁵⁷ *Catilinariae*, 1, 1.

original da *editio* de 1563, o ablativo absoluto com antecedente em dativo, acompanhado por um pronome torna este trecho sintaticamente truncado. Por algum lapso a edição de Cardoso não registra o verso 210 (v. 2510); por estar numerado, cremos ser um erro do editor. Este verso encontra-se na *editio* de 1563.

XII. Preparativos e estratégias para tomar o Forte Coligny.

Versos 212-228: *Haec postrema... malorum.*

Começa, neste ponto da diegese, a preparação ritual antes da batalha, o que nos mostra todo o caráter bélico da tradição cristã no Brasil colonial. Enquanto o Governador passa em revista as tropas, prepara-se o ritual de confissão. Em seguida, o Governador confessa-se e é abençoado, e assim dá-se a sacralização do combate que se iniciará, com a purgação dos pecados e a comunhão com Cristo.

As imagens são hiperbólicas, como requer o estilo épico, com verbos e imagens semanticamente fortes, o que causa impacto neste trecho: *pectora uiris incaluere cunctis, feruescunt amore Martis, diruere moenia, fumantibus urere flammis, effundere animas leto*. Representa, pois, a tensão dos preparativos para o combate a seguir, o calor dos combatentes, próximos ao sol do meio-dia no dia 15 do mês de março em 1560, o que reflete bem a natureza local do Rio de Janeiro nesta época do ano²⁵⁸.

Neste trecho, temos ao todo quatro orações infinitivas equipolentes, todas como complemento do verbo impessoal *iuuat*. Esta construção é típica do latim clássico:

²⁵⁸ ANCHIETA, 1970, p. 312, notas aos versos 2528 e 2537.

"Le cas de l'infinitif substantivé mis à part, l'infinitif dans sa fonction nominale, est limité à quelques tours peu nombreux, mais usuels: (...)

comme complément d'impersonnels: type *uenire licet* (il est permis de venir)²⁵⁹.

XIII. Avança na Baía de Guanabara a armada lusitana.

Versos 229-240: *Iamque dies... turris.*

Começa a navegar a armada portuguesa com os auxílios de São Vicente e Santos, do litoral da Baía de Guanabara, próximo à atual Urca, como crê Cardoso, em direção à Ilha de Serigipe, próxima à atual Praça XV, atual Ilha de Villegagnon. O poema deixa-nos entrever que esta movimentação se deu ao meio-dia, e o ataque ao Forte Coligny daí inicia-se. Já há vinte dias os franceses e portugueses preparam-se para os combates, vigiando-se mutuamente, aguardando o confronto.

O cuidado com que Anchieta narra a navegação, por uma riqueza de detalhes, em que a brisa suave enche as velas, mostra-nos uma imagem contrária à guerra que está por se iniciar, porque invoca um agradável e paradisíaco campo de batalha. A Baía de Guanabara mostra-se em 1560 com suas ilhas e litoral recobertos de mata edênica, com o ar saudável, *mulcentibus flatibus, lenis aura*, de um dia que veria as lutas sangrentas: *dies uisura pugnas cruentas*. Este trecho da brisa doce do litoral entra em antítese com o trecho anterior, do fogo, do calor dos soldados. Esta antítese realça o principal triunfo deste combate, que seria a posse da Baía de Guanabara.

Sobre o ar do Brasil, *lenis aura*, descrevem os principais biógrafos de Anchieta que

²⁵⁹ ERNOUT, 1951, p. 216-7.

uma moléstia do pulmão obrigara-o a sair de Portugal, encontrando assim, no clima do Brasil, uma cura permanente para seu mal. Por isso nunca mais retornaria à Europa, estando fadado desde a sua chegada a viver em território brasileiro até o fim da vida.

XIV. Ilhas da Baía: a ilha da Laje e a Ilha de Serigipe, na qual está o forte.

Versos: 241-274: *Stat.. saxum.*

A descrição das duas ilhas mostra a movimentação da armada de Mem de Sá, é pela perspectiva da entrada da armada na Baía que surge a ilhota Laje, na qual os franceses primeiramente tentaram fundar um forte, e, em seguida, aproxima-se a ilha de Serigipe, próxima à Praça XV, na qual ergueram o Forte Coligny. Esta descrição das ilhas, que é científica, e do forte mostra qual será a praça de combate. Note-se a intertextualidade deste trecho com o de Lery, anteriormente traduzido.

Há a topografia da ilhota Laje, cercada de correntes marítimas, na entrada da Baía, que hoje possui um forte. Em seguida, após a armada passar por esta ilha, é descrita a ilha de Serigipe, em que está o Forte Coligny. Os soldados veem, da esquerda para a direita, por ordem de acesso, o *ingenium loci* da ilha: 1-uma colina, 2-casas, 3-uma cisterna, 4-uma fenda com uma ponte de pau, 5-o penhasco com acesso ao ponto alto da ilha com as torres. Por haver só um acesso para atingir o forte, assim, dar-se-á o combate ao passar a armada por estas etapas.

Há índios tamoios guarnecendo a colina, enquanto os franceses estão no forte, tendo canhões junto a estes.

No v. 265, temos a forma arcaica *queis*, forma corrente na época de Plauto, arcaica no período de Vergílio, assim considerada também no latim renascentista.

Sobre a forma arcaica *queis*, afirma Ernout:

“Ablatif: Il y a à l’époque archaïque des traces de l’ablatif *quei*, *qui* de *quis*, employé d’ailleurs abusivement pour *quo*, *qua* et même pour *quibus* (...) Datif-ablatif: L’ancien datif-ablatif du thème **quo-* était **quois*, devenu **queis*, puis *quis*. On le trouve encore dans Virgile *En. I*, 94-96:

*o ter quaterque beati
quis ante ora patrum, Troiae sub moenibus altis
contigit oppetere*

Mais la forme normale était celle du thème en *i*: *quibus*²⁶⁰.

XV. Estratégia de Mem de Sá para desembarcar na Ilha de Serigipe pela Colina das Palmeiras, único acesso, vizinho às terras do litoral.

Versos 275-307: *Ergo rates... arenam.*

O ataque à Colina das Palmeiras, *Palmifer collis*, é o primeiro passo da estratégia de Mem de Sá, ainda que esteja protegida por muitos índios. Este é o único acesso da ilha e narrativa da estratégia para livrá-lo dos índios encontra-se cortada na *editio*. Há apenas os versos do *Manuscrito de Algorta* para este trecho. Seguimos, portanto, a leitura de Cardoso do *Manuscrito* destes versos tão importantes, que narram a estratégia de Mem de Sá no mar para iludir os indígenas.

Esta estratégia consistia em navegarem os maiores navios em direção à torre na parte ocidental da ilha e bombardeá-la do meio do mar, e com os navios médios direcionar o curso para a desembocadura do rio Carioca, no litoral do continente, vizinho à parte

²⁶⁰ ERNOUT, 1945, p. 154 e p. 156.

oriental da ilha.

Quando os índios, que eram os guardiões da Colina das Palmeiras, viram os navios médios indo ao delta do rio no litoral, acreditaram que os portugueses iam buscar água e seguiram com suas canoas para lá, abandonando a Colina das Palmeiras, único acesso à ilha. Vendo esta movimentação, Mem de Sá ordena que os navios médios virem seu curso, repentinamente, de forma que não deem tempo aos índios de retornarem, e assim, aportam na subida da Colina das Palmeiras, que está vazia, conquistando este campo de batalha.

Nos versos 288 e 289, temos o sintagma *equis Eois*. O adjetivo *Eous*, *Eoa*, *Eoum* é um helenismo vergiliano²⁶¹, que Anchieta utiliza como adjetivo epíteto, em alusão aos cavalos que puxam o carro do sol, os cavalos da Aurora²⁶², do oriente.

XVI. Desembarcando na ilha, os portugueses tomam algumas casas em acirrado combate e capturam a cisterna.

Versos 308-332: *Mentis inops... terrae*.

Logo que os portugueses tomam a Colina das Palmeiras, combatem contra alguns franceses e, por fim, chegam à cisterna, deixando os franceses sem acesso à água. Começa a guerra de infantaria na ilha, mas ao mesmo tempo os bombardeios constantes das torres e dos navios no mar mostram uma guerra com duas frentes de combate.

Este grande combate com a tecnologia militar do século XVI é o maior desafio do poeta renascentista, pois, além das estratégias de combate, as armas, seus efeitos, necessita de um amplo domínio estético do latim e do registro épico. Os índios tupis ajudam aos

²⁶¹ *Geórgicas*, 1, 221 e 288.

²⁶² GRIMAL, 2005, p. 139.

portugueses, enquanto os índios tamoios ajudam aos franceses.

Com a colina ocupada, que é a primeira etapa de acesso às torres, os portugueses entrincheiram-se, enquanto a Cruz é fixada nela. Em seguida é trazido, das birremes para a colina, um falcão, típico canhão do século XVI, cuja embocadura é forjada no formato do bico desta ave. Atiram os portugueses contra as casas da ilha, sendo esta a segunda etapa para avançarem.

Em seguida, após a casa ser destruída com auxílio dos tiros de canhão das birremes, os soldados avançam e tomam a cisterna. Logo a tomada da cisterna é, praticamente, o fim da França Antártica, porque, estrategicamente, os portugueses vão mantê-la e sitiar a torre esperando a desistência dos franceses. É o que dá a entender a continuação do poema.

Os portugueses iniciam a tomada do Forte Coligny, quando fixam a Cruz no alto da Colina das Palmeiras, a *Palmifer Collis*: “... *atque aggere in alto / Splendentis uexilla crucis uictricia figit*” (v. 313-314). A *Crux* é um símbolo metonímico, compõe-se de um instrumento de suplício formado de dois pedaços de madeira atravessados, no qual eram pregrados os condenados à morte pelo Império Romano. Representa, pois, a *Paixão de Jesus Cristo*²⁶², todo o sofrimento da condenação de Jesus, da *uia crucis* até à crucifixão.

No contexto renascentista, o *Estandarte da Cruz* representa a Fé cristã, a crença na redenção dos homens pelo sacrifício de Jesus Cristo, na Cruz. Assim, o ato de fincá-lo no solo é a fundação de uma nova civilização cristã. A *Crux* é, portanto, neste contexto, o *Terminus*²⁶³, o deus latino das fronteiras cristianizado, no Brasil colonial. A cristianização de elementos pagãos remonta à tradição dos autores latinos cristãos – hiperbolizada aqui nos versos anchietanos.

²⁶² *Evangelho Segundo São Mateus*, 27, 32.

²⁶³ GRIMAL, 2005, p. 438.

Podemos, por fim, inferir que a imagem de Jesus crucificado, vindo aos trópicos, nos remete, na tradição clássica, aos *uicti Penates* que Eneias carrega de Troia ao Lácio, deuses vencidos que restaurarão uma nova sociedade em uma nova terra, sendo também este o contexto da presença da *Societas Iesu*, da Contra-Reforma nas Américas, o que estabelece a fundação do Brasil.

No verso 318 há a ocorrência de um ablativo de matéria²⁶⁴, proveniente da sintaxe do ablativo de origem, em *saxo constructa tecta*. O ablativo de matéria é típica construção latina, que concorre com o helenismo do genitivo de matéria, pouco usual em latim clássico²⁶⁵.

XVII. Do mar, os navios lusos atacam a torre com seus canhões e esta contra-ataca.

Versos 333-354: *Interea... aequor*.

Os navios portugueses que atiram nas torres são arrasados pelos contra-ataques, assim, os portugueses perdem este valioso apoio que é a frente de combate no mar, quando toda a atenção da torre recai sobre a infantaria que sobe à ilha, enquanto uma bombarda de metal amarelo dos franceses arrasa os navios. A batalha entre os navios e as torres tem por referência a *Titanomachia*, no verso 338 e nos seguintes, referente a uma briga entre os elementos naturais, misturados às forças dos golpes.

Sintaticamente, temos um belo uso da segunda pessoa verbal no singular com valor de indeterminação, somado a uma oração infinitiva: *Disiluisse putes conuulsum a cardine caelum,/ Tantus erat strepitus, clamorque ignesque rotati* (Qualquer um julgaria que o céu,

²⁶⁴ FARIA, 1995, p. 313.

²⁶⁵ HORTA, 1991, v. 1, p. 385-386.

arrancado de sua conjuntura, se arreventou, tanto clamor havia, quanto estrépitos, bem como fogos arremessados).

Note-se que este trecho novamente se refere à *Titanomachia*, como o faz em toda a sua extensão. Vejamos a comparação com alguns versos de Vergílio sobre a erupção do Etna, a briga entre os elementos naturais²⁶⁶:

*Portus ab accessu uentorum immotus, et ingens
Ipsè; sed horrificis iuxta tonat Aetna ruinis,
Interdumque atram prorumpit ad aethera nubem,
Turbine fumantem piceo et candente fauilla,
Atollitque globos flammaram et sidera lambit,
Interdum scopulos auulsaque uiscera montis
Erigit eructans, liquefactaque saxa sub auras
Cum gemitu glomerat, fundoque exaestuat imo*

(Porto imóvel sem acesso aos ventos, e este mesmo era imenso;

Mas o Etna treveja próximo com horríveis desabamentos,

E de tempos em tempos lança uma escura nuvem à atmosfera,

Que fumeга em um turbilhão sombrio, com cinzas em brasa,

E arremessa globos em chamas, e lambe os astros,

De tempos em tempos, ergue-se vomitando penhascos e as entranhas do monte

Arrancadas, e aglomera as pedras liquefeitas

Sob o céu com gemidos, e ferve desde o fundo de seu abismo).

²⁶⁶ *Eneida*, 3, 570-576.

XVIII. Anoitece, os portugueses fortificam a Colina das Palmeiras, e se preparam para subir em direção ao Forte Coligny.

Versos 355-369: *Merserat... lucis.*

Como na *Iliada*, a noite interrompe o combate. A forma clássica do pôr-do-sol novamente invoca a *Titanomachia*, com alusões ao Titã Hélio e a Héspero, cujo mitônimo encontramos em Cícero²⁶⁷, mas esta é uma noite de preparação para o segundo dia de combate.

Neste primeiro dia, de um lado os portugueses tomaram a Colina das Palmeiras e a cisterna, deixando os franceses sem água e estão a caminho da torre, só faltando atravessarem a ponte de pau sobre a fenda. Do outro lado os franceses conseguiram expulsar da Baía os navios portugueses, que atacavam a torre, podendo agora se dedicar apenas à luta corpo-a-corpo, de infantaria com os portugueses. Ambos os lados continuam atirando com canhões, e Mem de Sá ordena entrincheirar os acampamentos.

Foi derradeiro o segundo dia de combate, conforme narra Nóbrega²⁶⁸:

“A 2ª maravilha de Nosso Senhor foy que depois de combatida dous dias e não se podendo entrar e não tendo já os nossos polvora mais que a que tinhão nas camaras pera atirar e tratando-se já como se poderião recolher aos navios sem os matarem todos, e como poderião recolher a artilharia que avião posto em terra, sabendo que na fortaleza estavam passante de 60 franceses de peleja e mais de 800 Indios e que erão já mortos dos nossos 10 ou 12 homens com bombardas e espinguardas: mostrou Noso Senhor sua misericórdia...”

²⁶⁷ *De Natura Deorum*, 2, 53.

²⁶⁸ LEITE, 1955, 367.

Note-se a oração relativa de valor adverbial final, bem ao gosto clássico: *Quae obiiciant telis* (v. 365). Quanto ao ablativo *domibus*, forma variante da quarta declinação, com valor de um dácio, é registrado no verso 362 e mostra um ótimo nível de conhecimento do poeta das estruturas da língua latina²⁶⁹.

XIX. Amanhece, os tupinambás iludidos voltam tentando sair do litoral para a Colina tomada pelos portugueses.

Versos 370-388: *Iamque tenebrosam.. collem.*

A manhã ressurgente, quando se inicia o combate corpo-a-corpo, no segundo dia de combate. O nascer do sol segundo a personificação clássica se completa por uma cena epifânica sublime, porque os portugueses veem os franceses descendo da torre como se saíssem do sol. Surgem brilhando em suas armaduras junto ao brilho de luz do carro de Febo e o brilho de Éos, que se enrubesce.

Como surgidos do sol, as armas cintilam ofuscando a visão terrível dos combatentes, que, assim, verdadeiramente surgem como *phainómena*. Esta aparição é sublime e cria uma cena em que os inimigos parecem sair da luz para o combate, armados de lanças, espadas de bronze refulgentes e com arcabuzes. Verbos como *diffundere* e *fulgent* dão uma ideia de extravasamento de algo que ultrapassa os limites, como o carro de Febo nos versos 372-3, como os corpos dos soldados franceses que parecem emitir luz a partir de si mesmos, de maneira hiperbólica.

O nascer do sol personificado é encontrado na *Eneida*²⁷⁰:

²⁶⁹ ERNOUT, 1945, p.106-107.

²⁷⁰ *Eneida*, 7, 25-28.

Iamque rubescebat radiis mare, et aethere ab alto.

Aurora in roseis fulgebat lutea bigis,

Cum uenti posuere, omnisque repente resedit

Flatus, et in lento luctantur marmore tonsae..

(E já o mar se enrubescia com os raios, e do alto do céu

A Aurora refulgia cor-de-fogo em suas bigas róseas,

Quando os ventos cessaram, e toda brisa repentinamente

Acalmou-se, e no imóvel oceano lutam as velas).

Em seguida, um grupo dos indígenas que tinha ido ao litoral das águas do rio Carioca, o *Caa-tete*, retorna para a ilha e tenta escalá-la, já não subindo pelo acesso da Colina das Palmeiras, este tomado pelos portugueses. Tentam os índios, pois, utilizar-se do penhasco para sua anábase, e aí tornam-se alvos fáceis para os arcabuzes e canhões dos navios portugueses.

Faltam doze versos na *editio*, do verso 377 ao 389, que só figuram no *Manuscrito*. Seguimos a excelente leitura de Cardoso (v. 2676 ao 2688) neste difícil passo do poema, que se refere aos índios que caíram na manobra tática de Mem de Sá, outro trecho cortado da *editio*.

Alteramos os versos 380-381, em que o acusativo *spesque uanas*, da leitura de Cardoso do *Manuscrito*, fere a sintaxe, que requer o nominativo *spesque uanae*, sujeito de *Deludunt*, único acerto necessário ao trecho.

XX. Começa a guerra de infantaria, os franceses saem do Forte Coligny para os acampamentos dos portugueses, segue a frente de combate no mar.

Versos 389-421: *Ergo hostes... serasque.*

Recomeça o combate, a indecisão inicial da luta é patente, como no último combate da *Eneida*, em que Júpiter equilibra os destinos²⁷¹. Os franceses vestidos com armaduras atravessam a ponte e entram em combate contra os portugueses pela cisterna. As hipérboles épicas entram em cena, como o clamor dos combatentes a ultrapassar o frêmito do mar, e o céu a enegrecer-se com a saraivada de flechas.

Ao se aproximarem, franceses e portugueses atiram com seus arcabuzes e com arco e flecha reciprocamente, enquanto os navios voltam a castigar as torres, destruindo portas, entradas e umbrais do forte que contra-ataca. Indecisa a luta, ambos os lados retiram-se para seus refúgios.

Há um símile original de Anchieta, baseado no espírito do naturalismo humanístico para uma descrição científicista da realidade neste trecho, nos versos 399 e seguintes. Ao comparar o encontro das tropas com o ciclo das formigas, quando criam asas, o autor mostra-nos como é a natureza da fauna do Brasil com uma descrição perfeita do comportamento das formigas neste ciclo.

O símile da formiga içá pode ser encontrado em prosa, descrito na *Epistola quam plurimarum rerum naturalium quae S. Vicenti (nunc S. Pauli) prouinciam incolunt, sustinens descriptionem*, também de Anchieta, que encontramos nos *Monumenta Brasiliae*,

²⁷¹ *Eneida*, 10, 107 e seguintes.

editados por Serafim Leite²⁷², além da edição de 1799 na Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro:

“Verno tempore, Septembri scilicet, et deinceps, examina faetuum emittunt, fere semper pluuiam et tonitrua subsequente die, si sol uiget... euolant, domos sibi nouas conquirentes, tam multi saepenumero, ut densam facit super aërea nubem ”

(Em tempo de primavera, evidentemente setembro, também sucessivamente, lançam os enxames de filhotes, quase sempre no dia subsequente à chuva e aos trovões, se o sol é vigoroso esvoaçam, elas que buscam novas casas para si, são tão numerosas que formam uma nuvem densa sobre o ar).

No verso 418 nota-se uma falha do tipógrafo João Álvaro em *tonituque*.

XXI. Segundo embate no mesmo dia com a infantaria.

Versos 422-452: *Iam medium.. arcem.*

A anábase dos portugueses para a torre não se conclui, vem outro combate. Alguns franceses usam armaduras, peitorais e capacetes, vindo com espadas e lanças para um combate final corpo a corpo, dispostos a retomar a colina com a cisterna. Note-se a riqueza de detalhes das técnicas militares e aparatos bélicos do século XVI neste trecho (*fulgenti thorace, casside, falcatos enses, squamata bractea, gladios*).

Os portugueses já desanimam do sítio à cisterna e pensam em fugir do campo de

²⁷² *Apud* CARDOSO, 1970, p.226.

combate, até que um tiro de canhão arrebatou a dois soldados franceses com armadura, despedaçando-os. Os outros fogem imediatamente, o que dá uma margem de manobra aos portugueses que se preparam para iniciar a anábase, isto é, a subida às torres.

No verso 430 *procerum* é forma sincopada de *procerorum*; devido à quantidade exigida do verso não podemos confundir o vocábulo de segunda declinação com *proceres*, conforme acertada nota de Cardoso²⁷³, que seguimos. No verso 451, ocorre *miserum* por *miserorum*. Na verdade esta aparente síncope é um arcaísmo reincidente em Anchieta, como prova de virtuose²⁷⁴:

“Génitif pluriel. La désinence ancienne était *-om, qui s’est abrégée en *-om, devenue plus tard –um... (...)”

La désinence –orum est la seule désinence employée dans la langue littéraire classique. A l’époque de Cicéron le génitif en –um passait pour un archaïsme et ne s’employait plus que dans des circonstances particulières (Cicéron *Orator* 46, 155, 156) ”.

Esse arcaísmo também é reflexo de uma erudição baseada no conhecimento da morfologia do genitivo plural grego. Temos neste trecho dois acusativos de relação ligados a partes do corpo, no v. 449: *Immanes collapsi artus, immania membra*.

XXII. Anoitece, acaba a pólvora dos portugueses.

Versos 453-480: *Interea... pericli*.

Repentinamente, a *fortuna* abandona os portugueses. A anábase até a torre parece impossível, devido ao caminho ser único e estar cercado por pedras, postas a fim de serem

²⁷³ ANCHIETA, 1970, p.318.

²⁷⁴ ERNOUT, 1945, p.52-3.

roladas contra quem tente subi-lo, e, por fim, a pólvora acaba para os portugueses antes de anoitecer. Estão, pois, pegos pelo *ingenium loci*, a terrível situação gera um limite trágico, limite este que somente um recurso dramático poderá resolver, e este recurso será um *Deus ex machina*, bem ao gosto da estética clássica, nas próximas sequências. O *ingenium loci* é uma expressão militar que encontramos em *Caesar*²⁷⁵.

A descrição humanística da técnica de fazer pólvora marca este trecho como inovação renascentista, embora *Vulcanum* com o sentido de chama seja vergiliano²⁷⁶. Segundo Grimal, temos, assim, a narrativa do mito de Vulcano:

"Vulcano. Divindade romana, possui um flâmine e uma festa, os *Volcanalia*, que se realizava a 23 de agosto. Teria sido introduzido em Roma por Tito Tácio, mas uma outra tradição atribui a construção de seu primeiro santuário a Rômulo, que o teria mandado construir sobre o espólio tomado ao inimigo durante uma guerra (...) Vulcano, que não possuía uma lenda própria, foi identificado com Hefesto. Considera-se, contudo, por vezes, que Vulcano é pai de Caco..."²⁷⁷.

A relação entre Vulcano e Hefesto leva-nos às lendas da *Iliada* e da *Eneida*, nas quais este deus metalúrgico teria fabricado os escudos de Aquiles e Eneias, em sua forja. Seria, então, um de seus atributos o uso do fogo para a fabricação de armas e o uso militar do fogo, o que Anchieta, como poeta humanista registra na passagem sobre a pólvora no século XVI.

No verso 472 registramos o acusativo variável *turrim*.

²⁷⁵ *De Bello Gallico*, 2, 4, 2.

²⁷⁶ *Eneida*, 10, 408.

²⁷⁷ GRIMAL, 2005, p. 467.

XXIII. Prece de Mem de Sá invocando ajuda celeste: a *Fides*²⁷⁸.

Versos 481-507: *Tunc ego...pugnas*.

O *Deus ex machina* manifesta-se a partir desta oração de Mem de Sá, uma *petitio* dirigida aos Céus. Esta apóstrofe é retoricamente embasada em uma amplificação patética, que apela ao *páthos* celeste. A autonegação do homem perante a divindade, a *humilitas*, é o primeiro passo para o perpassamento da barreira entre a ação humana física e metafísica, que aparece neste trecho da *diegese*. Mem de Sá, todavia, não fala aos céus como um mártir, porque se denomina um soldado de Cristo, um cruzado, lutando contra o ímpio, com sua *turmis Christiadam*, e este caráter é épico.

Note-se a hesitação do poeta com *ego crediderim*, mostrando uma cortesia que não é patente ao narrador épico, denotando a humildade de um poeta cristão, que nem sequer deixou o poema autógrafo.

O uso do subjuntivo nestes versos, principalmente com *crediderim*, explora o uso do subjuntivo com valor optativo. Neste caso, trata-se do uso do subjuntivo com valor de uma afirmação atenuada. Desta forma, o uso de um tempo do *perfectum* perde todo seu aspecto perfectivo, sendo, assim, um verbo que indica apenas valor optativo, como o optativo grego, que devemos traduzir por um futuro do pretérito em português:

" l'affirmation atténuée, comme l'optatif grec (...). Mais dans l'ensemble le parfait est plus fréquent, lequel perd du reste toute valeur de *perfectum*: *dixerit quis* ou *quispiam* "on pourrait dire" (=dicat),

²⁷⁸ "A deusa *Fides* é, em Roma, a personificação da Palavra Dada" (GRIMAL, 2005, p. 170). O respeito à palavra, ao *lógos*, manifesta-se no cristianismo pelo *uerbum*, o Verbo divino. Assim orar aos céus é prova da *Fides* de Mem de Sá, que na própria *editio princeps* é chamado de *Excellentissimus uir, siugularis fidei et pietatis*.

cf. Cic. *Of.* 3, 76; *nemo suaserit* (*de Or.*, I, 251) "personne ne saurait persuader", *hoc sine ulla dubitatione confirmauerim* (*Br.* 25) "je puis l'affirmer sans la moindre hésitation"²⁷⁹.

No verso 498 a *editio* registra a forma sincopada *Laxaris*, de *laxaueris*.

XXIV. A abertura dos céus e o Temor vingador das heresias.

Versos 508-540: *Audiit... minantur.*

Este trecho é o mais sublime da epopeia, é o momento em que a porta do céu se abre para atender às preces de Mem de Sá, e desta porta sai um ser sobre-humano para conduzir o Temor até as mentes dos franceses e expulsá-los do campo de batalha. As torres serão expugnadas por um Mensageiro, *áγγελος*, do Senhor. O sentimento cristão ultrapassa neste momento a inspiração épica baseada na educação clássica humanística, e Anchieta coloca o sagrado lutando lado a lado com o profano.

O Medo aberrativo, conduzido por um Anjo, é descrito como uma imagem sublime, que nos revela o despontar dos caminhos do Barroco, porque representa uma travessia dos limites da experiência renascentista do homem como centro do mundo. Ao mesmo tempo, este monstro torpe atraca na mente, nas almas dos franceses, porque é uma força além da realidade, e o homem é o limite que impede sua materialização. Desta forma sua representação é essencialmente renascentista e humanística.

A solução narrativa do *Deus ex machina* anchietano está em perfeita medida dentro do verossímil na sequência do poema, porque um ser do abismo, conduzido por um anjo, só

²⁷⁹ ERNOUT, 1951, p. 201.

poderia fazer frente de combate à mente humana, à alma. As indicações referentes à estética do sublime estão na própria narrativa. Primeiro, no verso 515, o ser invocado pelo sumo Pai é identificado apenas por *unum*, um ser imperceptível, indescritível, que voa *per inania nubila*, o qual é seguido pelo Temor, outro ser sombrio com asas escuras, deformado.

O Temor apresenta as faces da morte, reflete correntes atrozes e suplícios. Seguem ambos, o Anjo e o Temor, então, voando para a torre, daí tocam os *primae sublimia limina portae*, adentram nos límenes, nos umbrais da porta do forte. Notemos que o sintagma *sublimia limina* basta como marca textual para vincular toda a cena à estética do sublime.

Em seguida, o Temor cria uma conturbação nos franceses e os põe em pânico, em alusão à fúria *Allecto* invocada por Juno na *Eneida*, e ao *Timor*, que como divindade ocorre na obra de Vergílio²⁸⁰, como *numen* inspirado pelo deus Marte. Vejamos estes trechos:

A) Sobre a fúria *Allecto*:

*Haec ubi dicta dedit, terras horrenda petiuit;
Luctificam Allecto dirarum ab sede dearum
Infernisque ciet tenebris, cui tristia bella,
Iraeque insidiaeque, et crimina noxia cordi.
Odit et ipse pater Pluton, odere sorores
Tartareae monstrum; tot sese uertit in ora,
Tam saeuae facies, tot pullulat atra colubris!*

(Quando falou estas palavras, buscou horrenda as terras;
Conduz Aleto, que gera o luto, da sede das deusas
Terríveis, e dos infernos sombrios, ela que possui as guerras tristes,
Tanto as iras, quanto as insídias, e os crimes nocivos ao coração.

²⁸⁰ Para *Allecto*: *Eneida*, 7, 323-329, e para o *Timor*: *Eneida*, 9, 716-718.

Até Plutão seu próprio pai odeia-a, as irmãs do Tártaro
Odeiam este monstro, que se verte em tantos rostos,
Possui tão selvagens faces e pulula sombria em tantas serpentes!)

B) Sobre o *Timor*:

*Hic Mars armipotens animum uiresque Latinis
Addidit, et stimulos acres sub pectore uertit ;
Immisitque fugam Teucris atrumque Timorem*

(Aqui Marte, potente em armas, adicionou ânimo e
Força aos latinos, daí verte agressivos estímulos sob seus corações;
E lançou contra os teucros a Fuga e o sombrio Temor).

XXV. Fogem os franceses atemorizados.

Versos 541-573: *Ergo... cohortes.*

Fogem os franceses do forte, amedrontados pelo Temor e, em seguida, se inicia a celebração dos soldados portugueses pela vitória de Deus sobre os franceses, que desceram por cordas pelos penhascos da ilha abandonando a torre. Assim que tomam conhecimento deste acontecimento, os portugueses adentram-na e termina a guerra. O narrador, por fim, comemora a intervenção divina que permitiu a vitória portuguesa dirigindo o discurso épico diretamente a Mem de Sá, o grande herói da epopeia.

Para indicar a direção em que os franceses descem da ilha para seus barcos, o poeta usa uma perífrase: *qua Phoebus ab aequore claris surgit equis* (v.541-2), que indica o oriente, o local do nascer do sol. *Phoebus* é um epíteto de Apolo, o Brillhante, epíteto este

sobretudo utilizado na poesia latina.

Em Roma, Augusto atribuía ao deus a sua vitória naval de Ácio em 31 a. C. Em 17 a.C., os Jogos Seculares foram celebrados em sua honra e de Ártemis, como consta no *Carmen Saeculare* de Horácio. Estes deuses identificados com o sol e a lua eram em Roma os que faziam a comunicação entre o mundo divino e o profano²⁸¹.

Os cavalos do sol fazem parte da cosmogonia de *Hélio*, o Titã também identificado com o sol. Seu carro de fogo era puxado por quatro cavalos, nomeados Pírois, Eoo, Éton e Flégon, nomes ligados à luz e ao fogo²⁸². Todavia, no poema anchietano, *Phoebus* indica apenas o astro solar, sendo uma referência apenas à imagem clássica.

Nóbrega comenta o episódio histórico narrado no poema²⁸³:

“... mostrou então Noso Senhor sua misericórdia e deu tam grande medo nos franceses e nos Indios que com elles estavam que se acolherão da fortaleza e fugirão todos deixando o que tinham sem o poderem levar.”

XXVI. Percebem os portugueses a deserção do inimigo e adentram na torre do Forte

Coligny.

Versos 574-612: *Constituent... factis.*

Neste trecho final, o qual selecionamos do IV Livro do *DGMS* termina a sequência dos versos relativos à França Antártica na epopeia, onde temos a enumeração dos despojos

²⁸¹ GRIMAL, 2005, p.32 e seguintes.

²⁸² *Odisseia*, 3, 1, *Metamorfoses* de Ovídio, 2, 119 e seguintes.

²⁸³ LEITE, 1955, p. 368.

dos franceses encontrados pelos portugueses. As obras dos humanistas protestantes *Melanchton*, Brêncio, Calvino e Lutero, em um mobiliário, são metaforizadas como o veneno da serpente do Estige, que enroscada na torre, vibrava sua língua ameaçando a colônia portuguesa. *Stygius*²⁸⁴ é um helenismo no latim, encontrado principalmente no VI Livro da *Eneida* de Vergílio²⁸⁵; significa algo proveniente do *Styx*, o inferno cristão no *DGMS*.

Esta terrível imagem de fundo helênico, amalgamada ao símbolo bíblico do mundo infernal, a serpente, serve ao poeta para encerrar a caracterização do conflito entre portugueses e franceses, católicos e protestantes, porque a vitória atribuída a Cristo encerra de vez a França Antártica: o que se refere a Calvino, Bois-le-Comte, enfim, a tentativa de colonização, denominada em latim renascentista *Gallia Antarctica*.

No verso 602 encontramos a forma sincopada *parasti* na *editio*, de *parauisti*.

Assim, terminamos nossos comentários sobre a narrativa de Anchieta dos combates entre portugueses e franceses no Rio de Janeiro, a fim de demonstrarmos o valor literário do poema e o valor clássico do latim anchietano.

²⁸⁴ "O Estige é um rio dos infernos. Na *Teogonia* hesiódica, Estige é o filho mais velho de Oceano e Tétis." GRIMAL, 2005, p.152 e 3, *Teogonia*, v. 361 e seguintes. No Estige, Tétis mergulhara Aquiles, para torná-lo invulnerável.

²⁸⁵ *Eneida*, 6, 323 e seguintes.

6. CONCLUSÃO

O *corpus* anchietano reflete em si as concepções de um jesuíta e humanista frente à tarefa de catequizar o *Nouus Mundus*. Este projeto colonial, também jesuítico, que resultou na maior nação católica, atualmente, e em um país continental com o maior grupamento de falantes de uma língua neolatina, sofreu processos de transfigurações étnicas abruptas, mas se firmou como nação e Estado ocidental.

O Brasil foi uma colônia portuguesa fundada durante a Renascença, de certo modo, as influências deste período marcaram a nação incipiente. Neste contexto, é a obra de Anchieta uma das mais importantes e completas dentre todos os artistas e pensadores do Renascimento, porque a liberdade de ação que encontrou no *Nouus Mundus* fez deste poeta, que nunca pegou em armas para a colonização, além de suas ideias, um dos mais dinâmicos fomentadores da incipiente civilização brasileira, compondo obras artísticas de exímio valor estético. Além de poeta, professor, teatrólogo, naturalista, foi Anchieta, sobretudo, no sentido mais extenso do termo, um humanista.

O latim anchietano revela-nos a pujança e o rigor da educação renascentista. Pudemos notar que estilisticamente, da métrica ao tema do trecho do poema, a riqueza do texto revela um verdadeiro valor clássico na produção de Anchieta. Não só pelo valor artístico, mas se concebermos este poema como o reflexo da educação renascentista, perceberemos como o ensino das línguas e da cultura clássica atingiu um patamar altamente expressivo nesta época, o que se vincula à colonização do Brasil. Podemos aquilatar assim quais ideais estão nos alicerces do século XVI, e o que representa a cultura clássica para a história e o desenvolvimento do ocidente, desde então.

O *corpus* anchietano em latim, preciosíssimo em seu valor documental, mostra-se também muito rico por seu valor literário. Temos neste poeta humanista plurivalente uma riqueza estilística no manejo da língua do Lácio, que vai desde a sintaxe, ao léxico, passando pelo domínio completo das estruturas mais variadas da língua latina, assim como do estilo épico, como pudemos ver.

Neste estudo, demonstramos como o *DGMS* se integra à tradição novilatina, não sendo um poema isolado do contexto da Renascença, em que se insere o Brasil colonial, ao mesmo tempo interpretamos o poema a partir da tradição de estudos clássicos e de uma outra obra quase contemporânea em sua versão latina, a de Jean de Lery.

Embora nem todos os riquíssimos aspectos deste poema pudessem ser esgotados em nossa Tese, como um estudo sobre outras fontes clássicas do *DGMS*, além da obra de Vergílio, entre outros assuntos, como a crítica textual de outros livros da epopeia, e a comparação com o restante do *corpus* anchietano, entretanto, fizemos uma exegese geral do poema, traduzindo-o a partir de um evento específico, o combate contra a França Antártica, que faz parte da história da cidade do Rio de Janeiro, em que se situa nossa Faculdade de Letras da UFRJ.

Há que se destacar no poema a presença de mitônimos greco-latinos. Marte (*Mars*) ocorre como metáfora designativa de guerras e combates, enquanto a Aurora representa o amanhecer e Febo (*Phoebus*) personifica o sol, dentre outros. A cristianização desses termos é o que leva Anchieta a empregar *Tonans*, epíteto do deus trovejante, para designar Deus, *Olympus* para designar o céu, *Tartarus* (região mitológica em que os criminosos eram castigados) para designar o inferno cristão, o que mostra que o autor do século XVI ao interpretar a cultura clássica recriou os referentes e o sentido dos termos da Antiguidade greco-latina, ao mesmo tempo em que latinizou o Brasil quinhentista.

A descrição poética da natureza brasileira aparece na referência a paisagens litorâneas, montanhas, florestas, águas, fauna e índios do Rio de Janeiro em 1560. Ao mesmo tempo as atividades náuticas e as operações militares do mundo quinhentista são descritas a partir da terminologia técnica encontrada nos versos vergilianos, recriando o sentido dos termos.

Resta ainda ressaltar que Mem de Sá, o herói imortalizado neste poema, é o guerreiro cristão que se notabiliza pela implantação da fé verdadeira, ao combater o herético francês e seus aliados indígenas. O poeta canta-o como Eneias, motivado pela *Pietas* e pela *Fides*. Anchieta é, portanto, o poeta que exalta o ideal da Contra-Reforma jesuítica, que lançou as primeiras sementes da civilização cristã brasileira em muitos pontos da colônia. Assim, o poema de Anchieta latiniza os atos de colonização de Mem de Sá no Brasil, tendo como referência a estética vergiliana, ao inseri-la no contexto da Renascença.

Estamos certos, portanto, de que a latinidade anchietana revela o alto nível da Civilização Quinhentista implantada no Brasil – não somente através da administração pública lusitana, mas sobretudo graças ao árduo trabalho pedagógico desenvolvido pelos mestres jesuítas, acima dos quais se exalça o autor do *DGMS*, o que demonstramos ao longo desta Tese.

O nosso intuito não foi esgotar todas as soluções de análise para o *DGMS*, mas ampliar com mais um estudo o que já foi dito sobre este magnífico texto literário, contribuindo, assim, para a divulgação dos estudos da tradição clássica no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

ABRAHAM, Pierre et al. *Manuel d'histoire littéraire de la France- des origines à 1600*. Paris: Editions Sociales, 1971.

ABREU, Capistrano. *O Descobrimento do Brasil pelos Portugueses*. Rio de Janeiro: Laemmert e Co., 1900.

ACTAS DO CONGRESSO INTERNACIONAL ANCHIETA EM COIMBRA - COLÉGIO DAS ARTES DA UNIVERSIDADE (1548-1998). Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 2000, 3 v.

ANCHIETA, S. I., Pe. José de. *Cartas: correspondência ativa e passiva*. Pesquisa, introdução e notas do Pe. Hélio Abrantes Viotti, S.I. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

_____. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Anchieta*. Organização, introdução e notas de Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: ABL, 1933.

_____. *De Beata Virgine Dei Matre Maria* Crítica textual e tradução: Pe. Armando Cardoso, S.I. São Paulo: Loyola, 1991, 2 v.

_____. *De Gestis Mendi de Saa. Poema dos feitos de Mem de Sá*. Crítica textual e tradução: Pe. Armando Cardoso, S.I. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1958.

_____. *De Gestis Mendi de Saa*. Crítica textual e tradução: Pe. Armando Cardoso, S.I. São Paulo: Loyola, 1970.

_____. *De Gestis Mendi de Saa. Excellentissimo, singularisque fidei ac pietatis Viro Mendo de Saa, australis, seu Brasillicae Indiae Praesidi praestantissimo. Conimbricae. Apud Ioannem Aluarum Typographum regium. MDLXIII* Ed. fac-similada da editio 1563, com introdução de Eduardo Portella. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca Nacional, 1997.

_____. *Poemas eucarísticos e outros*. Crítica textual e tradução: Pe. Armando Cardoso, S.I. São Paulo: Loyola, 1975.

ANCHIETA, S. I., Pe. José de. *Poesias*. Ed. Fac-similada e crítica por M. de L. de Paula Martins. São Paulo: EdUsp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

_____. *Teatro de Anchieta*. Crítica textual e tradução: M. de L. de Paula Martins. São Paulo: Loyola, 1977.

ANSELMO, Artur. Os impressores quinhentistas de Anchieta. In: *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*, Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 2000, v. 1, p. 193-200.

ARISTÓTELES. *Poética*. Prefácio de Maria Helena da Rocha Pereira, tradução e notas de Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004..

BAILLY, Anatole. *Dictionnaire grec-français*. Paris: Hachette, 1965.

BÍBLIA - MENSAGEM DE DEUS. Traduzido por Pe. Antônio Charbel, S.D.B. et al. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

BAIÃO, Antônio et al. *História da expansão portuguesa no mundo*. Lisboa: Ática, 1937, 3 v.

BORTOLANZA, João. A alteridade indígena no poema épico de Anchieta. In: *Classica. Revista Brasileira de Estudos Clássicos*. São Paulo: SBEC, v.15/16, 2002/2003, p.249-257.

_____. Neologismo em *De gestis Mendi de Saa*. In: *Classica. Revista Brasileira de Estudos Clássicos*. São Paulo: SBEC, v.13/14, 2000/2001, p.383-392.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 1986. 3 v.

CAESAR. G. I. *Commentarii de bello Gallico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, [s.d].

_____. *Commentarii de bello ciuili*. Recensuit, praefatus est, breui appendice critica instruxit Dominicus Bassi. Torino: Paravia, 1916.

CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. Texto estabelecido por Epifânio Dias. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1944.

_____. *Os Lusíadas*. Texto estabelecido por Hernâni Cidade. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997.

CARDOSO, Zélia de Almeida. *A Literatura Latina*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CAXA, Quirício. *José de Anchieta*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

CHADWICK, Owen. *A Reforma*. Trad. H. Santos Carvalho. Lisboa: Ulisseia, 1964.

CHANTRAINE, Pierre. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque. Histoire des mots*. Paris: Klincksieck, 1983. 2 v.

CICERO, M. T. *Brutus, orator*. With english translation by G.L. Hendrickson, H. M. Hubbell. Cambridge: Harvard University Press, 1942.

_____. *De Natura Deorum, Academica*. Tradução de H. Rackham. Cambridge: Harvard University Press, 1933.

_____. *De republica, de legibus*. Tradução de W. Clinton Keyes. Cambridge: Harvard University Press, 1923.

_____. *De senectute, de amicitia, de diuinatione*. Tradução de W. A. Falconer. Cambridge: Harvard University Press, 1923..

_____. *Tusculanes*. Texte établi par Georges Fohlen et traduit par Jules Humbert. Paris: Les Belles Lettres, 1997.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1954.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 7^a ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.

DANTE. *A Divina Comédia*. Trad. Fábio M. Alberti. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

DER GROSSE HERDER. *Nachschlagewerk für Wissen und Leben*. Freiburg: Herder, 1955. 9v.

DIAS, José Sebastião da Silva. *A política cultural da época de D. João III*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1969, 2v.

ENCICLOPÉDIA VERBO. Lisboa: Editorial Verbo, 2000.

ENCICLOPÉDIA FUNDAMENTAL VERBO. Lisboa: Verbo, 1985. 2v.

ERNOUT, A. & MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. Paris: Klincksieck, 1994.

ERNOUT, A. *Morphologie Historique du latin*. Paris: Klincksieck, 1945.

ERNOUT, Alfred & THOMAS, François. *Syntaxe Latine*. Paris: Klincksieck, 1951.

FARIA, Ernesto. *Fonética histórica do Latim*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.

_____. *Gramática da língua latina*. Rio de Janeiro: FAE, 1995.

FARREL, S. J. Alan. *The jesuit ratio studiorum of 1599*. Detroit: University of Detroit, Conference of Major Jesuits, 1970.

FAUSTO, Bóris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006.

FERRO, Marc. *História das colonizações. Das conquistas às independências, dos séculos XIII ao XX*. Trad. Rosa Freire de Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FORCELLINI, E. *Totius latinitatis lexicon*. Lipsiae: Sumptibus Ch. E. Hahniani, 1835.

FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. Anchieta e a ação missionária dos Colégios jesuíticos no Brasil – século XVI. In: *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra – Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 2000, v. 1, p. 221-232.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala- formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950. 2 v.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

GAFFIOT, F. *Dictionnaire illustré latin-français*. Paris: Hachette, 1960.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998. 24 v.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário de Mitologia grega e romana*. Trad. Victor Jabouille. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.

HALPERIN DONGHI, Túlio. *História da América Latina*. Trad. José Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HESÍODO. *Teogonia*. Tradução J.A. Torrano. Petrópolis: Vozes, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A Época Colonial. Do Descobrimento à expansão colonial*. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: DIFEL, 1985, v. 1.

_____. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

_____. *Visão do Paraíso – os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

HOMERO. *Iliade*. Texte établi et traduit par Paul Mazon. Paris: Les Belles Lettres, 1968.

HOMERUS. *Odyssea*. Editionem recognovit P. Von der Muehll. Stutgard: Teubner, 1962.

HORACE. *Odes et épodes*. Texte établi et traduit par F. Villeneuve. Paris: Les Belles Lettres, 1954.

HORTA, Guida Nedda B. P. A Titanomaquia. In: *Calliope- presença clássica*. No. 9. Rio de Janeiro: Departamento de Letras Clássicas / UFRJ, 1993, p.154-155.

_____. *Os gregos e seu idioma*. Rio de Janeiro: Editora Di Giorgio, 1991. 2 v.

IDIGORAS, J. Ignácio Tellechea. *Inácio de Loyola, Sozinho e a Pé*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

KALTNER, L.F. *O Brasil Hespérico e a Bela Morte de Fernão de Sá no De Gestis Mendi de Saa de José de Anchieta, S. I.* Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2007, 103 p., mimeo.

KONIGS, S. I. Johan et al. *Anchieta e Vieira; paradigmas da evangelização do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

LA FRANCE ANTARCTIQUE AUTREMENT RIO DE JANEIRO. Mapa da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. 1557/1558. 1 fotografia.

LEITE, Serafim. *Cartas do Brasil e mais escritos do Pe. Manuel da Nóbrega (Opera omnia)*. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1955.

_____. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 4v.

LERY, Jean de. *Historia nauigationis in Brasiliam, quae et America dicitur. Excudebat Eustathius Vignon, anno MDLXXXVI, 1586.*

LIBÂNIO, João Batista et al. *La misión educativa de la Compañía de María: desafíos y respuestas*. Cidade do México: Por ordem da Companhia de Nossa Senhora Maria, 2008.

LINDSAY, W. M. *A short historical latin grammar*. Oxford: Clarendon Press, 1937.

LISBOA, João Francisco. *Crônica do Brasil colonial e Apontamentos para a história do Maranhão*. Petrópolis: Vozes, 1976.

MANUSCRITO DE ALGORTA. Fotocópias do manuscrito original que contém o *De Gestis Mendi de Saa* do Pe. José de Anchieta, S.I. Bilbao, [ca.1930]. Oitenta e três fotografias.

MATOS, José Veríssimo de. *Livro do centenário*. Rio de Janeiro: A instrução e a imprensa, 1900.

MATOS, Luís de. *L'Expansion Portugaise dans la litterature latine de la Renaissance*. Texto da Tese de Doutorado de Estado apresentado à Sorbonne. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1991.

MELLO, Carl Egberto H. Vieira de. *O Rio de Janeiro no Brasil Quinhentista*. São Paulo: Giordano, 1996.

MODERNO, João Ricardo Carneiro. *Estética da contradição*. Rio de Janeiro: Atlântica, 2006.

MOLINARI, Edison Lourenço. Cristianização do mundo greco-romano em Anchieta. In: *Uniletras*. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, Número 14, dezembro de 1992, p. 7-25.

_____. Latinização do mundo indígena em Anchieta. In: *Uniletras*.. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, Número 19, dezembro de 1997, p.101-107.

MOUTINHO, S.I. Pe. Murillo. *Bibliografia para o IV Centenário da morte do beato José de Anchieta, 1597-1997*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. O ensino de gramática latina, grega e hebraica no Colégio das Artes de Coimbra no tempo de Anchieta. In: *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra 1548-1598*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 2000, v. 1, p. 385-406.

NÓBREGA, Manuel da. *Diálogo sobre a conversão do gentio*. Preliminares, anotações e críticas de Serafim Leite. Lisboa: Comissão do Quarto Centenário de São Paulo, 1954.

OVIDE. *Les Metamorphoses*. Paris: Garnier, [s.d.]. 2 v.

_____. *Les Metamorphoses*. Texte établi et traduit par Georges Lafaye. 4 tir. Paris: Les Belles Lettres, 1966. 3v.

_____. *Fastos*. Introducción, traducción y notas de M. A. Marcos Cosquero. Madrid: Nacional, 1984.

PARATORE, E. *Virgilio*. Roma: Faro, 1945.

PECK, Harry Thurston. *Harpers Dictionary of Classical Antiquities*. New York: Harpers and Brothers, 1898.

PEREIRA, Sílvio Batista. *Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha*. Edição seguida de texto fac-similar e leitura diplomática do manuscrito autógrafo. Rio de Janeiro: INL, 1964.

PERES, Damião. *História dos descobrimentos portugueses*. Porto: Portucalense, 1943.

PLINE L'ANCIEN. *Histoire naturelle*. Trad. de M. E. Littré. Paris: Firmin Didot, 1883. 2 v.

POLO, Marco. *As Viagens, Il milione*. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2002.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 22. ed., 1992.

RAMALHO, Américo da Costa. Ainda, Anchieta e Coimbra. In: *Actas do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra - Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 2000, v.1, p. 75-86.

RAMALHO, Américo da Costa. *Estudos sobre a época do Renascimento*. Coimbra, Instituto de Alta Cultura, 1969.

_____. Recensões Críticas. Dois livros de Anchieta. In: *Humanitas*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, Números 37 e 38, 1986, p. 379-385.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

RODRIGUES, S. I. Pe. Pero (1542-1628). *Vida do Padre José de Anchieta, S. I.* São Paulo: Loyola, 1978.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português*. Rio de Janeiro: Garnier, 2000.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal, 1495-1580*. Lisboa: Verbo, 1980, v. 3.

_____. *O Rio de Janeiro no século XVI*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2008.

SILVA NETO, Serafim da . *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1992.

_____. *História do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1977.

TANNUS, Carlos Antônio Kalil. Um olhar sobre a literatura novilatina em Portugal. In: *Calíope, Presença Clássica*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, . Rio de Janeiro: 7letras, Número 16, dezembro de 2007, p.13-31.

_____. *Um poeta latino do séc. XVI: Antônio de Cabedo*. Tese de doutoramento em Língua e literatura latina apresentada à coordenação do Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da UFRJ. Rio de Janeiro: 1988, 238 fls., mimeo.

THEVET, André (1502-1590). *Les singularitez de la France Antarctique*. Paris: Chez les heritiers de Maurice de La Porte, au Clos Bruneau, à l'enseigne St. Claude, 1557.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO. *Manual para a elaboração e normalização de Dissertações e Teses*. Organizado por Elaine Baptista de Matos Paula et al. Rio de Janeiro: UFRJ – SiBi, 2004.

VASCONCELOS, S. I., Pe. Simão. *Vida do veneráuel Padre Anchieta. (1623)* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

VERGILIUS MARO, Publius. *Opera*. Texte établi par Émile Benoist. Paris: Hachette, 1904.

VIDOS, Benedek Elemér. *Manual de linguística românica*. Trad. José Pereira da Silva e Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: EdUERj, 1996.

VIOTTI, S.I., Pe. Hélio Abranches. *Anchieta - o Apóstolo do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1980.

VIRGILE. *Enéide*. Texte établi et traduit par Henri Goelzer. Paris: Les Belles Lettres, 1974. 2 v.